

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Mariana Vilela Abrantes

**PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS EM
POPULAÇÕES DE ALTA VULNERABILIDADE
SOCIAL E COM ALTOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA**

Taubaté – SP

2009

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Mariana Vilela Abrantes

**PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS EM
POPULAÇÕES DE ALTA VULNERABILIDADE
SOCIAL E COM ALTOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Gestão de Pessoas e Relações Socioprodutivas.

Orientador: Profa. Dra. Maria Júlia Ferreira Xavier Ribeiro.

Taubaté – SP

2009

MARIANA VILELA ABRANTES

**PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS EM POPULAÇÕES DE ALTA
VULNERABILIDADE SOCIAL E COM ALTOS ÍNDICES DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Gestão de Pessoas e Relações Socioproductivas.

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Júlia Ferreira Xavier Ribeiro

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dra. Alessandra Turini Bolsoni-Silva

Unesp - Bauru

Assinatura _____

Prof. Dr. Luiz Carlos Laureano da Rosa

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

*Com amor, dedico esse trabalho
a meus queridos pais...
Sem eles não chegaria onde cheguei,
não chegaria até aqui.*

AGRADECIMENTOS

À Prof^a Dr^a Maria Júlia Ferreira Xavier Ribeiro que com sua experiência, dedicação e habilidades sociais orientou este trabalho e mais que isso, contribuiu ao meu crescimento profissional e pessoal.

À Prof^a Dr^a Alesssandra Turini Bolsoni-Silva e ao Prof. Dr. Luiz Carlos Laureano da Rosa que participaram da Banca de Qualificação e contribuíram fundamentalmente para a melhoria e ampliação desse trabalho. Além do que, aceitaram prontamente o convite para participar da Banca Examinadora de Defesa.

Às Prof^a Dr^a Marilsa de Sá Rodrigues Tadeucci, Prof^a Dr^a Nancy Julieta Inocente, Prof^a Dr^a Adriana Leônidas e Prof^a Ms. Nilde Ferreira Balcão que participaram das Pré-Bancas da linha de pesquisa e assim, contribuíram para a construção desse trabalho.

Ao Prof. Edson A. Q. de Oliveira, e aos professores do PPGA, pelas oportunidades de aprendizagem.

À UNITAU pelo auxílio financeiro através da Bolsa de Capacitação aos funcionários.

À Prof^a Dr^a Lenita de Azeredo Freitas que incentivou o meu aprimoramento profissional e colaborou para que fosse possível sua realização.

À Delegada Regina e às meninas da Delegacia de Defesa da Mulher que me receberam com carinho. À auxiliar técnica Luzia que me cedeu espaço ao seu lado e auxiliou no que foi preciso ao meu entendimento das ocorrências de violência doméstica.

À Direção, ao auxiliar administrativo e aos professores da Escola E que permitiram a coleta de dados e cederam espaço para sua concretização.

À minha colega e amiga Cristiane Fernandes Squarcina que dividiu comigo os momentos de tensão, catarse, dificuldades e alegrias durante o processo de evolução da pesquisa. Sem ela ficaria muito mais difícil.

À minha Tia Livia que sempre me incentivou à carreira acadêmica e sempre contribuiu com sua experiência. Além do que, corrigiu de coração o trabalho, propiciando sua melhoria.

Aos meus pais que tornaram esse sonho possível e sempre acreditaram e torceram por mim.

Ao meu namorado Hide que sempre esteve ao meu lado.

A todos, que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização dessa conquista, o meu muito obrigada.

RESUMO

O estudo visa identificar as práticas educativas parentais mais frequentes na região mais vulnerável e com maior incidência de violência doméstica do município de Taubaté. No município não havia levantamento prévio de violência doméstica, foi realizado primeiramente o Estudo A, que tinha como objetivo mapear a violência doméstica quanto às regiões do município, à natureza da ocorrência e os tipos de relação entre vítima e indiciado. Foram analisados 1621 boletins de ocorrência de violência doméstica da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher do município. Obteve-se uma incidência de seis casos por mil habitantes, sendo as regiões (D e E) mais vulneráveis e também com maior incidência de violência doméstica, a mulher como a maior vítima e o homem como agressor. A partir da constatação que a região E com a mais alta vulnerabilidade social era também a com maior incidência de violência doméstica foi realizado o Estudo B, que tinha como objetivo levantar as habilidades sociais educativas parentais (HSE-P), as variáveis de contexto e as habilidades sociais conjugais (HSC) nessa região, pelo uso do Questionário de Habilidades Sociais Educativas Parentais e Questionário de Habilidades Sociais Conjugais, aplicados em uma amostra de nove mães de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, contactadas em uma escola municipal sorteada da região E. Os principais resultados apontam para a falta de algumas HSE-P, com o uso de estratégias coercitivas e sinalizando práticas educativas parentais negativas. As regras parentais e a comunicação conjugal foram identificadas como variáveis que interferem nas HSE-P. Conclui-se que há necessidade de investimentos públicos na atenção às mulheres vítimas de violência doméstica, principalmente nas regiões mais vulneráveis, e intervenções com os pais com foco no treinamento de HSE-P de comunicação, expressividade e estabelecimento de limites, bem como de HSC.

Palavras-chaves: Violência Doméstica. Vulnerabilidade Social. Práticas Educativas Parentais. Habilidades Sociais Educativas Parentais e Conjugais. Variáveis de Contexto.

ABSTRACT

EDUCATIONAL PARENTAL PRACTICES IN A POPULATION WITH HIGH SOCIAL VULNERABILITY AND HIGH LEVELS OF DOMESTIC VIOLENCE

The study aims at identifying the educational parental practices which are more frequent in the most vulnerable region and with the greatest domestic violence incidence in Taubaté city. As there was no previous survey about domestic violence in this city, it was done firstly the Study A, which aimed at mapping out the domestic violence taking into consideration the regions of the city, the nature of the occurrence and the kinds of relationship between victim and accused. A number of 1621 domestic violence occurrence reports from the Women's Police Station of the city were analysed and it was observed the incidence of six cases per a thousand inhabitants, considering that the regions (D and E) are the most vulnerable and also the ones with greater incidence of domestic violence; the woman is shown as the biggest victim and the man her aggressor. Taking into consideration the findings that region E is the one with the highest social vulnerability and the greatest domestic violence incidence, it was carried out the Study B, aiming at finding out the social and educational parental skills (SEPS), the context variables and the social marital skills (SMS) in this region, by the use of the Social and Educational Parental Skills Questionnaire and the Social Marital Skills Questionnaire, applied to a sample of nine mothers of 10 to 14 year old children and adolescents, whom were contacted in a municipal school drawn in region E. The main results point out to a lack of some SEPS, with the use of coercitive strategies, indicating negative educational parental skills. The parental rules and the marital communication were identified as variables which interfere in the SEPS. The study concluded that there is the necessity of public investment in the attention to the women who are victims of domestic violence, mainly in the most vulnerable regions, and also interventions with parents focusing on the training of

the SEPS referring to communication, expressiveness and the establishment of limits, as well as the social marital skills.

Key-words: Domestic Violence. Social Vulnerability. Educational Parental Practices. Social And Educational Parental Skills. Social Marital Skills. Context Variables.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Síntese de Violência Doméstica Notificada de Azevedo (2007)	41
Tabela 2 - Síntese de Violência Doméstica do Tipo Sexual Notificada de Azevedo (2007)...	42
Tabela 3 - Regiões do município de Taubaté e Incidência de Violência Doméstica (2007)....	55
Tabela 4 - Natureza da Ocorrência	57
Tabela 5 - Tipos de Relação entre vítimas e indiciados	58
Tabela 6 - Vítima/Indiciado.....	59
Tabela 7 - Características das crianças cujas mães participaram do estudo (n=9).....	78
Tabela 8 - Características das participantes (n=9).....	79
Tabela 9 - Informações sobre escolaridade, emprego e renda familiar (n=9)	80
Tabela 10 – Expressão de Sentimentos e Enfrentamento.....	85
Tabela 11 - Comunicação	89
Tabela 12 – Interação Positiva entre pais e filhos	91
Tabela 13 – Habilidade na Prática Educativa.....	92
Tabela 14 – Descrição Positiva do Filho	99
Tabela 15 – Reflexão sobre a Prática Educativa	101
Tabela 16 – Avaliação Parental sobre Relacionamento entre Irmãos	104
Tabela 17 – Percepção do Cônjuge	105
Tabela 18 – Características Positivas e Negativas da Comunicação.....	108
Tabela 19 – Respostas de Frequência por participante da pesquisa	143

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - IPVS: Comparação da distribuição da população do município de Taubaté e do Estado de São Paulo nos seis grupos de vulnerabilidade social (SEADE, 2005)	48
Ilustração 2 - IPVS: Grupos de Média, Alta e Muito Alta Vulnerabilidade Social	49
Ilustração 3 - Regiões do município de Taubaté de Prado e Vieira (2007).....	50
Ilustração 4 - Distribuição da Violência Doméstica (TPR) de acordo com as regiões de Taubaté	57
Ilustração 5 – Formas de Expressar Sentimentos Positivos e Negativos e Assuntos que expressam opiniões.....	87
Ilustração 6 – Atitudes dos pais e reações dos filhos para demonstração de carinho.....	88
Ilustração 7 – Assuntos que os pais mais conversam e perguntam	90
Ilustração 8 – Quais as brincadeiras parentais com os filhos	91
Ilustração 9 – Motivos de Concordância e Discordância Conjugal e Atitudes Parentais frente à discordância	94
Ilustração 10 – Participação dos Progenitores na educação dos filhos.....	95
Ilustração 11 – Motivos e Situações para Estabelecer Limites	96
Ilustração 12 – Comportamentos e Sentimentos Parentais e Reações dos Filhos	97
Ilustração 13 – Dificuldades para Cumprir Promessas e Comportamentos Parentais diante do não cumprimento	98
Ilustração 14 – Comportamentos Desejados dos filhos e Atitudes e Sentimentos Parentais frente a esses comportamentos	100
Ilustração 15 – Comportamentos e Reações Parentais frente a comportamentos “indesejados”	102
Ilustração 16 – Comportamento dos filhos e dos pais em relação às regras parentais	103

Ilustração 17 – Tempo Semanal que os pais permanecem com os filhos.....	104
Ilustração 18 – Formas de Expressão de Carinho entre o Casal.....	106
Ilustração 19 – Motivos da Comunicação Adequada	107
Ilustração 20 – Características Positivas do Cônjuge.....	109
Ilustração 21 – Motivos das Características serem Situacionais ou Permanentes.....	110
Ilustração 22 – Motivos da Avaliação Positiva do Relacionamento Conjugal	111

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
<i>1.1 PROBLEMA</i>	<i>16</i>
<i>1.2 OBJETIVOS</i>	<i>16</i>
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivos Específicos	17
<i>1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO</i>	<i>17</i>
<i>1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO</i>	<i>18</i>
<i>1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO</i>	<i>20</i>
2 ESTUDO A: A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ	21
<i>2.1 REVISÃO DA LITERATURA</i>	<i>21</i>
2.1.1 Cenário da violência no Brasil	21
2.1.2 Violência Doméstica	27
2.1.3 Violência Contra a Mulher: as Delegacias de Defesa da Mulher	29
2.1.4 Violência Contra a Mulher: alguns dados	31
2.1.5 Violência contra crianças e adolescentes no Brasil e no mundo: alguns dados	36
2.1.6 Dados do município de Taubaté	45
<i>2.2 MÉTODO</i>	<i>51</i>
2.2.1 Tipo de Pesquisa	51
2.2.2 População Alvo	52
2.2.3 Procedimento para a coleta de dados	52
2.2.4 Procedimento para a análise dos dados	53
<i>2.3 RESULTADOS</i>	<i>54</i>
2.3.1 Incidência de Violência Doméstica por Região e no município	55
2.3.2 Natureza da Ocorrência	57
2.3.3 Tipos de Relação	58
<i>2.4 DISCUSSÃO</i>	<i>60</i>
3 ESTUDO B: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS	66
<i>3.1 REVISÃO DA LITERATURA</i>	<i>66</i>
3.1.1 Práticas Educativas Parentais	66
<i>3.2 MÉTODO</i>	<i>76</i>
3.2.1 Tipo de Pesquisa	77
3.2.2 Participantes	77
3.2.3 Instrumentos	80

3.2.4 Procedimento para a coleta de dados	82
3.2.5 Procedimento para a análise dos dados.....	83
3.3 <i>RESULTADOS</i>	85
3.3.1 Habilidades Sociais Educativas Parentais.....	85
3.3.1.1 <i>Expressão de Sentimentos e Enfrentamento</i>	85
3.3.1.2 <i>Comunicação</i>	89
3.3.1.3 <i>Interação Positiva</i>	91
3.3.1.4 <i>Habilidades na Prática Educativa</i>	92
3.3.1.5 <i>Descrição Positiva do Filho</i>	99
3.3.1.6 <i>Reflexão sobre a Prática Educativa</i>	101
3.3.1.7 <i>Variáveis de contexto</i>	102
3.3.2 Habilidades Sociais Conjugais.....	105
3.3.2.1 <i>Percepção/definição do cônjuge</i>	105
3.3.2.2 <i>Auto-discriminação e discriminação do cônjuge sobre expressão de carinho</i>	106
3.3.2.3 <i>Avaliação da Comunicação Conjugual</i>	107
3.3.2.4 <i>Discriminação de Comportamentos Adequados e Inadequados do Cônjuge</i>	108
3.3.2.5 <i>Avaliação do Relacionamento Conjugual</i>	110
3.4 <i>DISCUSSÃO</i>	111
4 VULNERABILIDADE SOCIAL, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS.....	122
5 CONCLUSÃO.....	127
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE REGISTRO DOS DADOS	140
APÊNDICE B – CARTA AOS PAIS	141
APÊNDICE C – TABELA DAS RESPOSTAS DE FREQUÊNCIA POR PARTICIPANTE.....	143
ANEXO A – APROVAÇÃO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	144
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INSTITUCIONAL.....	145
ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	146
ANEXO D – QUESTIONÁRIO DE HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS PARENTAIS – PAIS	147
ANEXO E – QUESTIONÁRIO DE HABILIDADES SOCIAIS CONJUGAIS.....	155

1 INTRODUÇÃO

A violência tem sido investigada por estudiosos de diversas áreas e vem sendo considerada como um fenômeno complexo e uma grave ameaça à saúde da população. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2006) enfatizam que a agressão é a terceira no *ranking* entre as dez causas líderes de morte no Brasil, em 2004. Em 1930, correspondia a apenas 3% da população, enquanto que, em 2003, as violências já correspondiam a 13,5% da população. Portanto, houve um crescimento evidente do fenômeno da violência nos últimos tempos no Brasil.

Para Minayo (1994), a preocupação em entender o fenômeno da violência ocorre desde tempos remotos, pois a violência não é um fenômeno apenas da sociedade atual, embora sua incidência venha aumentando, ultimamente. A autora enfatiza que a violência ocorre em um contexto fundamentado na própria estruturação da sociedade, marcado por processos culturais, e acredita que a violência no âmbito doméstico deve ser a grande responsável por atos violentos.

A violência doméstica, parte integrante de uma violência mais ampla e social (MINAYO, 1994, 2002) e, portanto, parte também da violência de gênero (SAFFIOTI, 1997), foi trazida a foco a partir dos movimentos sociais de defesa da mulher e das crianças e adolescentes, na década de 1970. De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), define-se como aquela praticada dentro do lar, incluindo membros do grupo, com função parental ou não.

Designada como toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família e/ou agregados, pode se apresentar nas formas física, sexual, psicológica,

econômico/financeira e institucional (BRASIL, 2001). Tem sido mais estudada a partir das pesquisas sobre a violência contra a mulher e contra as crianças e adolescentes.

Além disso, a literatura tem enfatizado que populações mais vulneráveis às condições de pobreza e exclusão social estão mais vulneráveis também ao fenômeno da violência de uma forma geral (PINHEIRO; ADORNO, 1992; CARDIA; SCHIFFER, 2002; ADORNO, 2002; ABRAMOVAY et al, 2002; GAWRYSZEWSKI; KOIZUMI; MELLO JORGE, 2004; WAISELFISZ, 2006; ZALUAR, 2006) e assim, também, mais vulneráveis à violência doméstica.

Abramovay et al (2002) sugerem que a violência tendo jovens como vítimas ou agentes está ligada à condição de vulnerabilidade social a que esses indivíduos estão expostos, isto é, a exclusão social pode gerar a falta de ascensão social e permitir altos índices de violência. A pobreza e a exclusão social por si só não geram e/ou fundamentam as causas da violência doméstica, mas a lógica da exclusão operante nas particularidades de cada grupo social desencadeia comportamentos violentos (ABRAMOVAY et al, 2002).

Tendo em vista a complexidade do fenômeno da violência doméstica e a afirmação de que populações mais vulneráveis às condições de pobreza e exclusão social estão mais vulneráveis também à violência, questionamentos sobre as práticas educativas parentais nesses contextos de vulnerabilidade começam a surgir.

Práticas educativas parentais definem-se como as estratégias e técnicas utilizadas pelos pais na educação de seus filhos, que podem tanto implicar em desenvolvimento de comportamentos pró-sociais como comportamentos anti-sociais nos filhos (GOMIDE, 2003). Remetem-se à aplicação de um conjunto de habilidades sociais desenvolvidas pelos pais em relação, especificamente, à educação dos filhos, como por exemplo, às habilidades envolvidas no estabelecer limites e/ou regras, que podem envolver habilidades de dizer não, negociar e solicitar mudança de comportamento (SILVA, 2000). Quanto maiores forem as habilidades

sociais educativas dos pais (HSE-P), maiores as possibilidades de práticas educativas parentais positivas e, assim, menor a probabilidade de desenvolvimento de problemas de comportamento nos filhos.

As habilidades dos pais ao interagirem com seus filhos, segundo Bolsoni-Silva (2003), são fatores determinantes para a promoção ou não de comportamentos socialmente adequados. No entanto, o desenvolvimento dessas habilidades, segundo Patterson, Reid e Dishion (1992), sofre a influência das variáveis do contexto que podem interferir nas práticas educativas parentais e, conseqüentemente, no comportamento dos filhos. Os autores exemplificam essas variáveis como: problemas conjugais, financeiros, de saúde e desvantagens sociais.

Sendo assim, como os pais que vivem em contextos de alta vulnerabilidade social e alta incidência de violência doméstica (variáveis de contexto) têm desenvolvido suas habilidades sociais educativas? Quais seriam as práticas educativas parentais mais frequentes nesses contextos? Dentre elas, quais seriam as práticas protetoras e as de risco para o desenvolvimento adequado das crianças e adolescentes?

Para tornar-se mais explícito o problema será explicado a seguir.

1.1 PROBLEMA

Quais as práticas educativas parentais mais frequentes em regiões com alta incidência de violência doméstica e de vulnerabilidade social, no município de Taubaté - SP?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos do trabalho dividem-se em geral e específicos e serão apresentados a seguir de acordo com o Estudo A e o Estudo B.

1.2.1 Objetivo Geral

Estudo A - Mapear a incidência de violência doméstica, no município de Taubaté.

Estudo B - Identificar as práticas educativas parentais em regiões com alta incidência de violência doméstica e alta vulnerabilidade social, no município de Taubaté – SP.

1.2.2 Objetivos Específicos

Estudo A:

- Identificar a incidência de violência doméstica nas cinco regiões físicas, sociais e econômicas do município de Taubaté, em 2007.

- Identificar a natureza da ocorrência e os tipos de relação de parentesco evidenciados entre a vítima e o indiciado.

Estudo B:

- Levantar as habilidades sociais educativas parentais (HSE-P), os comportamentos dos filhos, as variáveis de contexto e as habilidades sociais conjugais (HSC) na amostra pertencente à região mais vulnerável e com maior incidência de violência doméstica do município.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A distribuição das regiões mais vulneráveis do município de Taubaté, agrupadas conforme suas características físicas, sociais e econômicas, segue o que foi utilizado na pesquisa de Prado e Vieira (2007), do Núcleo de Pesquisa Econômico-Sociais (NUPES) da Universidade de Taubaté, não contemplando outras abordagens teóricas sobre populações vulneráveis.

A violência abordada no estudo será a violência doméstica, ou seja, a violência dentro das famílias no *locus* do domicílio, mais especificamente a violência contra a mulher e a violência contra crianças e adolescentes. Somente serão estudados os casos notificados na Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher. Outras formas de violência, que não se caracterizam como violência doméstica, não serão objeto do presente estudo.

O enfoque do estudo para as práticas educativas parentais será dado a partir dos instrumentos: Questionário de Habilidades Sociais Educativas Parentais (QHSE-P) e Questionário de Habilidades Sociais Conjugais (QHSC), ambos desenvolvidos pela autora Bolsoni-Silva (2003). Apesar de considerados instrumentos fidedignos e utilizados para outros estudos científicos, não se pode negligenciar sua margem de erro e seus limites quanto a sua capacidade de prever a emissão das práticas educativas parentais em situações reais.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A disseminação da violência doméstica atinge direta e/ou indiretamente crianças e adolescentes e gera a reprodução da violência urbana e social, prejudicando, assim, o desenvolvimento regional sustentável. Segundo Patrus Ananias (2008), o desenvolvimento integral apresenta-se como um projeto de nação e envolve estratégias que articulem as demandas regionais de cada segmento da população, abrangendo diversas dimensões econômica, social, cultural e ambiental.

A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável afirma, em sua declaração política de 2002, que o Desenvolvimento Sustentável é apoiado em “três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores” — desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Sendo assim, não é sustentável atingir crescimento econômico sem desenvolvimento social; não é possível atingir o desenvolvimento social com altas incidências de violência. É necessário reconhecer a

complexidade e a interrelação de questões como pobreza, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento populacional, igualdade de gêneros, saúde, conflito e violência aos direitos humanos.

O interesse pelo estudo surge da necessidade de ampliar o conhecimento sobre o fenômeno da violência doméstica, no município de Taubaté, e relacioná-la, a princípio, com as questões de vulnerabilidade social da população e, em seguida, com as práticas educativas parentais.

No Brasil, há dificuldades de se manter estatísticas sobre os casos notificados de violência doméstica e fazem-se necessários estudos sistemáticos sobre a incidência do fenômeno de uma forma geral (MINAYO, 1994, MINAYO; SOUZA, 1999, AZEVEDO, 2007). No município de Taubaté, não há o levantamento prévio da violência doméstica e, portanto, será importante fazer um mapeamento da incidência de violência doméstica, usando para isso os dados estatísticos da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher.

A partir disso, faz-se necessário conhecer as práticas educativas exercidas pelos pais, que vivem inseridos em contextos com alta incidência de violência doméstica e alta vulnerabilidade social. Quais seriam as práticas educativas mais frequentes? As práticas coercitivas são mais frequentes nesses contextos? Quais seriam as HSE-P mais frequentes e quais delas representariam fatores de risco e/ou proteção às crianças e adolescentes?

Conhecer o ambiente social no qual crianças e adolescentes se desenvolvem e as práticas educativas parentais mais frequentes fazem sentido para justificar a necessidade de investimento em políticas públicas que envolvam cada vez mais o núcleo familiar e tenham como objetivo estratégias de prevenção e mudanças culturais significativas no âmbito microorganizacional. Somente assim, acredita-se ser possível contribuir para um desenvolvimento regional baseado na sustentabilidade.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho apresenta-se dividido em dois estudos sistematizados (A e B). O Estudo A corresponde ao mapeamento da violência doméstica no município de Taubaté, o qual diz respeito ao primeiro objetivo da pesquisa, e será apresentado no segundo capítulo. Esse estudo apóia-se na revisão da literatura sobre o cenário da violência no Brasil, com estudos sobre vulnerabilidade social e componentes macroestruturais da violência. Em seguida, é vislumbrada a violência doméstica, com algumas definições e, especificamente, alguns dados sobre violência contra a mulher e contra crianças e adolescentes; por fim, serão apresentados dados do município de Taubaté. Apresentam-se, também, neste capítulo, o método utilizado para a obtenção dos resultados, os resultados e a discussão desse estudo.

O Estudo B corresponde à análise das práticas educativas parentais na região mais vulnerável e com maior incidência de violência doméstica do município de Taubaté – SP, determinada a partir do estudo A, o que será apresentado no terceiro capítulo. A revisão de literatura que apóia esse estudo está relacionada às práticas educativas parentais de visão desenvolvimentista, que remete ao campo teórico do Treinamento de Habilidades Sociais (THS). Apresentam-se, ainda, o método utilizado, os resultados e a discussão desse estudo.

No quarto capítulo, os resultados dos dois estudos são integrados, discutindo-se relações entre vulnerabilidade social, violência doméstica e as práticas educativas parentais. No último e quinto capítulo, são expostas as conclusões do trabalho.

2 ESTUDO A: A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ

Este capítulo divide-se em revisão de literatura, método, resultados e discussão sobre o mapeamento da violência doméstica no município de Taubaté e assim, será apresentado posteriormente.

2.1 REVISÃO DA LITERATURA

Nsta seção são discutidos os seguintes temas: cenário da violência no Brasil, violência doméstica, violência contra a mulher, violência contra crianças e adolescentes e dados gerais do município de Taubaté.

2.1.1 Cenário da violência no Brasil

A Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) tem-se dedicado, anualmente, a dimensionar devidamente o problema da violência no Brasil. Com o apoio do Ministério da Saúde, a OIE colocou à disposição da sociedade um diagnóstico da violência nos estados e municípios brasileiros, bem como alertou para a violência juvenil. Estes dados compreendem o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros (WAISELFISZ, 2007) e o Mapa da Violência sobre os jovens do Brasil (WAISELFISZ, 2006).

Entre 84 países do mundo, o Brasil, com uma taxa total de 27 homicídios em 100.000 habitantes, ocupa a 4ª posição no *ranking*, só melhor que a Colômbia; com taxas semelhantes às da Rússia e da Venezuela. As taxas de homicídio, em 2004, foram 30 ou 40 vezes superiores às taxas de países como Inglaterra, França, Alemanha, Áustria, Japão ou Egito (WAISELFISZ, 2007).

De acordo com Waiselfisz (2006), as vítimas de homicídio são, preferencialmente, jovens do sexo masculino (92,1%). Foi na faixa dos 15 aos 29 anos de idade que as taxas cresceram mais na década de 1994 a 2004, com índices bem diferenciados das restantes faixas etárias. Dos 14 aos 17 anos, as taxas também são altas, com pico nos 14 anos, quando os homicídios, na década 1994/2004, cresceram 63,1%.

As taxas de homicídios totais do Brasil são muito elevadas se comparadas ao contexto internacional e, em relação aos homicídios de jovens, isso se torna mais dramático ainda. Os índices de homicídio juvenil são, proporcionalmente, acima de 100 vezes superiores aos de países como Áustria, Japão, Egito ou Luxemburgo (WAISELFISZ, 2006).

O que se percebe é que a população adolescente e jovem é, especialmente, a mais vitimizada quanto à questão de homicídios. Waiselfisz (2006) relata que os adolescentes e os jovens do sexo masculino, afrodescendentes, que residem em bairros pobres ou nas periferias das metrópoles, com baixa escolaridade e pouca qualificação profissional, são o principal grupo de risco para mortalidade por homicídio na população brasileira.

A partir desse panorama geral da violência no Brasil, Waiselfisz (2006) a analisa como um grave problema social, econômico e de saúde pública, tanto por sua magnitude, quanto por seus impactos, e sinaliza para a urgência da tomada de atitudes. Faz também uma observação crítica à realidade dos dados, pois esses, apesar de já alarmantes, não representam a totalidade de ocorrências da violência, visto que há uma margem de erro do próprio sistema de registro de óbitos.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também colocam o desafio da juventude em suas agendas prioritárias de ações e realizam um levantamento da juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina. Abramovay et al (2002), coordenadores desse estudo, situam os jovens em situações precárias de vida e desenvolvimento e sustentam

a afirmativa que a violência sofrida por esses jovens está correlacionada com a vulnerabilidade social em que se encontram, ou seja, dificuldades de acesso às estruturas de saúde, educação, trabalho, lazer e cultura. Esta vulnerabilidade social presente nos países latino-americanos fomenta o aumento da violência e da própria criminalidade.

[...] a violência, embora, em muitos casos, associada à pobreza, não é sua consequência direta, mas sim da forma como as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades da cada grupo social desencadeando comportamentos violentos (ABRAMOVAY et al, 2002, p. 14).

Adorno (2002), do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), relata que o crescimento da violência urbana tem sido uma tendência mundial desde a década de 1950, inicialmente no Estados Unidos e em seguida na Inglaterra. De acordo com o autor, há quatro tendências na sociedade brasileira nas últimas duas décadas: o crescimento da delinquência, em especial crimes contra o patrimônio e contra a pessoa; a emergência da criminalidade organizada; as graves violações de direitos humanos que comprometem a sociedade democrática; e a explosão de conflitos nas relações interpessoais. Nesse contexto, Adorno (2002) destaca a emergência da delinquência juvenil no debate público e a violência contra crianças e adolescentes.

A desigualdade de direitos e de acesso à justiça agravou-se na proporção mesma em que a sociedade se tornou mais densa e mais complexa. Os conflitos sociais tornaram-se mais acentuados. Neste contexto, a sociedade brasileira vem conhecendo crescimento das taxas de violência nas suas mais distintas modalidades: crime comum, violência fatal conectada com o crime organizado, graves violações de direitos humanos, explosão de conflitos nas relações pessoais e intersubjetivas (ADORNO, 2002, p. 87).

Pinheiro e Adorno (1992) enfatizam que o Brasil continua a ter o pior índice de concentração de renda entre todos os países do mundo, com mais de dez milhões de habitantes, gerando uma profunda desigualdade entre ricos e pobres, um hiato que divide a sociedade brasileira. Junto a essas desigualdades, há também fortes disparidades regionais, entre os estados do Sul e do Nordeste. Essa atual conjuntura sócio-econômica de

desigualdades sociais e regionais tem seus efeitos mais perversos quando está em foco o elo mais frágil da sociedade, ou seja, mulheres, crianças e adolescentes.

Partindo da afirmativa que o risco de ser exposto à violência, homicídios, é maior em localidades que sofrem carências, como a falta de capital social e a superposição de desvantagens, Cardia e Schiffer (2002) realizaram um estudo em quatro bairros da cidade de São Paulo mais vulneráveis às condições de desigualdade social. Concluem, enfaticamente, que a violência e a insegurança estão associadas a pouca qualidade de vida, ausência de política habitacional e implementação deficitária de serviços. Acrescentam que a discussão sobre a violência e sua relação com o crescimento da desigualdade social, associadas à falta de resposta do poder público, são fatores que contribuem, certamente, para manter os altos índices de violência.

Percebe-se até aqui que os diversos estudos sobre violência no Brasil, a partir do indicador de mortalidade por causas violentas, colocam adolescentes e jovens adultos masculinos das chamadas classes populares urbanas como vítimas preferenciais das mortes por homicídios e agressões (PINHEIRO; ADORNO, 1992; ZALUAR, 1994, 2006; ADORNO, 2002; ABRAMOVAY et al, 2002; GAWRYSZEWSKI; KOIZUMI; MELLO JORGE, 2004; WAISELFISZ, 2006). Além disso, os estudos sinalizam para o crescente aumento do fenômeno da violência no Brasil e o relacionam às condições de desigualdades sociais (PINHEIRO; ADORNO, 1992; ADORNO, 2002) e vulnerabilidade social da população (ABRAMOVAY et al, 2002).

Minayo (1994, 2002) ressalta que a violência tem sido investigada, tradicionalmente, pelos estudos de mortalidade, sendo precários os sistemas de informação por morbidade. A mortalidade por causas externas (violentas) englobaria os homicídios, suicídios e acidentes fatais e a morbidade, as lesões, envenenamentos, ferimentos, fraturas, queimaduras e intoxicações por agressões interpessoais, omissões e acidentes (MINAYO; SOUZA, 1999).

Dados da Organização Mundial da Saúde (2006) enfatizam que a agressão é a terceira no *ranking* entre as dez causas líderes de morte no Brasil em 2004. Em 1930, cerca de 50% das mortes eram por doenças infecciosas ou parasitárias. As causas externas (violentas) correspondiam a apenas 3%, as neoplasias a 3% e as doenças do aparelho circulatório a 12%. Em 2003, as doenças infecciosas e parasitárias respondiam por 5,2% das mortes, as violências por 13,5%, as neoplasias por 16,2% e as doenças do aparelho circulatório por 28,4%. Portanto, ressalta-se ainda mais o aumento do fenômeno da violência.

Para Minayo (1994), a violência é um dos eternos problemas da humanidade e não existe sequer uma sociedade, na qual não tenha estado presente. Desde sempre, houve a preocupação em se entender sua natureza, origem e meios para, então, preveni-la e eliminá-la da convivência social. No entanto, a violência é um fenômeno biopsicossocial permeado pela história de problemas políticos, econômicos, culturais, morais, das relações humanas.

A autora classifica a violência em estrutural, de resistência e da delinquência. A violência estrutural, designada como marco da violência do comportamento, se aplica tanto à família como aos sistemas econômicos, políticos e culturais. A violência de resistência é designada como resposta dos grupos, classes, nações e indivíduos oprimidos à violência estrutural. A delinquência se revela nas ações fora da lei socialmente reconhecida e é produzida e/ou reflexo também da própria violência estrutural. Para Minayo (1994, 2002), a violência não pode ser reduzida à delinquência e as três formas de sua expressão (estrutural, de resistência e da delinquência) não aparecem isoladas uma da outra. Geralmente, expressam-se conjuntamente e confirmam uma rede social que vai desde os conflitos do sistema social até os níveis interpessoais de consciências individuais.

Minayo e Souza (1999) mostraram que, no caso do Brasil, os problemas macroestruturais mais gritantes eram as extremas desigualdades, a violência no local de trabalho e o desemprego, a exclusão social e moral, a corrupção e a impunidade. Segundo as

autoras, estes problemas têm grande peso sobre a dinâmica da violência e contribuem tanto para o desenvolvimento da violência interpessoal e familiar, como também para o ciclo vicioso da violência. Além disso, esse momento histórico e cultural tem presente forte sentimento de insegurança, o qual tende a exacerbar o individualismo e alimentar um cinismo que gera a apartação social (MINAYO; SOUZA, 1999).

Minayo e Souza (1999); Minayo (1994; 2002; 2003), estudiosos do Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde (Claves), entendem o fenômeno da violência como uma relação complexa e dinâmica entre o biológico e o social, entre o subjetivo e as condições sociais dos sujeitos em situações de violência. Esse fenômeno, para as autoras, não pode ser entendido por explicações unilaterais de uma ou outra disciplina acadêmica.

Minayo (2003) evidencia alguns consensos em torno da violência e suas formas de manifestação:

- Há sociedades mais violentas que as outras;
- As formas de violência se articulam criando uma expressão naturalizada nas relações, comportamentos e atitudes;
- Não há consistência nas teorias positivistas para explicar a violência;
- Há sempre um significado e uma intenção na ação violenta;
- As explicações sobre violência são multicausais;
- É mais consistente trabalhar com 'violências' ao invés de violência;
- É sempre inevitável considerar tempo, espaço, contexto, grupos, gravidade e representação quando o assunto é a violência.

A questão da violência torna-se uma questão de saúde pública, a partir do final da década de 70, porque é uma ameaça à vida e à qualidade da existência, e porque frequentemente afeta a saúde e produz a morte (MINAYO, 1994; MINAYO; SOUZA, 1999).

Assim como em Minayo (1994; 2002), há um consenso entre os estudiosos do fenômeno da violência em afirmar que a violência doméstica é influenciada e derivada de uma violência mais ampla, isto é, da violência estrutural, social e cultural. Os aspectos

externos (vitimação) não explicariam por si só o fenômeno, existem as características particulares da violência doméstica (vitimização), que atinge as mulheres, crianças e os adolescentes, as quais serão explicadas posteriormente na seção sobre violência doméstica.

A seguir, serão destacados os estudos sobre a violência de gênero de Saffioti (1997) e as explicações sobre a violência doméstica, com os estudos do Ministério da Saúde (BRASIL, 2001).

2.1.2 Violência Doméstica

Para Saffioti (1989), a vitimização de mulheres e crianças, assim como o processo de vitimação, tem suas raízes na ordem social, na qual as relações sociais são permeadas pelo poder e hierarquia. Define esse poder como uma relação de dominação-exploração, que tem três sistemas: a dominação-exploração de muitos por poucos, o patriarcado ou a subordinação da mulher ao homem e o racismo. Nesse contexto, a autora define o poder como sendo macho, branco e rico; e este, socialmente, seria o grande poder almejado por todos os seres humanos. Complementa, apontando que a criança mantém com o adulto uma relação de hierarquia e que, muitas vezes, esse adulto detém pequenas parcelas de poder e, almejando o grande poder, utiliza sua autoridade e acaba vitimizando suas crianças - síndrome do pequeno poder. Adultos que teriam a função de proteger as crianças, acabam por espancá-las; famílias ao invés de educarem crianças, criam abutres.

As relações sociais precisam, como afirma a autora, de novos valores, entre os quais a igualdade social e o afeto, o qual deverá ter mais peso que o poder. Somente assim, será possível que as crianças se tornem seres humanos e não abutres (SAFFIOTI, 1989).

Além disso, Saffioti (1999) realiza uma diferenciação entre a violência doméstica, a violência familiar (intrafamiliar) e a violência de gênero, que acabam, muitas vezes, sendo

vistas como sinônimos. Para a autora, a violência de gênero seria a violência mais geral que diz respeito a uma categoria histórica de dominação-exploração, com primazia masculina e que permeia todas as relações dos seres humanos. Amplia o conceito, não somente para a relação homem-mulher, mas sim para as relações homem-homem e mulher-mulher. Nesta violência de gênero, inclui-se a violência familiar, que pode ocorrer dentro ou fora (intrafamiliar) do domicílio e que envolve membros da família extensa ou nuclear, levando-se em conta laços de consanguinidade. A violência doméstica apresenta sobreposição à familiar, mas diferencia-se, pois deve ocorrer dentro do domicílio e pode atingir pessoas que não pertencem à família, como os agregados.

Saffioti (1999) afirma que a violência praticada por pai e mãe contra os filhos, bem como a violência contra a mulher pode ser considerada de gênero, intrafamiliar e doméstica, porém propõe a nomenclatura de violência intrafamiliar.

A violência doméstica foi trazida a foco a partir dos movimentos sociais de defesa da mulher e das crianças e adolescentes, no final da década de 1970. De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), define-se como aquela praticada dentro do lar, incluindo membros do grupo, com função parental ou não: empregados, agregados e pessoas que convivam esporadicamente.

Ainda segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), a violência doméstica é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família e/ou agregados. Expressam dinâmicas de poder/afeto, nas quais estão presentes relações de subordinação-dominação. Nessas relações – homem/mulher, pais/filhos, diferentes gerações, entre outras – as pessoas encontram-se em posições opostas e criam sua própria dinâmica de relacionamento, diferente em cada grupo familiar. A violência doméstica pode se apresentar nas formas física, sexual, psicológica, econômico/financeira e institucional (BRASIL, 2001).

A definição utilizada neste estudo será a de violência doméstica citada acima, pois deve ocorrer dentro do domicílio. Segue também a lógica de Saffioti (1999), que trata a violência doméstica como parte e decorrente da violência de gênero. Opta-se por essa definição pela própria abordagem do Ministério da Saúde (BRASIL, 2001) sobre o conceito de família, a qual inclui membros agregados.

A família é o primeiro grupo de pessoas com vínculos afetivos, de consanguinidade e ou de convivência ao qual pertencemos; é o primeiro modelo de socialização. No entanto, hoje, encontra-se diferenciada de modelos e definições tradicionais do passado, isto é, deixou de se apresentar apenas na forma nuclear, com pai, mãe e filhos. Hoje, existem várias formas de organização familiar – as monoparentais, as reconstruídas, as uniões estáveis, os casais do mesmo sexo (BRASIL, 2001).

Além disso, serão vislumbrados os dois tipos de violência doméstica mais comuns nas famílias brasileiras, a violência contra a mulher e a violência contra a criança e o adolescente. A seção seguinte discutirá o fenômeno da violência contra a mulher.

2.1.3 Violência Contra a Mulher: as Delegacias de Defesa da Mulher

O movimento feminista brasileiro do final da década de 70 e início da década de 80, período de reabertura democrática, foi o grande impulsionador das discussões sobre a violência contra a mulher e das primeiras iniciativas de políticas públicas assistenciais (DEBERT; GREGORI, 2000; MACHADO, 2002; IZUMINO, 2004; DINIZ, 2006; SILVEIRA, 2006).

Com o lema “Quem ama não mata”, o movimento realizou ampla campanha nacional para denunciar os homicídios de mulheres por seus próprios companheiros (IZUMINO, 2004). Como resultado, obtiveram a criação do primeiro serviço de assistência direta às mulheres vítimas de violência no Brasil, o SOS mulher, em 1980 em São Paulo.

Aproximadamente cinco anos depois, surgiu a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), também em São Paulo (IZUMINO, 2004; DINIZ, 2006; MASSULA, 2006; SILVEIRA, 2006).

Estudiosos da área (como por exemplo, SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 1999; DEBERT; GREGORI, 2000; MACHADO, 2002; IZUMINO, 2004; DINIZ, 2006; SILVEIRA, 2006) são unânimes em afirmar o pioneirismo brasileiro na implantação dessas delegacias que serviram de exemplo para a América Latina e o mundo. Além disso, esses estudiosos ressaltam que, ao longo do tempo, estas delegacias têm dado visibilidade e ocupado lugar central no debate da violência contra a mulher no Brasil. A maioria dos dados estatísticos sobre violência contra a mulher é originária dos estudos de levantamentos desses serviços e dos serviços de saúde (MASSULA, 2006).

Na década de 1990, com o reconhecimento que a violência contra a mulher se caracterizava como violação dos direitos humanos (PRATES, 2007), houve a ampliação da assistência às mulheres vítimas de violência com a criação de outros serviços assistenciais como, por exemplo, os centros de referência e atendimento, as casas abrigo, os serviços jurídicos especializados. No entanto, as delegacias foram os serviços que mais se multiplicaram na década (SILVEIRA, 2006).

Silveira (2006) alerta que, apesar dessa multiplicação dos serviços de atenção à violência contra as mulheres, isso não se traduz em uma política de atenção integrada. A autora enfatiza que, geralmente, essas iniciativas assistenciais são isoladas e implementadas sem a compreensão da sua complexidade, além de criadas em condições precárias de funcionamento e com frágil compromisso do poder público.

Pelo que cita Massula (2006), o aumento do número das delegacias tem sofrido restrições e não tem se multiplicado mais como na década de 1990. Em 2004, houve um decréscimo de 22 delegacias em relação a 2003. Para a autora, a situação é considerada grave,

visto que a demanda reprimida desses serviços é grande e faltam vagas para atendimento de todas as vítimas.

Outra questão que Silveira (2006) coloca em pauta diz referência à distribuição territorial das delegacias como sendo desigual. Há cerca de 300 delegacias em território nacional, sendo que ainda estão presentes somente em 10% dos municípios brasileiros e 40% delas encontram-se no Estado de São Paulo.

Debert e Gregori (2000) investigaram as transformações pelas quais passaram as delegacias de defesa da mulher de 1985 a 2000. Apontam a problemática da falta de interlocução entre as delegacias e o descuido com as informações em evidência. Exploram, também, a falta de confiabilidade da qualidade do serviço prestado às vítimas e a ausência de informações consistentes.

Enfim, os estudos (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 1999; DEBERT; GREGORI, 2000; IZUMINO, 2004; DINIZ, 2006; SILVEIRA, 2006) afirmam que, apesar da iniciativa de implantação das Delegacias de Defesa da Mulher como um serviço pioneiro de assistência às mulheres vítimas de violência, há muita polêmica e problemática na forma como se tem conduzido o atendimento a essas mulheres. Falta capacitação e preparo dos funcionários no atendimento a essa demanda que precisa ser ouvida.

A seguir, são destacados alguns dados estatísticos para mostrar a problemática da violência contra a mulher nos dias atuais, no Brasil.

2.1.4 Violência Contra a Mulher: alguns dados

Estudos do Grupo Parlamentar Interamericano sobre População e Desenvolvimento (ONU, 1992), citados pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), permitem dimensionar a violência contra a mulher. A partir das informações colhidas nas Delegacias da Mulher, evidenciam a ocorrência de mais de 205 mil agressões no período de um ano. Pesquisa

realizada pela FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 1989, e também citada pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), mostra que 63% das vítimas de violência doméstica são mulheres e que em 70% dos casos, os agressores são os próprios maridos e/ou companheiros.

Diferentemente do explicitado sobre a população que mais sofre em relação à questão dos homicídios, ou seja, jovens do sexo masculino que residem em bairros pobres (WAISELFISZ, 2006), as mulheres estão mais sujeitas a agressões dentro de casa, por pessoas conhecidas e íntimas, o que pode gerar violência repetida e continuada por vários anos (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 1999).

A violência doméstica contra as mulheres se repete mais que a cometida por estranhos e, assim, tem impacto maior sobre a sua saúde, merecendo maior responsabilidade dos serviços de saúde em sua detecção e prevenção (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA; FRANÇA-JUNIOR; PINHO, 2002).

Ainda enfatizando dados estatísticos sobre a violência contra a mulher, a pesquisa de base populacional da Fundação Perseu Abramo (2001) evidencia que 43% das mulheres alegam ter sofrido algum tipo de violência em algum momento da vida, sendo que 33% dessas alegam ter sofrido violência física, 27% violência psíquica e 11% ter sofrido assédio sexual. Além disso, a pesquisa sinaliza que 19% das mulheres relatam, espontaneamente, já ter sofrido algum tipo de violência provocada por homens e, em sua maioria (16%), na forma de violência física.

Um dado importante dessa pesquisa é que o principal agressor citado, com uma responsabilidade que varia de 57% e 70%, é o marido ou o parceiro em qualquer uma das modalidades de violência, exceto no assédio sexual. Outros agressores como ex-companheiro e ex-namorado somados ao índice do marido e parceiro totalizam na maioria dos casos de agressão sofrida por mulheres e cometida por homens.

Em estudo entre usuárias de uma unidade básica de saúde de São Paulo, durante dois meses em 1998, Schraiber, D'Oliveira, França-Junior e Pinho (2002) constataram que uma em cada três mulheres já havia vivido um episódio de violência física ou sexual na vida e uma em cada cinco já sinalizava medo de alguém próximo violentá-la. Diferentemente do estudo acima, os autores verificam que o agressor mais comum na violência do tipo física são os familiares, mais que os parceiros. Apenas na violência do tipo sexual é que se mantém o parceiro como agressor principal.

Poucas mulheres vítimas de violência conseguiram, no estudo acima, nomear a violência vivida no âmbito doméstico e isso, segundo os autores, é um problema grave, pois a violência, embora severa, não se representa como tal.

Em um primeiro estudo de base populacional brasileiro que possibilita comparações com outros países, Schraiber et al (2007) afirma que as taxas brasileiras de violência por parceiro íntimo não estão entre as mais altas do mundo, o que atribuem às três décadas de ativismo no enfrentamento da violência contra a mulher e às respostas institucionais.

A violência psicológica, física e sexual associadas corresponde, aproximadamente, a 20% dos casos e constitui-se na mais grave (SHRAIBER et al, 2007). Em concordância com a afirmação, Kronbauer e Meneghel (2005) verificaram a presença de violências múltiplas, como sendo as situações mais citadas em seus estudos em uma unidade básica de saúde, em Porto Alegre, durante dois meses do ano de 2003.

Tavares (2000), em pesquisa no Centro de Referência da Saúde da Mulher no Hospital Pérola Byington, em São Paulo, identificou que 80% das usuárias desse Centro sofreram algum tipo de violência doméstica, sendo que dessas, a maioria (80%) das entrevistadas relataram a violência praticada pelos companheiros e 20% por parte de seus pais e ou por seus filhos. Quanto às causas que foram atribuídas à violência, a maioria das mulheres cita a vivência do episódio na infância e a repetição do comportamento na vida adulta, a bebida, a

droga, a falta de cultura e de educação e o ciúme. Quanto às consequências da violência, sinalizaram os agravos à saúde como físicos (hematomas, insônia, fraturas, dores pélvicas, entre outros) e psicológicos (abandono material, injúria, calúnia, ameaças), o que enfatiza a necessidade de atendimento em serviços de saúde.

Com essa pesquisa de diagnóstico da situação de violência, Tavares (2000) alerta a direção do hospital e implanta, assim, uma comissão técnica para a capacitação dos funcionários do Pronto-Atendimento, com a participação da União de Mulheres de São Paulo, informando sobre a questão de gênero e a violência doméstica. O desdobramento da pesquisa foi o avanço do investimento em prevenção.

Em estudo feito em 44 serviços assistenciais no município de São Paulo, Kiss, Schraiber e D'Oliveira (2007) perceberam as grandes dificuldades para se ter um atendimento intersetorial e multiprofissional às mulheres em situação de violência. Primeiramente, essas dificuldades se traduzem nas diferenças entre as propostas e as finalidades dos tipos de assistência. De um lado, encontra-se a assistência jurídica e policial cujo olhar se reduz aos aspectos legais do caso. De outro lado, encontram-se os profissionais da assistência que lidam com as situações de vulnerabilidade e subjetividade da mulher.

Segundo as autoras, a assistência à mulher é fragmentada. Não há um projeto comum e há a necessidade de um esforço para a projeção de uma rede para produzir uma assistência em conjunto e uma comunicação interinstitucional, com o uso de tecnologias e a presença do Estado.

Outro ponto relevante é a dificuldade quanto à fidedignidade das informações sobre a violência contra a mulher colocada por Kronbauer e Meneghel (2005). Existem diferentes definições, fontes de informações distintas e inexistência de inquéritos populacionais, o que gera dificuldades de comparações estatísticas, pesquisas isoladas e falta de conhecimento dos profissionais de saúde que atendem essas mulheres.

A pesquisa sobre a “Percepção e reações da sociedade sobre a violência contra a mulher”, do Instituto Patrícia Galvão, realizada pelo Ibope Opinião, em maio de 2006, demonstra em números e dados estatísticos o que a sociedade pensa a respeito da violência contra a mulher. Mostra que 33% da população investigada aponta a violência contra as mulheres dentro e fora de casa como o problema que mais preocupa a brasileira na atualidade, mais que o câncer de mama e de útero (18%) e a AIDS (12%); 51% dos entrevistados declaram conhecer ao menos uma mulher que é ou foi agredida por seu companheiro; 54% dos entrevistados acham que os serviços de atendimento não funcionam; 65% dos entrevistados acreditam que, atualmente, as mulheres denunciam mais e dentre essas, 46% atribuem o maior número de denúncias à maior informação e 35% acham que é porque, hoje, as mulheres são mais independentes.

Portanto, o fenômeno da violência contra a mulher já é algo conhecido pelas mulheres brasileiras e, cada vez mais, se torna um fenômeno preocupante e que merece atenção especial. A violência contra a mulher no Brasil está mais visível e menos aceitável, apesar de ainda evidenciar taxas elevadas (SCHRAIBER et al, 2007).

Nesse sentido, pode-se citar a promulgação da Lei 11340, no ano de 2006, como um marco legislativo para as mulheres brasileiras e uma ferramenta para os atendimentos dos casos de violência contra a mulher. Batizada como Lei Maria da Penha, em homenagem à luta de quase vinte anos de Maria da Penha para que seu agressor fosse punido, veio estabelecer um novo paradigma na questão da violência contra a mulher.

Um agravante é que parte dessa violência sofrida pela mulher e cometida muitas vezes pelo companheiro, como vimos pelas pesquisas citadas, passa a ser acompanhada pela violência contra os filhos. Os profissionais da saúde devem, pois, ficar alertas, já que a violência entre o casal engloba todo o grupo familiar, como apontado por Reichenheim, Dias e Moraes (2006). Os efeitos da exposição de crianças à violência conjugal podem gerar riscos

ao desenvolvimento infantil, como ocorrências de depressão, agressividade, baixa auto-estima e isolamento social (CORRÊA; WILLIAMS, 2000; BRANCALHONE; FOGO; WILLIAMS, 2004; MAIA; WILLIAMS, 2005).

Partindo do pressuposto que a violência doméstica contra as mulheres prejudica direta e/ou indiretamente também crianças e adolescentes desse contexto familiar, a seção seguinte apresenta uma reflexão sobre alguns dados no Brasil e no mundo da violência contra crianças e adolescentes.

2.1.5 Violência contra crianças e adolescentes no Brasil e no mundo: alguns dados

A violência contra crianças e adolescentes tem sido fonte de grandes preocupações e objeto de estudos no mundo. O número crescente desse tipo de violência e seu impacto para o desenvolvimento das sociedades vem sendo assustador. A declaração de Genebra, em 1924, foi a primeira manifestação internacional em prol dos direitos das crianças e adolescentes, mas somente em 1979, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu os princípios de proteção legal à infância e juventude (MELLO JORGE; GOTLIEB; LAURENTI, 2002).

O relatório *World Report on Violence Against Children* (PINHEIRO, 2007) – primeiro estudo mundial sobre o tema, elaborado sob a coordenação do professor Paulo Sérgio Pinheiro, Pesquisador Associado do NEV-USP e Expert Independente do secretário geral da ONU, evidencia a preocupação mundial e alerta para a necessidade de prevenção da questão.

O relatório enfatiza que nenhum país do mundo está imune à violência contra crianças, nem os ricos nem os pobres, como enfatiza também Minayo (1994), apesar de afirmar que algumas crianças estão particularmente mais vulneráveis à violência devido ao gênero, raça, etnia e status social. Além disso, alerta que o fenômeno da violência é de responsabilidade multisetorial, ou seja, envolve os direitos humanos, a saúde pública e a sociedade civil. A

mensagem central do relatório é que a violência contra crianças e adolescentes não pode ser justificável, não é inerente ao homem e às sociedades, e pode e deve ser prevenida. Muitas crianças no mundo são expostas, diariamente, a extremas formas de violência física, sexual e psicológica e isso gera graves problemas para a saúde e o desenvolvimento infantil. Em determinadas sociedades antigas, os infanticídios, punições humilhantes, a negligência e o abandono, assim como o abuso sexual, eram acontecimentos frequentes. O tema não é, portanto, algo recente. Sabe-se, porém, que os estudos começaram a ser mais enfáticos a partir da década de 1970. Os dados abaixo mostram a gravidade do problema e sua dimensão mundial:

- A *World Health Organization* (WHO) estima que aproximadamente 53 mil crianças morreram em 2002, vítimas de homicídios;
- Uma estimativa mundial de 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos até dezoito anos têm experiências sexuais forçadas e outras formas de violência sexual;
- O *United Nations Children's Fund* (UNICEF) estima que na África, Egito e Sudão, três milhões de meninas e meninos são vítimas de mutilação de genitais a cada ano;
- O *International Labour Office* (ILO) estima que 218 milhões de crianças exerciam alguma atividade laboral em 2004 e 126 milhões dessas crianças se envolviam em trabalho pesado. No ano de 2000, as crianças com atividades laborais se vincularam à prostituição e pornografia (1,8 milhões) e ao tráfico (1,2 milhões);
- Somente 2,4 % das crianças no mundo são protegidas legalmente de punições corporais.

O *World Report on Violence and Health* (2002) adotou o modelo ecológico para o entendimento do fenômeno multifacetado e complexo da violência, o qual reconhece os fatores de risco e de proteção à violência. O modelo ecológico identifica a história pessoal e as características da vítima, sua família, seus relacionamentos, seu contexto na comunidade e na própria sociedade. Inclui desde fatores individuais até relevantes da sociedade.

Nos Estados Unidos são registrados, anualmente, mais de um milhão e meio de casos de maus-tratos com crianças e adolescentes, com mil óbitos anuais. Na França, morrem 400 crianças por ano, vítimas dos próprios pais. No Brasil, a situação de violência contra a criança e o adolescente não se mostra diferente desses outros países, no entanto, há dificuldades de se levantar dados estatísticos.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e, logo em seguida, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, pela lei n 8.069, foram os grandes marcos para assegurar os direitos da criança e do adolescente - direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à dignidade – protegendo-os de qualquer forma de discriminação, negligência e violência (MELLO JORGE; GOTLIEB; LAURENTI, 2002).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069/90 (BRASIL, 1990), definiu como crianças as pessoas com até doze anos de idade incompletos e, como adolescentes, as pessoas entre doze e dezoito anos de idade.

Azevedo e Guerra (1989) definem a violência doméstica contra a criança e o adolescente como aquela praticada no âmbito familiar por adultos e/ou responsáveis pela criança e pelo adolescente, tanto sob a forma de ação quanto de omissão. Consiste na violência interpessoal com abuso de poder disciplinador, ocasionando vitimização e imposição de maus tratos.

Para um desenvolvimento saudável da infância, seres humanos precisam de um ambiente que os nutram e os apoiem. A relação pai-criança satisfatória é a base para o desenvolvimento da confiança, autocontrole, superação de problemas e futuros relacionamentos interpessoais saudáveis. Os pais servem de modelo para a preparação e o amadurecimento para a vida adulta e suas influências geralmente servem de base para a vida toda (SALOMON, 2002). Com essa afirmação, justifica-se mais uma vez a investigação das práticas educativas parentais.

A violência física, sexual, psicológica, fatal e a negligência, como classificam Azevedo e Guerra (1989), são abusos domésticos/maus tratos manifestados nas relações interpessoais, nas quais o poder dos pais e/ou responsáveis reduz as vítimas a meros objetos.

A violência física define-se como o emprego de força física por parte dos pais e/ou responsáveis no processo de disciplinar seus filhos, enquanto prática educativa parental. Há legislações que já proíbem o uso de punição corporal na relação pais e filhos, em países como a Suécia, Finlândia, Noruega, Áustria; entretanto, a maioria dos países ainda não protege legalmente as crianças de serem punidas fisicamente por seus pais. No Brasil, a violência física é vista como castigo necessário e educativo (AZEVEDO; GUERRA, 1989).

A violência sexual é designada como todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual e homossexual, praticado por um adulto com o fim de gerar estímulo sexual à criança e adolescente ou utilizá-los para obter satisfação sexual. Constitui sempre em uma relação de prazer do adulto no uso de seu poder e aflige na sua grande maioria as vítimas do sexo feminino (AZEVEDO; GUERRA, 1989; ASSIS, 1994; DESLANDES, 1994).

Azevedo e Guerra (1989; 1998) relatam que o abuso sexual na infância gera consequências de adaptação psicossociais, tanto afetivas, quanto interpessoais e sexuais. Sentimentos de culpabilidade, autodesvalorização, depressão, bem como o afastamento de

relacionamentos íntimos com tendência a supersexualização e a insatisfação sexual são algumas das consequências geradas.

A violência psicológica ocorre, segundo os autores Azevedo e Guerra (1989), quando o adulto deprecia a criança ou o adolescente e/ou mantém atitudes de ameaças de abandono que geram sofrimento mental e bloqueiam a capacidade de auto-aceitação dessas crianças e adolescentes. A negligência, segundo esses autores, ocorre na omissão em prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente e a violência doméstica fatal seria a violência que tem como consequência a morte da criança ou adolescente.

As estatísticas são eloquentes ao assinalar o homem adulto como autor mais frequente dos abusos físicos e/ou sexuais sobre meninas e mulheres. No entanto, o abuso físico e a própria negligência às crianças são, muitas vezes cometidos pelas mães, e no caso dos idosos, por seus cuidadores. Em geral, os casos de violência no Brasil são registrados em situações policiais, tratando-se, portanto, de casos de violência explícita, facilmente constatada. Porém, existem casos de violência psicológica, difíceis de serem percebidos e diagnosticados, tanto no nível institucional quanto pelo agressor ou pela própria vítima. A constante *desmoralização* do outro, por exemplo, é uma dessas formas. Os efeitos morais da desqualificação sistemática de uma pessoa, principalmente nas relações familiares, representa uma forma perversa e cotidiana de abuso cujo efeito é tão ou mais pernicioso que qualquer outro, já que pode promover distúrbios graves de conduta na vítima. Não encontrando recursos para se proteger, a vítima estará exposta a respostas cada vez mais violentas por parte do agressor (BRASIL, 2001, p. 10).

No Brasil, faltam ainda pesquisas nacionais especializadas para esses levantamentos estatísticos, mas pesquisas em alguns estados brasileiros por órgãos do governo e organizações não-governamentais como o Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI-SP) e a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA-RJ) vêm contribuindo para sinalizar o problema da violência doméstica no Brasil (ABRAPIA, 2002).

Dados da ABRAPIA (2002) mostram que em 100 denúncias de maus-tratos contra a criança e o adolescente, nove são de abuso sexual, 80% dos casos são meninas, 49% têm de dois a cinco anos e 33% de seis a dez anos. Estima-se que no Brasil, cento e sessenta e cinco crianças e adolescentes sofrem abuso sexual por dia ou sete a cada hora.

De acordo com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA, 2000), 6,5 milhões de crianças por ano sofrem algum tipo de violência doméstica, 18 mil são espancadas diariamente e 300 mil crianças e adolescentes são vítimas de incesto no Brasil.

Azevedo (2007), do Laboratório de Estudos da Criança do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (LACRI-USP), discute as dificuldades de se manter no Brasil estatísticas oficiais sobre casos notificados de violência doméstica contra crianças e adolescentes, assim como a não realização de estudos sistemáticos sobre a incidência e a prevalência do fenômeno, alertando para a necessidade de investigações mais sistemáticas na área. Ocorre, como explica a autora, o 'tradicional complô de silêncio' que sempre cercou a violência doméstica no Brasil e, também, no mundo. Assim sendo, a violência denunciada seria a ponta do iceberg e o número de casos não notificados seria um número muito maior da realidade em qualquer sociedade.

A Tabela 1 mostra a realidade brasileira dos casos de violência doméstica notificados no Brasil do ano de 1996 ao ano de 2007, segundo a pesquisa de Azevedo (2007).

Tabela 1 - Síntese de Violência Doméstica Notificada de Azevedo (2007)

Anos	Violência Física		Violência Sexual		Negligência		Violência Psicológica		Violência Fatal		Total de casos notificados	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
1.996	525	44,0	95	8,0	0	0,0	572	48,0	0	0,0	1.192	100,0
1.997	1.240	60,1	315	15,3	53	2,6	456	22,1	0	0,0	2.064	100,0
1.998	2.804	22,2	578	4,6	2.105	16,7	7.148	56,6	0	0,0	12.635	100,0
1.999	2.620	39,3	649	9,7	893	13,4	2.512	37,6	0	0,0	6.674	100,0
2.000	4.330	38,9	978	8,8	1.493	13,4	4.205	37,7	135	1,2	11.141	100,0
2.001	6.675	32,9	1.723	8,5	3.893	19,2	7.713	38,1	257	1,3	20.261	100,0
2.002	5.721	35,8	1.728	10,8	2.685	16,8	5.798	36,3	42	0,3	15.974	100,0
2.003	6.497	31,3	2.599	12,5	2.952	14,2	8.687	41,9	22	0,1	20.757	100,0
2.004	6.066	31,0	2.573	13,2	3.097	15,8	7.799	39,9	17	0,1	19.552	100,0
2.005	5.109	26,5	2.731	14,2	3.633	18,9	7.740	40,2	32	0,2	19.245	100,0
2.006	4.954	26,7	2.456	13,2	3.501	18,9	7.617	41,1	17	0,1	18.545	100,0
2.007	2.940	25,1	1.057	9,0	2.285	19,5	5.422	46,3	10	0,1	11.714	100,0
Total	49.481	31,0	17.482	10,9	26.590	16,6	65.669	41,1	532	0,3	159.754	100,0

Fonte: Azevedo, 2007.

Apesar de grande parcela de ocorrências de violência doméstica contra a criança e adolescente não fazer parte dessa estatística, a questão da violência doméstica é alarmante no Brasil. Os casos notificados de violência doméstica do ano de 1996 ao ano de 2007 no Brasil, segundo pesquisa de Azevedo (2007), somam um total de 159.754, sendo que desses, 41% são casos de incidência de negligência e 31% de violência física. A família acaba sendo o lócus privilegiado de atos violentos e merece destaque em investigações científicas.

Em relação à violência doméstica sexual, mostram-se na Tabela 2 alguns números significativos (AZEVEDO, 2007).

Tabela 2 - Síntese de Violência Doméstica do Tipo Sexual Notificada de Azevedo (2007)

Ano	Violência Sexual							
	Masculina		Feminina		Sem informação		Total	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
1.996	8	8,4	68	71,6	19	20,0	95	100,0
1.997	7	2,2	80	25,4	228	72,4	315	100,0
1.998	18	3,1	174	30,1	386	66,8	578	100,0
1.999	113	17,4	536	82,6	0	0,0	649	100,0
2.000	192	19,6	786	80,4	0	0,0	978	100,0
2.001	350	20,3	1.373	79,7	0	0,0	1.723	100,0
2.002	326	18,9	1.402	81,1	0	0,0	1.728	100,0
2.003	522	20,1	2.077	79,9	0	0,0	2.599	100,0
2.004	589	22,9	1.984	77,1	0	0,0	2.573	100,0
2.005	602	22,0	2.129	78,0	0	0,0	2.731	100,0
2.006	677	27,6	1.779	72,4	0	0,0	2.456	100,0
2.007	251	23,7	806	76,3	0	0,0	1.057	100,0
Total	3.655	20,9	13.194	75,5	633	3,6	17.482	100,0

Fonte: Azevedo (2007).

Pode-se notar que a violência sexual, que atinge tanto homens quanto mulheres, vêm sofrendo grandes proporções de aumento de 1996 a 2007. A violência sexual que tinha como vítimas os homens era de 8,4% em 1996 e, em 2007, chega a 23,7%; enquanto que a violência sexual que tinha como vítimas as mulheres, no mesmo período, passa de 71,6% para 76,3%.

Significativa também é a diferença de gênero na violência sexual, na qual as pessoas do sexo feminino são o alvo preferencial.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2001) coloca em destaque a identificação necessária pelos profissionais de saúde da existência de condições particulares individuais, familiares e coletivas que aumentam o risco da ocorrência de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Os fatores de risco para criança, referentes aos pais, seriam:

pais com histórico de maus-tratos, abuso sexual ou rejeição/abandono na infância; gravidez de pais adolescentes sem suporte psicossocial; gravidez não planejada e/ou negada; gravidez de risco; depressão na gravidez; falta de acompanhamento pré-natal; pai/mãe com múltiplos parceiros; expectativas demasiadamente altas em relação à criança; ausência ou pouca manifestação positiva de afeto entre pai/mãe/filhos; delegação à criança de tarefas domésticas ou parentais; capacidade limitada em lidar com situações de estresse (perda fácil do autocontrole); estilo disciplinar rigoroso; pais possessivos e/ou ciumentos em relação aos filhos (BRASIL, 2001, p. 25).

Os fatores de risco referentes à criança seriam:

crianças separadas da mãe ao nascer por doença ou prematuridade; crianças nascidas com mal-formações congênitas ou doenças crônicas (retardo mental, anormalidades físicas, hiperatividade); crianças com falta de vínculo parental nos primeiros anos de vida (BRASIL, 2001, p. 25).

Azevedo (2002) afirma que se não houver iniciativas em direção à prevenção, a uma conscientização política contra a violência entre classes sociais e intraclasses sociais, simultaneamente, não haverá a promoção da qualidade de vida de crianças e adolescentes e a violência doméstica continuará acontecendo. A autora faz uma crítica aos obstáculos científicos e políticos presentes na discussão sobre a violência doméstica.

Aos obstáculos científicos faz uma crítica, em primeiro lugar, ao modelo explicativo hegemônico, baseado na Teoria Sistêmica e na Teoria Ecológica. Em segundo lugar, aos modelos unidimensionais, os quais estão ancorados em uma visão determinista e linear, ora modelo de natureza individual ora social. Por último, critica o modelo interativo, o qual é o mais utilizado para as explicações do fenômeno da violência doméstica (AZEVEDO, 2002).

Azevedo (2002) propõe a construção de uma teoria histórico-crítica da violência doméstica contra crianças e adolescentes, privilegiando a psicologia sócio-histórica de abordagem sociopsico-interacionista, que explica a violência de pais contra filhos numa visão multicausal. Seu pressuposto é que a díade infância e violência doméstica somente será compreendida pelas determinações do desenvolvimento histórico e das interações entre genes, condições ambientais e experiências de vida.

Quanto aos obstáculos políticos, enfatiza a hierarquização entre os problemas da infância em dificuldade, a qual coloca a infância pobre como mais importante que a infância vitimizada. Outro ponto seria a síndrome do S.O.S., isto é, a ênfase na prevenção secundária e terciária quando o investimento deveria ter como prioridade a prevenção primária (AZEVEDO, 2002).

A ênfase na prevenção é abordada por vários estudiosos do campo da violência doméstica (MINAYO, 1994, 2002; MINAYO; SOUZA, 1999; REICHENHEIM; HASSELMANN; MORAES, 1999; AZEVEDO, 2002; NEVES; ROMANELLI, 2006; GOMES; MINAYO; ASSIS; NJAINE; SCHENKER, 2007).

Programas de prevenção, que tenham como foco a família, com o auxílio da rede de apoio social necessária e com estratégias interdisciplinares eficazes (REICHENHEIM; HASSELMANN; MORAES, 1999) são a grande arma contra a violência doméstica. Mais uma vez o foco deveria ser voltado para as práticas educativas parentais.

Para se obter uma dimensão e análise adequadas do fenômeno da violência doméstica no município de Taubaté, é necessário conhecer alguns dados do município. Uma breve apresentação desses dados será feita logo a seguir.

2.1.6 Dados do município de Taubaté

Os dados sobre Taubaté estão organizados no presente trabalho a partir das fontes do Seade (2005; 2008), Datasus (2005). A Fundação Seade (2008) apresenta dados gerais sobre o município de Taubaté e o Datasus (2005) apresenta as causas externas de mortalidade e morbidade. Explicações sobre o Índice de Responsabilidade Social do município (IPRS) e o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) serão fornecidos pelas fontes de São Paulo (2006) e do Seade (2005).

O município de Taubaté, de acordo com dados apresentados pelo Seade (2008), possui uma área de aproximadamente 626 Km² e uma população total de 272.740 pessoas. Tem índice de desenvolvimento humano (IDHM) igual a 0,837 e mortalidade infantil igual a 14,25.

As causas externas de morbidade e mortalidade do município, no ano de 2005, ou seja, as que incluem as evidências de violência da população, atingem, principalmente, crianças e adolescentes de 10 a 14 anos (66,7%) e logo em seguida, os jovens de 15 a 19 anos (60,9%) (DATASUS, 2005).

O IPRS foi criado com o intuito de classificar os municípios segundo os diferentes graus de desenvolvimento presentes no Estado de São Paulo e a partir da lógica da dimensão territorial como sendo decisiva para as políticas públicas de combate à pobreza e a segregação. Sua grande contribuição foi fornecer uma radiografia completa do estado de São Paulo, de suas regiões administrativas e seus 645 municípios (SÃO PAULO, 2006).

Além disso, segue o conceito do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pois assim como este, considera insuficiente a mensuração da qualidade de vida social apenas pela renda *per capita* e avança na avaliação das condições de vida da população acrescentando dimensões de longevidade e escolaridade. Além de adicionar os níveis de saúde e educação da população. As três dimensões componentes do IDH, riqueza, escolaridade e longevidade,

servem de base para o índice paulista. O primeiro e principal diferencial é a tipologia dos municípios, que permite identificar o estágio de desenvolvimento de um determinado município nas três dimensões; o segundo é a capacidade de avaliar as variáveis para captar as mudanças nas condições de vida do município; e o terceiro é a utilização dos registros administrativos que satisfazem as condições de periodicidade e cobertura para atualização do indicador, nos anos entre os censos demográficos e para todos os municípios (SÃO PAULO, 2006).

Quanto ao indicador de riqueza municipal, é captado por intermédio das seguintes variáveis: consumo de energia elétrica na agricultura, comércio e serviços e valor adicionado *per capita*, e pela renda familiar através do consumo de energia elétrica residencial e rendimento médio dos empregados no setor privado com carteira assinada e no setor público. Para a dimensão de longevidade, opta-se pela combinação das mortalidades específicas perinatal, infantil, de adultos de 15 a 39 anos e de pessoas de 60 anos e mais. O indicador de escolaridade enfatiza a situação escolar de crianças, adolescentes e jovens; combina o nível de escolaridade dos adolescentes e jovens por meio das variáveis: percentagem de jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental e proporção de jovens de 18 e 19 anos com ensino médio completo, a frequência à educação infantil pela percentagem de crianças de cinco e seis anos que frequentam a pré-escola e a questão do analfabetismo funcional pela proporção de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de escolaridade (SÃO PAULO, 2006).

Com a combinação desses três indicadores, que sintetizam a situação do município, foi criada uma tipologia que classifica em cinco grupos as cidades com características similares. Os indicadores foram transformados em uma escala discreta formada pelas categorias baixa, média e alta (SÃO PAULO, 2006).

O IPRS do município de Taubaté nas edições de 2002 e 2004 classificou-se no Grupo 1, que engloba os municípios com bons indicadores de riqueza, longevidade e escolaridade. Obteve avanços em todos os indicadores e, em termos de dimensões sociais, o escore de longevidade igualou-se à média estadual e o de escolaridade superou esse valor (SÃO PAULO, 2006).

No entanto, o IPRS, ao classificar os municípios, não respondeu integralmente às questões de equidade e da pobreza no interior desses municípios. Por exemplo, grandes centros urbanos como São Paulo e Campinas foram bem posicionados no IPRS, mas abrigam em seu território expressivos segmentos populacionais expostos a diferentes condições de vulnerabilidade social que não foram identificados (SEADE, 2005).

Partindo do pressuposto que o IPRS não atingia total eficiência para notificar os segmentos da população mais expostos às precárias condições de vida, pobreza, miséria, e devendo servir de complemento e correlação, foi criado o IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. A vulnerabilidade social decorre de fenômenos diversos e é no confronto entre as características individuais e familiares da população e suas possibilidades de desfrutar bens e serviços ofertados pelo Estado e sociedade que se definem as condições de vida e mobilidade social e se notifica as vulnerabilidades e riscos dessas populações (SEADE, 2005).

Uma análise do IPVS de Taubaté, ou seja, das condições de vida de seus habitantes, no ano de 2000, mostra que os responsáveis pelos domicílios auferiam, em média, R\$991,00, e que 41,8% ganhavam, no máximo, três salários mínimos. Tinham, em média, 7,4 anos de estudo; 49,5% deles completaram o ensino fundamental e 5,4% eram analfabetos. Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios era de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 13,3% do total. As mulheres responsáveis pelo

domicílio correspondiam a 24,5% e a parcela de crianças com menos de cinco anos equivalia a 8,5% do total da população (SEADE, 2005).

A distribuição da população do município de Taubaté quanto à maior e menor vulnerabilidade e sua correlação com os índices do estado de São Paulo estão demonstradas na Ilustração 1.

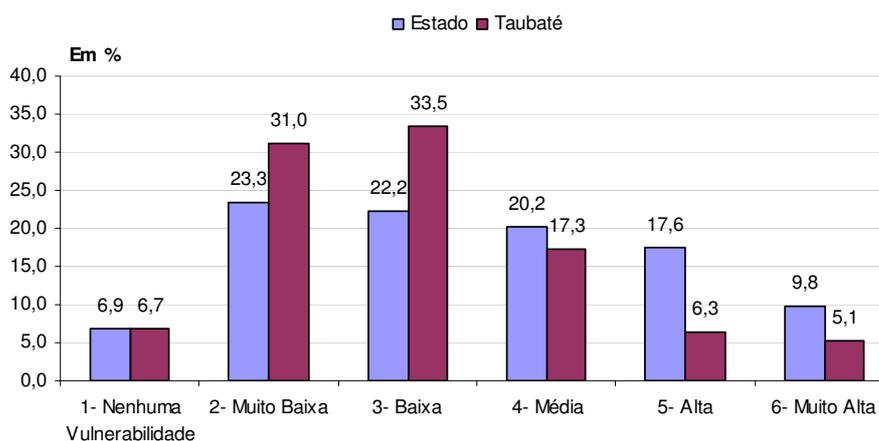


Ilustração 1 - IPVS: Comparação da distribuição da população do município de Taubaté e do Estado de São Paulo nos seis grupos de vulnerabilidade social (SEADE, 2005)

Observa-se que no município de Taubaté 71,2% da população se agrupa nas faixas de nenhuma até baixa vulnerabilidade, enquanto nos dados gerais para o estado de São Paulo encontra-se 52,4 da população. Embora esta distribuição seja mais favorável, comparativamente ao estado, não se pode perder de vista o fato de que os restantes 28,7% da população do município, classificada nos três grupos de maior vulnerabilidade social, representam cerca de 70.000 pessoas.

A Ilustração 2 detalha a distribuição da população de Taubaté pelos grupos de média (Grupo 4), alta (Grupo 5) e muito alta (Grupo 6) vulnerabilidade social (SEADE, 2005). Neste detalhamento encontram-se, além do total de pessoas, características referentes ao chefe do domicílio, como renda média, escolaridade e idade. São também indicadas as faixas de renda,

alfabetização e escolarização e idade predominantes dos chefes de domicílio. Indica também a proporção de crianças de até quatro anos na população do grupo.

Grupo 4	<ul style="list-style-type: none"> - Total de 41.970 pessoas (17,3% do total).com rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio de R\$628 reais e 53,0% deles auferiam renda de até três salários mínimos. - Os chefes de domicílios apresentavam, em média, 6,3 anos de estudo, 93,2% deles eram alfabetizados e 40,6% completaram o ensino fundamental. - A idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 41 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 20,5%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 20,9% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 11,3% do total da população desse grupo.
Grupo 5	<ul style="list-style-type: none"> - Total de 15.353 pessoas (6,3% do total) com rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$494 reais e 69,6% deles auferiam renda de até três salários mínimos. - Os chefes de domicílios apresentavam, em média, 4,5 anos de estudo; 85,6% deles eram alfabetizados e 20,3% completaram o ensino fundamental. - A idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 45 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 15,6%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 19,9% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 10,2% do total da população desse grupo.
Grupo 6	<ul style="list-style-type: none"> - Total de 12.423 pessoas (5,1% do total) com rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$368 reais e 75,5% deles auferiam renda de até três salários mínimos. - Os chefes de domicílios apresentavam, em média, 4,6 anos de estudo, 87,3% deles eram alfabetizados e 21,2% completaram o ensino fundamental. - A idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 42 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 20,1%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 26,2% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 13,2% do total da população desse grupo.

Fonte: Seade, 2005.

Ilustração 2 - IPVS: Grupos de Média, Alta e Muito Alta Vulnerabilidade Social

A pesquisa de Prado e Vieira (2007), do Núcleo de Pesquisa Econômico-Sociais (NUPES) da Universidade de Taubaté, identifica as regiões e os respectivos bairros do município de Taubaté em relação à desigualdade e à distribuição de renda da população. Portanto, vem atualizar os dados do IPRS e do IPVS e discriminar melhor a situação e o perfil da cidade de Taubaté.

Com o objetivo de formar regiões homogêneas na cidade de Taubaté, agrupadas pelas características físicas, sociais e econômicas, Prado e Vieira (2007) realizaram uma estratificação da área urbana de Taubaté em cinco regiões – A, B, C, D e E, descritas a seguir. Tais regiões não apresentam contigüidade geográfica.

Região	Bairros	Perfil da População
A 4,60% - 11.723 possuas 80,77% possuem renda	Jardim das Nações, Campos Elíseos, Chácara Cataguá, condomínios Taubaté Village, Imperial, Fortaleza e Central Park, além dos condomínios do bairro da Independência.	Sexo: 57,69% do sexo masculino.
		Faixa Etária: 69,23% adultos, 19,23% jovens, 7,69% idosos, 3,85% crianças.
		Setor de Atividade: 76,47% setor de serviços, 17,65% indústria, 5,88% comércio.
B 24,50% - 62.437 possuas 66,91% possuem renda	Jardim Maria Augusta, Ana Emília, Vila São José, Jardim Santa Clara, Vila das Graças, Califórnia, Granville, Monção, Vila da Mecânica Pesada, Granja Daniel, Estiva, Chácara do Visconde, Parque das Flores, Esplanada Independência, Chácara Guisard, Conjunto Urupês, Independência, Jabuticabeira, Quinta das Frutas, Residencial Paraíso, Morada dos Nobres e Granja São Judas Tadeu.	Sexo: 57,55% sexo feminino.
		Faixa Etária: 48,92% adultos, 24,46% jovens, 17,26% idosos, 9,36% crianças.
		Setor de Atividade: 66,13% setor de serviços, 19,35% indústria, 14,52% comércio
C 12,50% - 31.856 possuas 71,8% possuem renda	Centro, Santa Luzia e Bom Conselho.	Sexo: 53,52% sexo feminino.
		Faixa Etária: 47,88% adultos, 35,21% idosos, 9,86% crianças, 7,05% jovens.
		Setor de Atividade: 73,53% setor e serviços, 14,71% comércio, 8,82% indústria, 2,94% construção civil.
D 48,40% - 123.344 possuas 56,36% possuem renda	Granja Bela Vista, Novo Horizonte, Bonfim, Cidade Jardim, Cidade de Deus, Chácara Reunidas Brasil, Jardim Bela Vista, Alto de São Pedro, Imaculada, Bosque da Saúde, Terra Nova, Jardim América, Três Marias, Parque Paduan, Gurilândia, Residencial Sítio Santo Antonio, Ana Rosa, Parque Urupês, Vila São Geraldo, Jaraguá, Parque São Luiz, Jardim Santa Isabel, Parque Santo Antonio, Parque Aeroporto, Parque Piratininga, Jardim Santa Catarina, Ipanema, Bela Vista, Esplanada Santa Terezinha, Mourisco, Jardim Garcez, Recanto dos Coqueirais e Emecal.	Sexo: 52,36% sexo feminino.
		Faixa Etária: 52,01% adultos, 20,73% crianças 18,55% jovens, 12,73% idosos.
		Setor de Atividade: 51,33% setor de serviços, 27,43% indústria, 19,47% comércio, 1,77% construção civil.
E 10% - 25.484 possuas 56,14% possuem renda	Santa Tereza, Chácara Flórida, Estoril, São Gonçalo, Jardim Continental, Fonte Imaculada, Marlene Miranda, Chácara Silvestre e URFA do Três Marias, Piratininga, Sesc e Água Quente.	Sexo: 61,40% sexo feminino.
		Faixa Etária: 43,86% adultos, 28,07% crianças, 19,30% jovens, 8,77% idosos.
		Setor de Atividade: 57,14% serviços, 19,05% construção civil, 14,29% comércio, 9,52% indústria.

Ilustração 3 - Regiões do município de Taubaté de Prado e Vieira (2007)

Assim como os IPRS e IPVS determinam grupos mais expostos às condições de pobreza e vida dos municípios, a pesquisa de Prado e Vieira (2007) faz o mesmo. Os autores sinalizam as regiões D e E como as regiões mais vulneráveis do município de Taubaté, com relação às condições de vida. Observe-se, entretanto, que nestas faixas está quase 60% da população, distribuição bem diversa da apontada pelo IPVS.

A estratificação das regiões do município de Taubaté foi utilizada nesse trabalho para mapear a incidência de violência doméstica e assim, identificar quais as regiões possuem maior incidência do fenômeno.

Após essa breve apresentação de dados relevantes do município de Taubaté, será descrita a metodologia necessária para se alcançar os objetivos propostos.

2.2 MÉTODO

Esta seção objetiva apresentar as questões referentes ao método utilizado no Estudo A, tais como: tipo de pesquisa, população alvo, procedimento para a coleta e análise dos dados. Serão descritos logo em seguida.

2.2.1 Tipo de Pesquisa

Com o objetivo de identificar a incidência de violência doméstica no município de Taubaté – SP, devido à indisponibilidade de estatísticas oficiais sobre casos notificados de violência doméstica no município, foi realizado, inicialmente, um estudo exploratório, de abordagem quantitativa. O levantamento de dados estatísticos da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher foi o procedimento para a coleta de dados. Os procedimentos éticos preconizados pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde foram respeitados e, assim, o projeto foi considerado aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, com número de protocolo 0523/07 (Anexo A).

Esta pesquisa é um estudo exploratório, o qual objetiva aproximar o pesquisador do fenômeno, para que este se familiarize com as características e peculiaridades do tema a ser explorado. Neste tipo de pesquisa, os pressupostos teóricos não estão claros, ou são difíceis de encontrar. Faz-se uma pesquisa não apenas para conhecer o tipo de relação existente, mas, sobretudo para determinar a existência de relação (RICHARDSON, 1999).

A abordagem quantitativa foi a referenciada por analisar dados numéricos de fatos, fenômenos ou problemas que ocorrem nas sociedades, comunidades humanas, nas culturas, eventos políticos, nas ciências físicas e biológicas (MARTINS, 2000).

2.2.2 População Alvo

A população alvo do estudo foram os 1621 boletins de ocorrência de violência do ano de 2007 da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, a qual detém além dos registros das ocorrências de violência geral contra a mulher, os registros de toda e qualquer violência no âmbito doméstico do município de Taubaté.

2.2.3 Procedimento para a coleta de dados

Foram examinados todos os Boletins de Ocorrência (referidos deste trecho em diante como BO ou BOs, conforme sejam um específico ou mais de um) lavrados na Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, no ano de 2007, em um total de 3.811 BOs. Os BOs encontravam-se organizados por ordem de data da ocorrência e não havia separação entre os que eram ocorrência de violência doméstica e os demais. Sendo assim, foi necessário examinar todos os 3.811 BOs para identificar quais seriam específicos sobre ocorrências de violência doméstica.

Iniciou-se o levantamento dos dados pelo mês de janeiro de 2007, do BO mais antigo para o mais atual, separando manualmente os identificados pela própria Delegacia como os de ocorrência de violência doméstica. O número total de BOs caracterizados como de ocorrência de violência doméstica foi de 1.621 BOs. De cada um desses BOs foi anotado o número do boletim de ocorrência, a natureza da ocorrência, o tipo de relação entre vítima e indiciado e a região do município a qual pertencia à ocorrência, de acordo com o Formulário de Registro dos Dados (Apêndice A).

A natureza da ocorrência foi registrada conforme aparecia nos BOs: maus tratos, lesão corporal dolosa, ameaças, injúria real, difamação, calúnia, agressão mútua, abandono de incapaz, estupro, atentado violento ao pudor, preservação de direitos, perturbação da tranquilidade, vias de fato.

Os tipos de relação referem-se às relações de parentesco e de convivência entre as vítimas e os indiciados: pais/mães e filhos, marido e mulher casados e/ou amasiados e/ou separados, mães e filhos, irmãos e irmãs, entre outros. Foram identificados conforme sinalizado pelo próprio BO.

A região a qual o BO se referia, diz respeito à identificação em região A, B, C, D ou E, conforme agrupamento, realizado por Prado e Vieira (2007), pelas características físicas, sociais e econômicas do município.

O levantamento desses dados durou aproximadamente três meses, do mês de janeiro a março de 2008, devido à forma manual e precária da coleta de dados.

2.2.4 Procedimento para a análise dos dados

A partir do material levantado, foi realizada uma análise dos dados estatísticos da incidência de violência doméstica no município de Taubaté. Os dados foram analisados em planilhas do Microsoft Excel e categorizados em relação às regiões do município, à natureza da ocorrência, aos tipos de relação entre vítimas e indiciados.

A incidência de violência doméstica por região do município, denominada como TPR (Taxa de Ocorrência por Região), agrupada conforme suas características físicas, sociais e econômicas (PRADO; VIEIRA, 2007), foi calculada a partir do número de BOs por região, divididos pela população de cada região do município. A incidência de violência doméstica por região em relação à população total do município, denominada como TPP (Taxa de

Ocorrência por População), foi calculada a partir do número de BOs por região dividido pelo número total de população da cidade de Taubaté.

A incidência de natureza da ocorrência foi calculada a partir da frequência de ocorrência nos BOs e portanto, o número total de cada natureza da ocorrência não coincide com o número total de BOs, visto que em um BO pode ser verificado mais de um tipo de natureza de ocorrência. Um exemplo: ocorrência de lesão corporal e ameaça, conjuntamente, em um mesmo BO.

Além disso, segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), a violência doméstica pode se apresentar nas formas física, sexual, psicológica, econômica/financeira e institucional. Azevedo e Guerra (1998) classificam as formas de violência como física, sexual, psicológica, fatal e na forma de negligência. Nessa análise, os dados sobre a natureza da ocorrência foram agrupados em quatro formas de expressão da violência doméstica: física, sexual, psicológica e na forma de negligência. Foram seguidos os parâmetros de Azevedo e Guerra (1998), apesar de não incluir a violência fatal, pois esta não apareceu nos BOs.

Os tipos de relação foram identificados pela somatória de frequência das relações de parentesco evidenciadas entre a vítima e o indiciado. Também nessa análise, o número total de tipos de relação não condiz com o número total de BOs.

2.3 RESULTADOS

Os resultados do Estudo A serão apresentados, a seguir, em três blocos: incidência de violência doméstica por região do município, natureza da ocorrência e tipos de relação entre vítima e indiciado. Serão apresentados na forma de tabela e gráficos, que ilustram melhor esses resultados.

2.3.1 Incidência de Violência Doméstica por Região e no município

A taxa de violência doméstica por região (TPR) e em relação à população total (TPP) do município de Taubaté, em 2007, é mostrada na Tabela 3. A Tabela 3 também apresenta a população do município e sua distribuição por região, bem como as ocorrências registradas por região.

Tabela 3 - Regiões do município de Taubaté e Incidência de Violência Doméstica (2007)

Região	População	%	Ocorrência	%	TPR (%)	TPP (%)
A	11.723	4,6	38	2,34	0,32	0,01
B	62.437	24,5	285	17,58	0,45	0,11
C	31.856	12,5	68	4,19	0,21	0,02
D	123.344	48,4	953	58,79	0,77	0,37
E	25.484	10	248	15,30	0,97	0,09
Total	254.844	100	1621	100	-	0,6

A incidência de violência doméstica no município de Taubaté chegou a 0,6%, o que significa dizer que ocorrem seis casos de violência doméstica a cada mil habitantes. Uma afirmativa evidente é que em todas as regiões do município de Taubaté há ocorrências de violência doméstica, apesar de variar a incidência. As regiões E e D possuem a maior incidência de violência doméstica por região do município; a região D, além de ter a segunda maior incidência por região (0,77%), possui a maior incidência em relação à população total do município (0,37%); a região B possui a segunda maior incidência em relação à população do município (0,11%), no entanto, em relação ao número de ocorrências por região, cai para terceiro e fica atrás da região E (0,97%) e D (0,77%).

A partir da Tabela 3, pode-se perceber que a região D possui a maior concentração de pessoas (48,4%) da população do município e, portanto, evidencia também a maior concentração de ocorrências de violência doméstica (58,79%). A região B, que possui a segunda maior concentração de pessoas do município (24,5%), vem em seguida com 17,58% de ocorrências de violência doméstica. Seguindo esse raciocínio, a terceira região que deveria aparecer em número de ocorrências seria a região C, o que não acontece. A região E, apesar de ter 10% da concentração de pessoas do município apresenta-se em terceiro lugar com 15,30% em número de ocorrências. O que chama a atenção é o número de ocorrências pela população da região E, que eleva essa incidência para a primeira região que possui maior ocorrência de violência doméstica.

Este raciocínio é ilustrado pelos índices de correlação. Quando se correlacionam os valores da população e o número de ocorrências, por região, a correlação encontrada (calculada pela fórmula CORREL do Microsoft Excel) é de 0,956, com p-valor igual a 0,0109, o que mostra uma correlação linear positiva e forte. Portanto, o número de ocorrências por região é diretamente proporcional e altamente correlacionado ao tamanho da população da região. Entretanto, quando se compara a Taxa de Ocorrências por Região (TPR) e a Taxa de Ocorrências na População (TPP), a correlação cai para 0,552, com p-valor igual a 0,3337, o que significa uma correlação linear positiva e fraca. A relação entre o tamanho da população e o número de ocorrências se enfraquece, apontando para a maior concentração relativa de casos nas regiões não apenas mais populosas, mas também mais pobres.

A Ilustração 4 relaciona, no mapa de Taubaté, as cinco regiões à TPR.

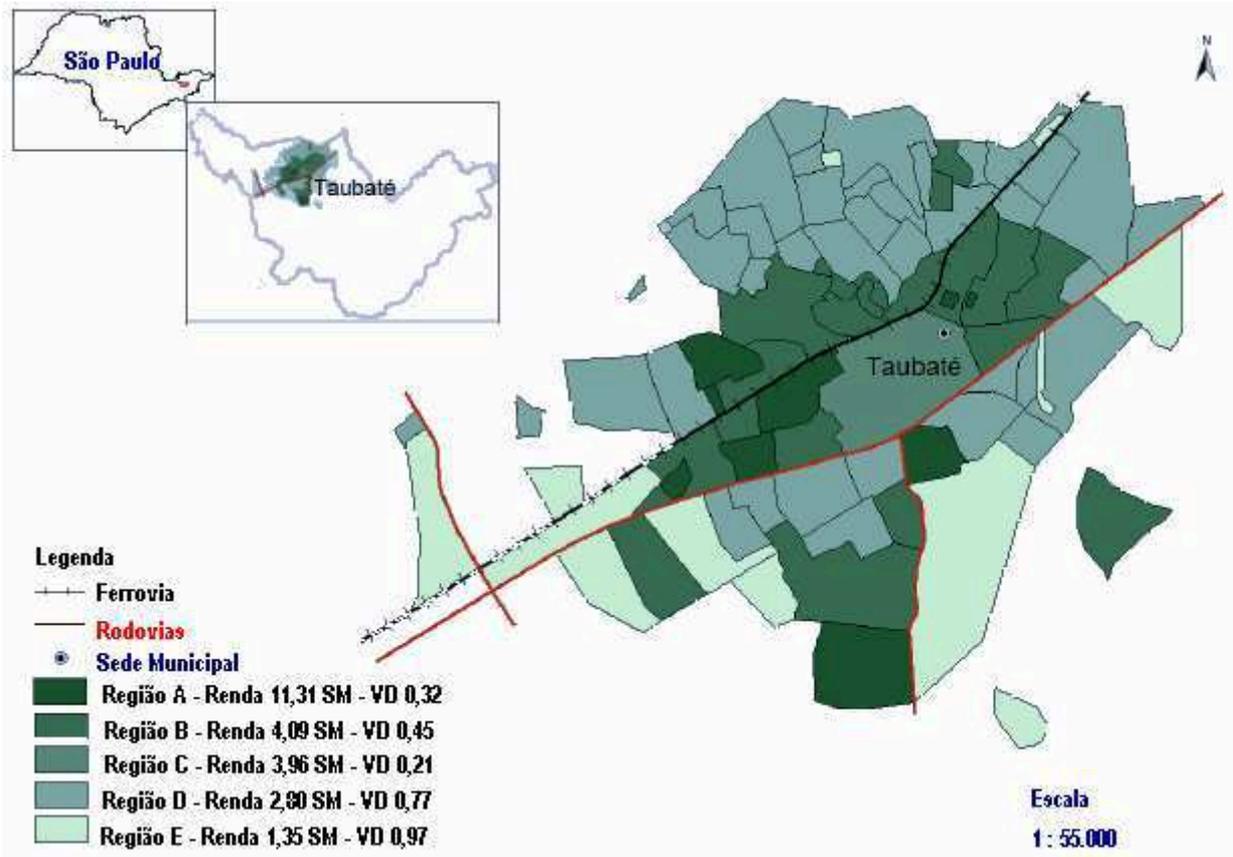


Ilustração 4 - Distribuição da Violência Doméstica (TPR) de acordo com as regiões de Taubaté

2.3.2 Natureza da Ocorrência

A natureza da ocorrência, a partir da frequência de ocorrência nos BOs, é evidenciada na Tabela 4 e foi agrupada de acordo com o tipo da ocorrência. O número de ocorrências excede o número de BOs, ou seja, os totais não equivalem, pois alguns BOs evidenciaram mais de uma natureza da ocorrência.

Tabela 4 - Natureza da Ocorrência

Natureza da Ocorrência	Ocorrência	%
Ameaça/Injúria/Calúnia/Difamação	1141	70,39
Lesão Corporal/ Agressão/Danos/Vias de fato	642	39,60
Maus Tratos	54	3,33
Preservação de Direito	43	2,65
Ato Infracional	21	1,29
Perturbação da tranquilidade/ Invasão de domicílio	20	1,23
Abandono de Incapaz	17	1,05
Abandono Material	14	0,86
Atentado Violento ao pudor/estupro	12	0,74
Outros	8	0,49

A natureza da ocorrência que mais aparece nos BOs, com um número total de 1141 ocorrências, é a ameaça, injúria, calúnia e difamação. Na maioria dos BOs (70,39%), esses tipos de ocorrência são mais evidentes e associadas a outros tipos de ocorrências. As lesões corporais, agressões, danos e vias de fato aparecem em segundo lugar, em número de ocorrências (39,60%). Ocorrências de maus tratos aparecem, em seguida, em 3,33% dos BOs. Foram registradas doze ocorrências de atentado violento ao pudor e estupro.

2.3.3 Tipos de Relação

Os tipos de relação foram identificados pela somatória de frequência das relações de vínculo evidenciadas entre a vítima e o indiciado e estão demonstrados na Tabela 5.

Tabela 5 - Tipos de Relação entre vítimas e indiciados

Relações de Parentesco	Ocorrências	%
Homem/Mulher	1175	72,49
Mãe/filhos	174	10,73
Pai/filhos	85	5,24
Irmãos	51	3,15
Familiar	30	1,85
Pai/mãe/filhos	18	1,11
Tio(a)/sobrinho(a)	17	1,05
Sogra(a)/nora/genro	16	0,99
Padrasto/enteado(a)	15	0,92
Neto(a)/avó	8	0,49
Madrasta/enteado(a)	5	0,31

O maior número de ocorrências aparece em relações de parentesco entre homem e mulher, sejam maridos e/ou amasiados e/ou separados. Em 72,49% dos BOs, homens e mulheres aparecem em relações de vítimas e indiciados. A segunda maior relação de parentesco que é evidenciada nos BOs (10,73%) de violência doméstica é a relação entre mãe e filhos e, em seguida, a relação entre pai e filhos.

A Tabela 6 apresenta melhor a relação das vítimas e indiciados.

Tabela 6 - Vítima/Indiciado

Vítima	Indiciado	Ocorrências	%
Mulher	Homem	1193	73,60
Homem	Mulher	6	0,37
Mãe	Filhos	96	5,92
Filhos	Mãe	78	4,81
Pai	Filhos	8	0,49
Filhos	Pai	77	4,75
Filha	Pai/Mãe	100	6,17
Filho	Pai/Mãe	76	4,69

O maior número de ocorrências, como vimos, aparece em relações afetivas entre homens e mulheres, que pelos BOs podem ser casados, amasiados ou ainda separados. As vítimas neste caso são, significativamente, as mulheres (73,6%), enquanto que os homens os indiciados. A diferença entre a proporção de ocorrências entre homens e mulheres é verificável ainda mais no número de ocorrências de homens vítimas de mulheres (0,37%).

A segunda relação mais denunciada nos BOs foi entre mães e filhos. Pode-se perceber que, nessas relações, as mães são mais vitimizadas (5,92%) que os filhos (4,81%). Em relação às ocorrências entre pais e filhos, os pais aparecem como indiciados em 4,75% das ocorrências, enquanto que os filhos aparecem como agressores em apenas 0,49% das ocorrências.

A diferença entre os sexos dos filhos também pode ser notada na Tabela 6, onde as filhas são mais vítimas das ocorrências (6,17%) do que os filhos (4,69%).

Outro dado significativo diz respeito às 395 ocorrências de violência doméstica do município que envolvem adultos, enquanto vítimas e/ou indiciados, e que ocorreram na presença de crianças e adolescentes. Em um total de 24,37% dos BOs, apareceu a relação indireta entre a violência doméstica e a presença de crianças e adolescentes.

2.4 DISCUSSÃO

A **incidência de violência doméstica no município** de Taubaté foi evidenciada em um número total de seis casos para mil habitantes do município. Houve 1621 ocorrências de violência doméstica no município, o que a priori, comparado ao número de habitantes do município (254.844), parece um dado sem relevância. No entanto, retoma-se a pesquisa realizada por Azevedo (2007) e percebe-se que, no Brasil, no mesmo ano de 2007, por exemplo, houve um total de 11.714 casos notificados de violência doméstica. Ora, se a população brasileira, segundo o IBGE (2007), tem aproximadamente 184 milhões de habitantes, proporcionalmente o município de Taubaté tem alta incidência do fenômeno, aproximadamente 100 vezes mais casos notificados do que na média brasileira. No entanto, não podemos afirmar essa alta incidência, ou seja, não podemos realizar essa comparação visto que a pesquisa de Azevedo (2007) teve outro tipo de metodologia e não abordou todos os estados brasileiros.

Percebe-se que a maior dificuldade encontrada nesse estudo está justamente relacionada às dificuldades de parâmetros para a realização de comparações científicas entre os dados estatísticos. Os estudos diferenciam-se quanto à forma, ao local e ao tempo para coleta de dados, bem como utilizam metodologias diferenciadas. Portanto, acabam por representar diferentes parcelas da realidade e não gerar o impacto necessário, permanecendo como pesquisas e iniciativas isoladas e gerando falta de conhecimento sobre a realidade dos dados por profissionais da saúde e pela comunidade (KRONBAUER; MENEGHEL, 2005). Ademais, não permitem comparar os dados estatísticos de violência doméstica do município com os dados de outros municípios do Vale do Paraíba para detectar diferenças e verificar sua alta ou baixa incidência.

Apesar de se supor que omissões e subnotificações (AZEVEDO, 2002) possam ocorrer também no caso estudado e, portanto, que a incidência encontrada não mostre a

realidade da violência doméstica do município de Taubaté, pode-se afirmar que o problema está presente nos lares do município de Taubaté. Considere-se, ainda, que cada registro de violência doméstica supõe que o fato se deu na casa, onde outras pessoas, especialmente crianças, foram expostas a ela como observadores impotentes, ampliando mais ainda o número de atingidos.

Além disso, os números constatados já caracterizam um problema para o desenvolvimento regional sustentável do município. Segundo a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em sua declaração política de 2002, para alcançar o desenvolvimento regional sustentável é necessário, dentre outros, o desenvolvimento social, o que não é possível com altos índices de violência.

No município de Taubaté, as regiões mais vulneráveis (D e E) no que diz respeito às características físicas, sociais e econômicas do perfil da população (PRADO; VIEIRA, 2007), também são as regiões com maior incidência de violência doméstica. Essa constatação acompanha o que a literatura tem apontado para outras regiões e países: populações mais vulneráveis às condições de pobreza e exclusão social estão mais vulneráveis também ao fenômeno da violência (PINHEIRO; ADORNO, 1992; GAWRYSZEWSKI; KOIZUMI; MELLO JORGE, 2004; CARDIA; SCHIFFER, 2002; ADORNO, 2002; ABRAMOVAY et al, 2002; WAISELFISZ, 2006; ZALUAR, 2006).

Observa-se, entretanto, que o fenômeno da violência doméstica ocorre em todas as regiões do município de Taubaté, inclusive nas mais favorecidas. Como enfatizado por Minayo (1994), não há a existência de uma sociedade sequer na qual não tenha estado presente. Portanto, se a maior vulnerabilidade social é acompanhada pelo aumento do número de casos, a baixa vulnerabilidade não os elimina, sugerindo a existência de outros fatores de proteção/vulnerabilidade à criança e ao adolescente no ambiente doméstico. A simples melhora das condições de vulnerabilidade social da população não assegura a proteção das

crianças e adolescentes, mas, pelo menos, assegura a possibilidade de menor número de ocorrências de violência. Confirma-se, então, que as condições de vulnerabilidade social não explicam por si só o fenômeno da violência doméstica, mas influenciam indiretamente seus avanços (ABRAMOVAY et al, 2002); por isso, também, há a necessidade de investimento em políticas públicas que visem diminuir as condições de vulnerabilidade social da população.

Os indicadores municipais como o IPRS, o IPVS (SÃO PAULO, 2006) e, especificamente, no município de Taubaté a pesquisa de Prado e Vieira (2007) de estratificação da área urbana em cinco regiões são recursos já existentes que identificam as regiões mais vulneráveis às condições de vida da população e, assim, deveriam ser recursos decisivos para o direcionamento e implantação de políticas públicas nessas regiões.

Outro ponto a ser destacado diz respeito à Delegacia de Defesa da mulher, *locus* onde foi realizado o levantamento da violência doméstica do município. Assim como os estudiosos Debert e Gregori (2000), Izumino (2004), Diniz (2006), Massula (2006) e Silveira (2006), foi possível perceber esses serviços de atenção como uma iniciativa isolada de assistência, não traduzindo uma política integrada de atenção à violência doméstica. A Delegacia de Defesa da Mulher do município de Taubaté também evidencia condições precárias de funcionamento, com falta de capacitação e preparo dos funcionários, bem como descuido com os registros nos BOs e falta de informatização dos dados, confirmando o que esses estudiosos afirmaram.

Seria importante que, no município de Taubaté, houvesse ampliação da assistência às mulheres vítimas de violência com a criação de outros serviços assistenciais que traduzissem uma política de atenção integrada à violência, como ressaltam Silveira (2006) e Prates (2007). Além disso, o poder público deveria realizar investimento no serviço que já existe, a Delegacia de Defesa da Mulher, com capacitação dos funcionários e informatização dos dados (DINIZ, 2006).

A **natureza da ocorrência** evidencia os crimes contra a honra e a liberdade pessoal, ou seja, as ameaças, injúrias, calúnias e difamações, como os principais crimes de violência doméstica do município. Em seguida, são alarmantes as evidências de crimes de lesões corporais e agressões. Portanto, o percentual de violência psicológica foi o mais alto, seguido do percentual de violência física. A negligência (ocorrências de abandono de incapaz, abandono material) aparece bem atrás, não se confirmando os dados obtidos na pesquisa brasileira de Azevedo (2007), na qual aparece em primeiro lugar no ranking de ocorrências, em 2007, seguido da violência física e depois da psicológica. A negligência, que atinge os maiores valores no Estado de São Paulo, não foi no caso estudado a questão mais frequente. Mas, deve-se considerar que a negligência se associa à violência psicológica e, portanto, agrava ainda mais o quadro de sofrimento nas famílias atingidas.

Assim como Schraiber et al (2007) afirmam em seus estudos, que a associação dos tipos de violência física, psicológica e sexual constitui-se a violência mais grave, no município de Taubaté a maioria dos casos de violência psicológica associa-se à violência física e acredita-se que vice-versa, o que agrava ainda mais a problemática de violência doméstica no município.

A violência do tipo sexual aparece com poucas ocorrências (doze) no município, no entanto, ressalta-se, novamente, a questão da omissão e subnotificação (AZEVEDO, 2007), principalmente, nesse tipo de violência, e nota-se que as ocorrências, pelo menos uma vez por mês, já se mostram uma problemática ao município.

Quanto aos **tipos de relação**, as relações de parentesco entre vítima e indiciado, comprovam as pesquisas na área, que afirmam que a violência doméstica contra a mulher é a mais evidente, na qual o agressor é o homem (TAVARES, 2000; BRASIL, 2001; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2001; SCHRAIBER; D'OLIVEIRA; FRANÇA-JUNIOR; PINHO, 2002; SCHRAIBER et el, 2007). A violência seria permeada pelo poder e

a hierarquia, como relata Saffioti (1989), e as vítimas seriam o elo mais frágil da sociedade, as mulheres e as crianças; gerando uma reação em cadeia dos mais fortes agredindo os mais fracos sucessivamente, concorrendo, assim, para a violência urbana e social no município.

Ainda em relação à violência doméstica entre o homem e a mulher, sejam casados e/ou amasiados e/ou separados, pode-se perceber que essa violência gera e acompanha, como diz os autores Reichenheim, Dias e Moraes (2006) e Corrêa e Williams (2000), a violência contra as crianças, direta (aproximadamente 20%) e/ou indiretamente (24, 37%), e prejudica seu desenvolvimento físico, psicológico e social.

Complementando as relações de parentesco, é possível perceber que dessa violência notificada, as mães têm mais conflitos com seus filhos do que os pais. Isso pode ser justificado pelas novas composições familiares (BRASIL, 2001) com mães, sem pais. Além disso, pela proporção de 24, 5% de mulheres responsáveis por seus domicílios (SEADE, 2005), em Taubaté.

Além dos danos ao desenvolvimento físico e psicológico das vítimas, salientados por Salomon (2002), há consequências para a sociedade, que incluem os custos diretos de assistência médica e de outros cuidados à vítima e os custos indiretos derivados das perdas de produtividade na vida futura. Há a necessidade, como destacou o relatório, *World Report on Violence Against Children* (PINHEIRO, 2007), de uma intervenção multisetorial contra o fenômeno da violência doméstica, com envolvimento dos órgãos de direitos humanos, da saúde pública e dos órgãos de proteção à criança, bem como de toda a sociedade civil.

Práticas educativas contingentes e não coercitivas geram ambiente saudável para o desenvolvimento das crianças e contribuem para a diminuição de comportamentos anti-sociais e coercitivos futuros (GOMIDE, 2003; BOLSONI-SILVA; MARTURANO, 2002). Sendo assim, há a necessidade, mais uma vez, de se verificar as práticas educativas parentais em contextos de vulnerabilidade social e violência doméstica.

A ênfase na prevenção é abordada por vários estudiosos do campo da violência doméstica (MINAYO, 1994; 2002; MINAYO; SOUZA, 1999; REICHENHEIM; HASSELMANN; MORAES, 1999; AZEVEDO, 2002; NEVES; ROMANELLI, 2006; GOMES; MINAYO; ASSIS; NJAINE; SCHENKER, 2007). O município de Taubaté precisa investir nessa área. É preciso criar uma rede de atenção às mulheres e crianças vítimas de violência, com a criação de novas tecnologias e a presença do Estado (KISS; SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2007). É necessário chamar a atenção da comunidade para o problema da violência doméstica e direcionar os investimentos para as comunidades mais vulneráveis às condições de vida da população.

3 ESTUDO B: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS

Este capítulo divide-se em revisão de literatura, método, resultados e discussão sobre as práticas educativas parentais.

3.1 REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção discutirá de uma forma geral as práticas educativas parentais e abordará as Habilidades Sociais Educativas Parentais (HSE-P).

3.1.1 Práticas Educativas Parentais

Estudar as práticas educativas desenvolvidas pelos pais, primeiros modelos de educação, torna-se, pois, essencial para promover melhores condições de vida e desenvolvimento aos filhos, bem como para contribuir com o desenvolvimento saudável das famílias e da sociedade de uma forma geral. A seguir, será realizado um panorama dos estudos, na maioria brasileiros, sobre as práticas educativas parentais à luz do referencial da visão desenvolvimentista (PATTERSON; REID; DISHION, 1992), referencial utilizado nesse estudo.

Diversos autores reconhecem a importância do núcleo familiar como modelo das primeiras relações de socialização das crianças, além de ressaltar a sua importância na educação e interação das crianças (SILVA, 2000; DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001; BOLSONI-SILVA; MARTURANO, 2002; GOMIDE, 2003; CECCONELLO; DE ANTONI; KOLLER, 2003; SALVADOR; WEBER, 2005; CARVALHO; GOMIDE, 2005; SZYMANSKI, 2004; PRUST; GOMIDE, 2007).

A figura dos pais, como primeiro núcleo social da criança, tem grande influência no processo de desenvolvimento social, cognitivo e psicológico de uma criança. Mais tarde, outras relações sociais também trazem contribuições para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, mas é a relação com os pais que constitui a base referencial de todas as outras, por serem eles os responsáveis em transmitir as primeiras informações e interpretações sobre o mundo. A relação entre pais e filhos pode ser estudada através das práticas educativas parentais (SALVADOR; WEBER, 2005, p. 342).

A Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano (BRONFENBRENNER, 1979) tem como fundamentação a teoria sistêmica e assim, compreende a família tanto como uma unidade quanto como um sistema social, aberto e em constantes trocas com seus subsistemas. Vista como um sistema social, a família favorece o processo de socialização dos seus membros e, também, reflete os modelos existentes no macrosistema que influenciam e são influenciados pela dinâmica entre os indivíduos, a família e a própria sociedade. Nesse sentido, está em constante processo de adaptação e transformação.

A visão ecológica de Bronfenbrenner (1979) propõe a análise de quatro núcleos importantes e que se inter-relacionam dinamicamente. O núcleo Pessoa analisa o ser humano em suas características biológicas, psicológicas, sociais e suas interações. O núcleo Processo analisa como a pessoa interpreta suas experiências e interações com o ambiente, objetos e símbolos. O núcleo Contexto é visto como um meio ambiente ecológico com estruturas representativas, ou seja, microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. O núcleo Tempo envolve a dimensão histórico-evolutiva.

O ambiente familiar é o ideal para oferecer às crianças trocas subjetivas mútuas, estimulando atividades que envolvam ações intencionais em uma perspectiva temporal de complexidade. Famílias que oferecem mais atividades organizadas facilitam o processo de desenvolvimento infantil, ampliando o desenvolvimento das habilidades cognitivas e sociais (SZYMANSKI, 2004).

O processo de socialização se dá no convívio familiar e, em especial, por meio das práticas educativas desenvolvidas com a finalidade de transmitir hábitos, valores, crenças e conhecimentos que se acredita serem úteis para a inserção dos filhos na sociedade. Trata-se de um agir que, em geral, é aprendido por imitação e tende a repetir padrões vividos pelos pais em suas famílias de origem, além de carregar a crença de conhecimentos e habilidades inatas para o desempenho da função de pai e mãe e de que família “sempre foi assim” (SZYMANSKI, 2004, p.6).

A visão desenvolvimentista de Patterson, Reid e Dishion (1992) descreve a família e/ou os pais como primeiros modelos de relação e interação social que influenciam o desenvolvimento tanto de comportamentos pró-sociais como anti-sociais em seus membros e/ou filhos. Diferentemente da visão ecológica, esses comportamentos seriam aprendidos e se alterariam conforme as exigências ambientais e o próprio desenvolvimento do indivíduo. Os autores afirmam que haveria uma sequência desenvolvimentista para o aparecimento de comportamentos anti-sociais (problemas de comportamento, os quais nomeam como anti-sociais), ou seja, iniciariam com os comportamentos perturbadores na infância até atingir a delinquência na adolescência. Isso aconteceria, segundo os autores, por uma possível rejeição dos pais aos filhos na infância, somada ao fracasso escolar da criança que resultaria em uma aproximação à delinquência juvenil.

Webster-Stratton (1997), corroborando a mesma visão desenvolvimentista de Patterson, Reid e Dishion (1992), relata que essa progressão do comportamento anti-social pode iniciar na infância, continuar na infância média e evoluir para a adolescência, passando de casa para a escola e, assim, da escola para a comunidade. Apesar do autor sinalizar que nem sempre esse é o único caminho de desenvolvimento de comportamentos anti-sociais, podendo aparecer apenas na adolescência, ressalta que quando há uma história sequencial de problemas de comportamento o prognóstico é pior e mais grave. Assim como Patterson, Reid e Dishion (1992), o autor coloca que a continuidade desses comportamentos pode sim gerar a delinquência juvenil.

Os comportamentos anti-sociais adquiridos na infância, segundo Patterson, Reid e Dishion (1992), podem se apresentar na forma de agressividade, desobediência,

oposicionismo, temperamento exaltado, roubo, fugas, entre outros. Os autores enfatizam mais esses comportamentos considerados externalizantes, mas para Bolsoni-Silva (2003) é preciso também dar ênfase aos comportamentos internalizantes. A autora, citando Achenbach e Edelbrock (1979), considera como indicadores de problemas de comportamento tanto os comportamentos externalizantes (hiperatividade, agressividade, desobediência, teimosia, entre outros) quanto os internalizantes (timidez, ansiedade, medo, depressão, entre outros) que prejudicariam a interação da criança com seus pares e adultos de sua convivência.

Bolsoni-Silva (2003) considera que os problemas de comportamento dificultam a possibilidade da criança obter novas contingências de reforçamento que facilitam a aquisição de repertórios de aprendizagem e possibilitam seu desenvolvimento. Cita a importância da definição de salto comportamental (*cusps*) de Rosales-Ruiz e Baer (1997), que significa mudanças comportamentais no processo de desenvolvimento infantil, ou seja, comportamentos que colocam a criança em contato com contingências significativas da aprendizagem e promovem o seu desenvolvimento.

Webster-Stratton (1997) destaca os fatores de risco que podem colaborar para o surgimento e a continuidade de comportamentos anti-sociais como a idade precoce de início escolar; os locais em que ocorrem esses comportamentos; a frequência, a intensidade e a diversidade do comportamento anti-social. Já Patterson, Reid e Dishion (1992) destacam as variáveis de contexto como as medidas de estresse (ajustamento e/ou conflito conjugal, eventos de vida negativos, problemas de saúde da família, problemas financeiros) e as variáveis estáveis (história familiar, desvantagem social dos pais, patologia parental, vizinhança).

As variáveis de contexto que incluem a estrutura familiar, cultura, nível sócio-econômico, idade dos pais, diferenças de gênero de pais e filhos, regras parentais, relacionamento conjugal, podem influenciar na maneira como os pais relacionam-se com seus

filhos (BOLSONI-SILVA, 2003) e colaborar para o surgimento de problemas de comportamento. Nesse estudo, será dada ênfase às variáveis de contexto: práticas educativas parentais e relacionamento conjugal, além das regras parentais, nível sócio-econômico, renda familiar e idade dos pais.

As práticas educativas parentais, conforme definição de Gomide (2003), são as estratégias e técnicas utilizadas pelos pais na educação de seus filhos. Podem tanto implicar em desenvolvimento de comportamentos pró-sociais como comportamentos anti-sociais em seus filhos. Apesar da autora apontar variáveis hereditárias como predisposição para determinados comportamentos anti-sociais, como a agressividade, por exemplo, ela é enfática na afirmativa que as crianças somente desenvolvem problemas de comportamento se o ambiente familiar modelar tais repertórios.

Quanto às práticas educativas consideradas positivas, ou seja, eliciadora de comportamentos pró-sociais, estão a monitoria positiva e o comportamento moral. A negligência, o abuso físico e psicológico, a disciplina relaxada, a punição inconsistente e a monitoria negativa estão entre as práticas parentais negativas, que provocam o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais (GOMIDE, 2003).

Gomide (2003) define como monitoria positiva a prática que envolve atenção adequada e o uso de elogios e privilégios, além de estabelecimento de regras, afeto, segurança e supervisão ou acompanhamento das atividades escolares e de lazer dos filhos. Enquanto que ao comportamento moral atribui a prática de desenvolvimento da empatia, do senso de justiça, da responsabilidade, da generosidade, do trabalho e da distinção entre certo e errado.

Prust e Gomide (2007) reafirmam a relação entre o comportamento moral de pais e filhos adolescentes em estudo comparativo entre as famílias de risco e não risco a comportamentos anti-sociais. Afirmam que, quando os pais têm elevados níveis de comportamento moral, respectivamente, seus filhos também os evidenciam e vice-versa.

Assim, os pais devem propiciar práticas educativas que desenvolvam as virtudes e as oportunidades dos filhos desenvolverem valores morais.

A negligência pode ser entendida como prática negativa, pois a ausência de preocupação, de comunicação, de carinho e afeto pode desencadear sentimentos de insegurança, vulnerabilidade e agressividade em relações sociais futuras. Fazem-se necessários vínculos afetivos fortes para a prevenção de déficits comportamentais e problemas de agressividade (GOMIDE, 2003).

O abuso físico, de acordo com Gomide (2003), pode gerar o desenvolvimento da agressão, delinquência e comportamento anti-social nas crianças, enquanto que o abuso psicológico pode desencadear dificuldades de autonomia e relacionamentos sociais, baixa auto-estima e idealizações suicidas.

Padilha e Gomide (2004) analisaram um processo terapêutico em grupo, com cinco adolescentes do sexo feminino que haviam sofrido abuso sexual intrafamiliar. A partir de suas análises, ressaltaram a necessidade de investimento em estratégias de tratamento para as sequelas emocionais como fonte de prevenção de danos a gerações futuras, visto que pessoas maltratadas quando crianças e /ou adolescentes podem multiplicar seus maus-tratos quando adultas.

Cecconello, De Antoni e Koller (2003), apesar de utilizarem referencial teórico diferente dos autores acima, realizaram uma revisão de literatura sobre as práticas educativas e os estilos parentais familiares como fatores de proteção ou de risco ao abuso físico. Entre uma de suas conclusões está o fato de que o uso de disciplina coercitiva e a crença em valores autoritários seriam fatores de risco para desencadear o abuso físico.

A punição inconsistente ou não contingente faz com que a criança não aprenda valores morais, não entenda e diferencie certo de errado e, portanto, também se vincula à promoção

de comportamentos negativos nos filhos. Tanto a disciplina relaxada, que compreende o relaxamento das regras estabelecidas, quanto a monitoria negativa, excesso de instruções e ambiente hostil, são práticas negativas que também podem favorecer o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais e delinquência juvenil (GOMIDE, 2003).

Quando as interações familiares são mantidas por reforçamento negativo e/ou punição, tal controle coercitivo também influenciará as interações com outras pessoas e poderá alterar a visão geral da vida. Mais cedo ou mais tarde, a coerção gera contracontrole. “Depois de ser punido, um sujeito fará qualquer coisa para ter acesso a outro sujeito que ele possa, então, atacar” (SIDMAN, 1995, p. 221). Para Sidman (1995, p. 51) “ser coagido é ser compelido sob jugo ou ameaça a fazer algo contra a nossa vontade”, ou seja, quando as ações são controladas por reforçamento negativo ou punição. A coerção praticada no âmbito familiar, segundo Patterson, Reid e Dishion (1992), pode ocorrer em interações entre pai/mãe-criança ou entre os pais na relação conjugal e/ou para educação dos filhos, ou ainda entre outros membros da família.

O conjunto das práticas educativas, duas positivas e cinco negativas, utilizadas pelos pais na interação com seus filhos, é nomeado por Gomide (2003) como Estilo Parental. Seu Inventário de Estilo Parental (IEP) identifica famílias de risco ou não para o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais.

Alguns estudos com o Inventário de Estilo Parental têm enfatizado sua eficácia e validação, bem como relacionado este Inventário a outros testes psicológicos (GOMIDE, 2003; CARVALHO; GOMIDE, 2005; GOMIDE; SALVO; PINHEIRO; SABBAG, 2005).

Carvalho e Gomide (2005) realizaram um estudo sobre as práticas parentais em famílias de adolescentes em conflitos com a lei e aplicaram o Inventário de Estilo Parental, com o objetivo de investigar se a percepção dos filhos era semelhante a dos pais em relação às práticas educativas. Afirmam que o Inventário de Estilo Parental pode captar as mesmas

percepções em vários membros da família, além de enfatizarem a família como recurso positivo no processo formativo do adolescente em conflito com a lei.

As práticas educativas parentais remetem ao campo do Treinamento de Habilidades Sociais (THS). Del Prette e Del Prette (2001) realizam estudos sobre as habilidades sociais e enfatizam que a aprendizagem dessas habilidades inicia-se no ambiente familiar. As habilidades sociais, segundo esses autores, podem influenciar na prática educativa de pais e no repertório de comportamento dos filhos. Os pais devem ser socialmente habilidosos, ao invés de agressivos e/ou não assertivos, com o intuito de desenvolver a competência social de seus filhos, propiciando ambiente amigável e de cooperação e prevenindo problemas futuros de comportamento.

Além de Del Prette e Del Prette (2001), outras pesquisas nacionais baseadas nessa visão desenvolvimentista internacional, como de Silva (2000), Bolsoni-Silva e Del Prette (2002), Bolsoni-Silva, Del Prette e Oishi (2003), Bolsoni-Silva (2003) contribuem para os estudos das HSE-P e suas relações com o desenvolvimento de comportamentos prós e/ou anti-sociais em seus filhos. Confirmam a hipótese de que pais socialmente habilidosos resolvem problemas de forma mais efetiva na relação com seus filhos e esses desenvolvem, assim, menos problemas de comportamentos. Ou seja, pais habilidosos desenvolvem práticas educativas positivas em relação a seus filhos. Além disso, perceberam que os filhos com comportamentos socialmente habilidosos tinham famílias mais estruturadas, com maior entendimento entre o casal e maior participação do pai na educação do filho.

Para Bolsoni-Silva (2003):

[...] os filhos expostos à violência por longos períodos, frequentemente comportam-se de forma agressiva e quando são criados em condições negligentes tornam-se pouco tolerantes à frustração, com pouca motivação para seguirem normas sociais e relativamente imunes ao remorso (BOLSONI-SILVA, 2003, p. 2)

Estudos (como os de BOLSONI-SILVA; DEL PRETTE, 2002; BOLSONI-SILVA; DEL PRETTE; OISHI, 2003; BOLSONI-SILVA, 2003) verificaram que crianças socialmente habilidosas também eram punidas pelos pais, mas esses efeitos eram minimizados se essa punição fosse menos frequente e se outras HSE-P co-existissem, como a expressão de sentimentos e opiniões, comunicação e reforçamento positivo, consistência nas práticas educativas.

As habilidades sociais educativas próprias do relacionamento entre pais e filhos devem incluir o estabelecimento de regras, a possibilidade de diálogo, a expressão de afeto, a defesa de direitos, o saber se desculpar e admitir falta de conhecimento, o saber enfrentar as críticas recebidas (CABALLO, 1996).

Em concordância com Caballo (1996), Bolsoni-Silva e Del Prette (2002) ressaltam que as HSE-P que influenciam positivamente a educação dos filhos são: expressar sentimentos positivos e opiniões, cumprir promessas, evitar o uso de punições, elogiar comportamentos habilidosos, receber críticas, haver concordância entre o casal e participação do pai.

Bolsoni-Silva (2003) aprofunda os estudos sobre as práticas educativas parentais, comparando habilidades sociais educativas de pais e mães com os repertórios “desejável” e “indesejável” dos filhos. Utiliza categorias de análise das HSE-P como expressão de sentimentos e enfrentamento, comunicação, interação positiva, habilidades que propiciam consistência na prática educativa, descrição positiva do filho e reflexão sobre a prática educativa. Essas categorias serão utilizadas neste estudo para a análise das práticas educativas parentais, bem como as variáveis de contexto, também citadas por Bolsoni-Silva (2003).

Mais recentemente, Bolsoni-Silva e Marturano (2006) afirmaram que as HSE-P que envolvem a comunicação, a expressão de sentimentos e enfrentamento e o estabelecimento de limites são preditivas de boa interação social e de prevenção de problemas de comportamento,

uma vez que auxiliam o desenvolvimento de outras habilidades educativas e funcionam como fatores de proteção.

A relação entre o envolvimento das mães com os filhos e a necessidade de habilidades sociais, especificamente, educativas são ressaltadas pelos autores Cia, Pereira, Del Prette e Del Prette (2007).

Os estudos sobre as habilidades sociais educativas, as práticas educativas parentais e seu envolvimento com o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais ou anti-sociais nas crianças são unânimes em afirmar a necessidade de investimentos em direção às intervenções com os pais, no sentido de orientá-los e treiná-los para as práticas educativas positivas (FERREIRA; MARTURANO, 2002; BOLSONI-SILVA; MARTURANO, 2002; BOLSONI-SILVA, 2003; CECCONELLO; DE ANTONI; KOLLER, 2003; CARVALHO; GOMIDE, 2005; SALVADOR; WEBER, 2005).

[...] a divulgação deste tipo de conhecimento para pais seja o caminho mais fácil e curto para prevenção do uso de drogas, delinquência, problemas e distúrbios comportamentais, psicológicos e cognitivos, fracasso escolar, depressão, stress, entre outros (SALVADOR; WEBER, 2005, p.352).

Bolsoni-Silva e Marturano (2002), usando o referencial do treinamento de habilidades sociais realizam estudo sobre as HSE-P e os problemas de comportamento dos filhos. Concluem afirmando que promover as habilidades sociais educativas nas intervenções com os pais são extremamente necessárias para a prevenção e redução de problemas comportamentais em crianças, evitando dificuldades escolares, de socialização e de delinquência juvenil. Bolsoni-Silva e Del Prette (2003), em concordância com esses autores, também enfatizam a questão da prevenção.

Bolsoni-Silva, Salina-Brandão, Versuti-Stoque e Rosin-Pinola (2008), com o objetivo de promover habilidades sociais educativas dos pais, realizaram um programa de intervenção em grupo, com avaliações pré e pós-teste, em sete mães e dois pais, em um Centro de

Psicologia Aplicada do interior de São Paulo. Apesar de considerarem o estudo em um número reduzido de participantes com resultados não passíveis de generalizações, as autoras concluíram que os resultados indicaram a aquisição de algumas habilidades sociais educativas. O programa promoveu, segundo as autoras, HSE-P que sugerem um efeito positivo do programa e uma melhoria na interação entre pais e filhos como: agradecer a elogio, reagir a elogio, expressar sentimento positivo, elogiar familiares, recusar pedido abusivo, manter conversação, evitar o uso de práticas punitivas e estabelecer limites de forma mais positiva.

Para Szymanski (2004), há a necessidade de um trabalho multidisciplinar com as famílias, incluindo o atendimento individualizado e também as redes sociais de apoio. A autora considera ainda que, para preservar a família como um contexto ideal de desenvolvimento, deve-se contemplar tanto fatores intrafamiliares como extrafamiliares em programas de atenção.

Enfim, a família e suas práticas educativas são um importante campo de pesquisas para a prevenção dos problemas comportamentais desenvolvidos por crianças e adolescentes. Há uma importância significativa na inclusão da família nos programas de prevenção e nas ações das políticas públicas.

3.2 MÉTODO

Esta seção apresenta as questões referentes ao método utilizado no Estudo B, tais como: tipo de pesquisa, participantes, instrumentos, procedimento para a coleta e análise dos dados.

3.2.1 Tipo de Pesquisa

A partir dos resultados do Estudo A, que indicaram que as regiões do município de Taubaté com alta vulnerabilidade social (D e E) eram também as regiões com maior incidência de violência doméstica, foi possível prosseguir com o estudo B, de identificação das práticas educativas parentais nessas regiões. Foi realizado um estudo exploratório, de abordagem quantitativa. Os procedimentos éticos, preconizados pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, foram respeitados e, assim, o projeto foi considerado aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, com número de protocolo 0523/07 (Anexo A).

Pretendia-se, inicialmente, realizar um estudo descritivo para conhecer as características de um determinado fenômeno ou população e estabelecer relações entre variáveis e fatos. No entanto, devido ao pequeno número de participantes e a primeira aproximação com o tema de práticas educativas parentais em contextos de alta vulnerabilidade social e violência doméstica, realizou-se um estudo exploratório, de abordagem quantitativa. Estudos exploratórios têm como objetivo principal (MARTINS, 2000) aproximar o pesquisador do fenômeno, para que este se familiarize com as características e peculiaridades do tema a ser explorado. Estudos de abordagem quantitativa ou estatística pretendem analisar dados numéricos de fatos, fenômenos ou problemas que ocorrem nas sociedades, comunidades humanas, nas culturas, eventos políticos, nas ciências físicas e biológicas (MARTINS, 2000).

3.2.2 Participantes

Os participantes da pesquisa foram nove mães de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos de idade pertencentes à região E, a mais vulnerável e com maior incidência de violência

doméstica do município de Taubaté – SP, assim definida a partir dos resultados do Estudo A. Optou-se por investigar, nessa população, as práticas educativas parentais referentes a crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, pois no município de Taubaté as causas externas de morbidade e mortalidade (DATASUS, 2005) atingem principalmente a população dessa faixa etária (66,7%).

As mães participantes atenderam ao convite da pesquisadora, enviado por meio de seu filho, aluno da Escola E, para uma população de 280 contactados, do modo como será descrito na seção 3.2.4, sobre procedimentos para a coleta de dados.

Para uma população de 280 crianças e adolescentes, seriam necessários 71 participantes para uma margem de erro de 5%. O número de participantes, definido por acessibilidade, resultou em uma amostra de 9 mães, o que implica uma margem de erro de 32%.

Foi considerado, enquanto critério para a participação das mães, apenas um filho por mãe participante, ou seja, outros filhos foram desconsiderados para não haver duplicidade de respostas e para que as crianças às quais as respostas se referissem pertencessem a famílias diferentes.

A Tabela 7 apresenta a distribuição das crianças, cujas mães participaram do estudo, segundo dados demográficos, como idade, sexo e série em que a criança estuda.

Tabela 7 - Características das crianças cujas mães participaram do estudo (n=9)

	Categoria	n	%
Idade da Criança	10 anos	4	44,44
	11 anos	3	33,33
	12 anos	1	11,11
	13 anos	1	11,11
Sexo das Crianças	Feminino	2	22,22
	Masculino	7	77,78
Série em que a criança estuda	4ª série	7	77,78
	5ª série	1	11,11
	6ª série	1	11,11

Como mostra a Tabela 7, a idade das crianças variou entre 10 e 13 anos, com a maior parte delas entre 10 e 11 anos de idade. A maioria das crianças era do sexo masculino e

frequentava a quarta série do ensino fundamental, encontrando-se na série condizente com a idade sem atraso escolar; apenas uma criança (12 anos de idade) tinha reprovado a quarta série.

A Tabela 8 mostra informações sobre as mães participantes, no que diz respeito à idade, ao número de filhos, ao estado civil e ao tempo de união com o cônjuge.

Tabela 8 - Características das participantes (n=9)

	Categoria	n	%
Idade da Mãe	28 a 32 anos	6	66,67
	35 a 40 anos	3	33,33
Idade do Cônjuge	25 a 33 anos	4	44,44
	35 a 40 anos	2	22,22
	43 a 46 anos	3	33,33
Número de Filhos	Dois	4	44,44
	Três	3	33,33
	Quatro	1	11,11
	Seis	1	11,11
Estado Civil	Casada/amasiada	8	88,89
	Separada	1	11,11
Tempo da União	1 a 6 anos	2	22,22
	10 a 12 anos	4	44,44
	17 a 21 anos	3	33,33

Como apresenta a Tabela 8, a maior parte das mães tinham entre 28 e 32 anos de idade e a maior parte dos cônjuges tinham entre 35 e 46 anos. A maioria tinha de dois a três filhos e eram casadas e/ou amasiadas há mais de dez anos.

A Tabela 9 evidencia as informações sobre escolaridade, emprego e renda familiar das mães participantes do estudo.

Tabela 9 - Informações sobre escolaridade, emprego e renda familiar (n=9)

	Categoria	n	%
Grau de Instrução	Ensino Fundamental incompleto	6	66,67
	Ensino Fundamental completo	1	11,11
	Ensino Médio incompleto	1	11,11
	Ensino Médio completo	1	11,11
Profissão	Diarista/Doméstica	3	33,33
	Babá/Técnico Enfermagem	2	22,22
	Do Lar	2	22,22
	Autônoma	2	22,22
Empregada	Sim	7	77,78
	Não	2	22,22
Trabalha Fora	Sim	5	55,56
	Não	4	44,44
Período em que Trabalha	Dia Todo	3	33,33
	Tarde	1	11,11
	1 vez por semana	1	11,11
	Em casa	2	22,22
	Não trabalha	2	22,22
Profissão do Cônjuge	Comerciante	1	11,11
	Auxiliar Administrativo	1	11,11
	Soldador/Operador de Máquinas	3	33,33
	Pedreiro/Auxiliar de Pedreiro	4	44,44
Empregado	Sim	7	77,78
	Não	2	22,22
Renda Familiar	R\$ 1100,00 a 1500,00	3	33,33
	R\$ 600,00 a 1000,00	4	44,44
	R\$ 100,00 a 500,00	2	22,22

Pela Tabela 9, pode-se verificar que as mães em sua maioria apresentaram escolaridade de ensino fundamental incompleto, ser empregadas e trabalhar fora de casa. A profissão em sua maioria foi de diarista e/ou doméstica, apesar de variar de autônoma a técnica de enfermagem. Além disso, o cônjuge, em sua maioria, encontra-se empregado nas profissões de pedreiro e soldador/operador de máquinas. A renda familiar, em sua maioria, encontra-se até mil reais.

3.2.3 Instrumentos

Os instrumentos para a análise da pesquisa foram aplicados após a definição da população alvo e o agendamento do encontro da pesquisadora com os pais. Foram utilizados

dois instrumentos para a coleta dos dados, elaborados por Bolsoni-Silva (2003), em sua tese de doutorado e referenciando estudos anteriores: Questionário de Habilidades Sociais Educativas Parentais - Pais (QHSE-P – Anexo D) e Questionário de Habilidades Sociais Conjugais (QHSC – Anexo E).

O **Questionário de Habilidades Sociais Educativas Parentais (QHSE-P)** direcionado aos pais é composto por questões referentes à forma como o(a) pai/mãe se comporta ao se relacionar com seu filho. Cada questão se subdivide em duas ou mais partes: quanto à frequência com que aparece o comportamento mencionado, quanto às características deste comportamento e em relação às reações dos filhos. Quanto à frequência do comportamento, as alternativas de resposta são *frequentemente, algumas vezes* ou *quase nunca ou nunca*. Além disso, esse questionário possui, ainda, a avaliação das variáveis de contexto, ou seja, o tempo que os pais ficam com os filhos e o número de crianças que vivem na mesma residência. Os dados demográficos são investigados no final do questionário com itens: idade, série escolar e sexo da crianças, idade dos pais, estado civil, tempo de união, outros filhos, grau de instrução, profissão, profissão do cônjuge, renda familiar. Esse questionário foi aplicado nas nove participantes da pesquisa.

O **Questionário de Habilidades Sociais Conjugais (QHSC)**, também elaborado por Bolsoni-Silva (2003), diz respeito ao relacionamento entre o pai e a mãe enquanto companheiros. Da mesma forma que o questionário anterior, segue a mesma subdivisão e padrão, ou seja, quanto à frequência com que aparece o comportamento mencionado e quanto às características deste comportamento. Esse questionário foi aplicado em oito mães, pois uma das participantes era separada. Dessas oito mães, seis responderam em relação ao pai da criança e duas responderam em relação ao padrasto da criança.

3.2.4 Procedimento para a coleta de dados

Para o acesso aos participantes da pesquisa, foi feito, inicialmente, um levantamento do número total de escolas municipais de Taubaté, que foram identificadas quanto às regiões (A, B, C, D e E), onde estavam localizadas. Dentre as localizadas nas regiões D e E, foram sorteadas duas escolas municipais, uma localizada na região D (Escola D) e outra na região E (Escola E).

Para conduzir os estudos nessas duas escolas, primeiramente, obteve-se a autorização do Departamento de Educação da Prefeitura Municipal de Taubaté (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Institucional - Anexo B).

Em seguida, a direção da Escola E foi contactada e verificou-se o número de crianças e adolescentes das faixas etárias pesquisadas (10 a 14 anos) pertencentes à escola: um total de 280. Não foi realizado cálculo amostral, pois foram enviadas cartas aos pais e/ou responsáveis (Apêndice B) de todas essas crianças e adolescentes para o agendamento da entrevista com a pesquisadora para a aplicação dos instrumentos. As cartas informavam, brevemente, sobre a condução da pesquisa na escola, sobre os objetivos da pesquisa e os motivos do contato, bem como já disponibilizavam os horários para a entrevista com a pesquisadora. Os professores ficaram responsáveis pelo envio das cartas aos responsáveis através dos alunos.

Uma vez por semana, o dia todo, a pesquisadora permanecia na escola, aguardando os pais interessados em colaborar com a pesquisa, o que havia sido, previamente, agendado por cartas. As cartas eram enviadas dois dias antes para um total de 30 alunos por vez, iniciando pela quarta série do Ensino Fundamental e, aproximadamente, após três meses, as 280 cartas foram enviadas.

A entrevista com os pais aconteceu na própria escola, em uma sala cedida pela direção da escola. Antes do início da entrevista, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo C) e, após sua assinatura, iniciava-se a aplicação dos instrumentos.

Primeiramente, foi aplicado o Questionário de Habilidades Sociais Educativas Parentais e, logo após, o Questionário de Habilidades Sociais Conjugais. Durante a aplicação dos instrumentos, as perguntas foram feitas oralmente pela pesquisadora, que assinalou as respostas espontâneas sem as mães terem acesso ao formulário, onde estavam as perguntas e onde as respostas eram anotadas.

A Escola D foi a outra escola contactada, com um total de 468 crianças e adolescentes. Nessa escola, a direção não concordou com o envio das cartas aos pais para o agendamento do encontro na escola e também não cedeu um espaço para ser possível a aplicação dos instrumentos. Foram cedidos telefones de apenas trinta pais para contato, com vistas a um futuro agendamento em suas próprias residências. Decidiu-se, então, que este contato não seria realizado, pelo viés de escolha e seleção dos alunos e respectivos pais pela direção e pela diferença que o procedimento de coleta de dados estabeleceria.

3.2.5 Procedimento para a análise dos dados

Os resultados foram analisados de acordo com as sete categorias de análise compostas pelas Habilidades Sociais Educativas Parentais (HSE-P), segundo Bolsoni-Silva (2003):

- 1- Expressão de Sentimentos e Enfrentamento (relativo às questões 3, 3a, 3b, 4, 4a, 11, 11a, 11b);
- 2- Comunicação (relativo às questões 1, 1a, 2, 2a, 13, 13a);
- 3- Interação Positiva (relativo às questões 12, 12a);
- 4- Habilidades na Prática Educativa (relativo às questões 5, 5a, 5b, 5c, 5d, 6a, 6b, 6c, 8, 8a, 8b, 8c, 9);
- 5- Descrição Positiva do Filho (relativo às questões 10, 10a, 10b, 10c);
- 6- Reflexão sobre a Prática Educativa (relativo às questões 14, 14a, 14b);
- 7- Variáveis de Contexto (relativo às questões 7, 15, 16).

Primeiramente, os dados foram tratados dentro de cada categoria de análise por tabelas referentes às respostas consideradas de frequência (questões 1, 2, 3a, 4, 5, 6a, 6b, 8, 11, 12, 13) por participante da pesquisa (M1, M2, M3, M4, M5, M6, M7, M8 e M9). Para essas questões foram atribuídos escores para as respostas *frequentemente* (escore dois), *às vezes* (escore um), *quase nunca/nunca* (escore zero) e calculou-se o escore total de cada participante por categoria, bem como o escore médio. Assim sendo, foi possível além de analisar as respostas mais frequentes na categoria, analisar individualmente as particularidades de respostas por participante. Uma tabela mais individualizada das habilidades sociais educativas de cada participante da pesquisa (respostas consideradas de frequência) encontra-se disponível no Apêndice C.

Em seguida, ainda dentro de cada categoria de análise, foram representados em gráficos os dados referentes às questões de conteúdo (questões 1a, 2a, 3b, 4a, 5a, 5b, 5c, 5d, 6c, 7, 8a, 8b, 8c, 10a, 10b, 10c, 11a, 11b, 12a, 13a, 14a, 14b), as quais referem-se às demais questões sobre assuntos, situações, motivos, comportamentos e sentimentos parentais e reações dos filhos frente às atitudes dos pais. Esses dados foram agrupados pela quantidade de menções, e não por participante, como na análise das questões referentes à frequência.

Os resultados das **Habilidades Sociais Conjugais** (QHSC) foram apresentados na forma das cinco categorias de análise, segundo Bolsoni-Silva (2003):

- 1- percepção/definição do cônjuge;
- 2- auto-discriminação e discriminação do cônjuge sobre expressão de carinho;
- 3- avaliação da comunicação conjugal;
- 4- discriminação de comportamentos adequados e inadequados do cônjuge;
- 5- avaliação do relacionamento conjugal.

Os dados foram apresentados dentro de cada categoria de análise na forma de tabelas e gráficos, priorizando os aspectos positivos e negativos atribuídos ao cônjuge. foram analisados pela quantidade de menções.

3.3 RESULTADOS

Os resultados do Estudo B serão descritos, a seguir, em dois blocos: HSE-P e HSC. Serão apresentados na forma de tabelas e gráficos, os quais ilustram melhor esses resultados.

3.3.1 Habilidades Sociais Educativas Parentais

Nesta seção, as HSE-P serão apresentadas em sete categorias de análise (para nove respondentes), conforme descritas abaixo.

3.3.1.1 Expressão de Sentimentos e Enfrentamento

A categoria expressão de sentimentos e enfrentamento diz respeito às questões sobre: a expressão de sentimentos, opiniões e demonstração de carinho dos pais em relação aos filhos; as formas mais presentes dessas expressões e as reações mais comuns dos filhos.

Das nove mães participantes, sete dizem expressar sentimentos a seus filhos. A Tabela 10 apresenta os escores das habilidades de expressão de sentimentos e enfrentamento por participante da pesquisa, sobre as questões consideradas de frequência.

Tabela 10 – Expressão de Sentimentos e Enfrentamento

Categoria	Escore HSE-P por participante								
	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9
Expressão de Sentimentos Positivos	2	2	0	2	1	2	1	2	1
Expressão de Sentimentos Negativos	2	0	0	2	1	1	1	2	1
Expressão de Opiniões	2	2	1	2	1	1	2	2	2
Demonstração de Carinho	2	2	1	2	2	2	1	2	0
Escore Total	8	6	2	8	5	6	5	8	4

Primeiramente, percebe-se a partir da Tabela 10, que em relação ao escore total, cinco mães (M1, M2, M4, M6 e M7) mostram escore acima da média (escore médio 5,8), ou seja, expressam sentimentos, opiniões e demonstram carinho.

Em relação à expressão de sentimentos especificamente positivos, a Tabela 10 evidencia que cinco mães (M1, M2, M4, M6 e M8) fazem com frequência, enquanto que três mães (M5, M7 e M9) fazem às vezes e uma mãe (M3) nunca expressa. Já em relação à expressão de sentimentos negativos, três mães (M1, M4 e M8) expressam com frequência, quatro mães (M5, M6, M7 e M9) fazem às vezes e duas (M2 e M3) nunca expressam. Quanto à expressão de opiniões, a Tabela 10 mostra que seis mães (M1, M2, M4, M7, M8 e M9) expressam frequentemente e as outras três (M3, M5 e M6) expressam às vezes.

A Tabela 10 evidencia também sobre a demonstração de carinho das mães aos filhos e apresenta que seis mães (M1, M2, M4, M5, M6, M8) demonstram, frequentemente, carinho aos filhos, enquanto que duas (M3 e M7) demonstram às vezes e uma mãe (M9) nunca demonstra.

Ainda em função da Tabela 10, percebe-se que M1, M4 e M8 apresentam frequência (escore total) em expressar tanto sentimentos positivos quanto negativos, opiniões e demonstrar carinho. M2 mostra, frequentemente, habilidade em expressar sentimentos positivos, opiniões e demonstrar carinho, apesar de nunca expressar sentimentos negativos. M3 mostra não expressar nem sentimentos positivos, nem negativos, apesar de às vezes expressar opiniões e demonstrar carinho.

A Ilustração 5 apresenta as formas de expressão de sentimentos positivos e negativos e os assuntos nos quais as mães expressam suas opiniões. Como cada participante poderia apresentar mais de uma resposta, o número de menções é apresentado aqui.

A Ilustração 5 sinaliza que seis mães expressam, frequentemente, sentimentos positivos pela expressão do rosto, cinco mães falando, agradando e abraçando e beijando. Em relação às formas de expressão de sentimentos negativos, a maior parte das mães (8) expressa pela expressão do rosto, seis mães falando e cinco ficando bravas. Cinco mães relatam além

de expressar ficando brava, frequentemente ameaçar e às vezes expressar seus sentimentos batendo. Além disso, quanto a outras formas de expressão de sentimentos negativos, uma das mães sinalizou bater com ‘vara’ no filho, enquanto outra disse ‘ficar quieta’.

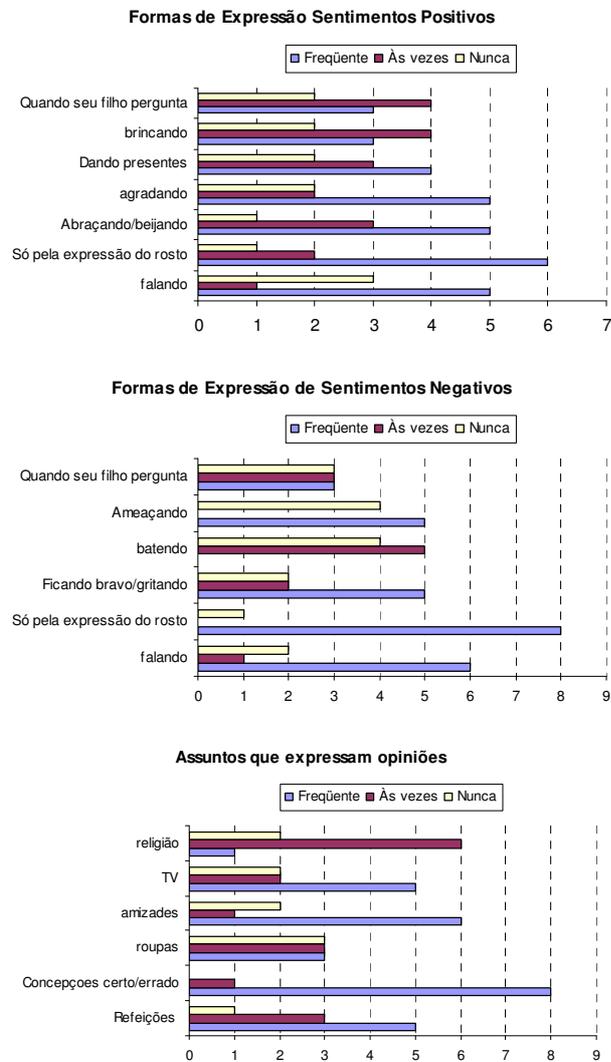


Ilustração 5 – Formas de Expressar Sentimentos Positivos e Negativos e Assuntos que expressam opiniões

Além disso, a Ilustração 5 apresenta os assuntos mais frequentes de expressão de opiniões das mães aos filhos e evidencia oito dos respondentes, expressando as opiniões, frequentemente, sobre a concepção de certo e errado e seis sobre as amizades dos filhos. Uma das mães respondeu, também, que um outro assunto abordado com o filho é sobre o valor do respeito.

Quanto às atitudes das mães para demonstrar carinho e às reações dos filhos para demonstração de carinho dos pais, a Ilustração 6 apresenta a frequência das ocorrências.

A partir da Ilustração 6, pode-se observar as atitudes pelas quais as mães dizem demonstrar carinho: seis mães dizem que amam, tocam a criança, elogiam e ajudam a criança a resolver seus problemas; cinco mães permitem que a criança fale sobre as coisas que a estão incomodando e agradam a criança.

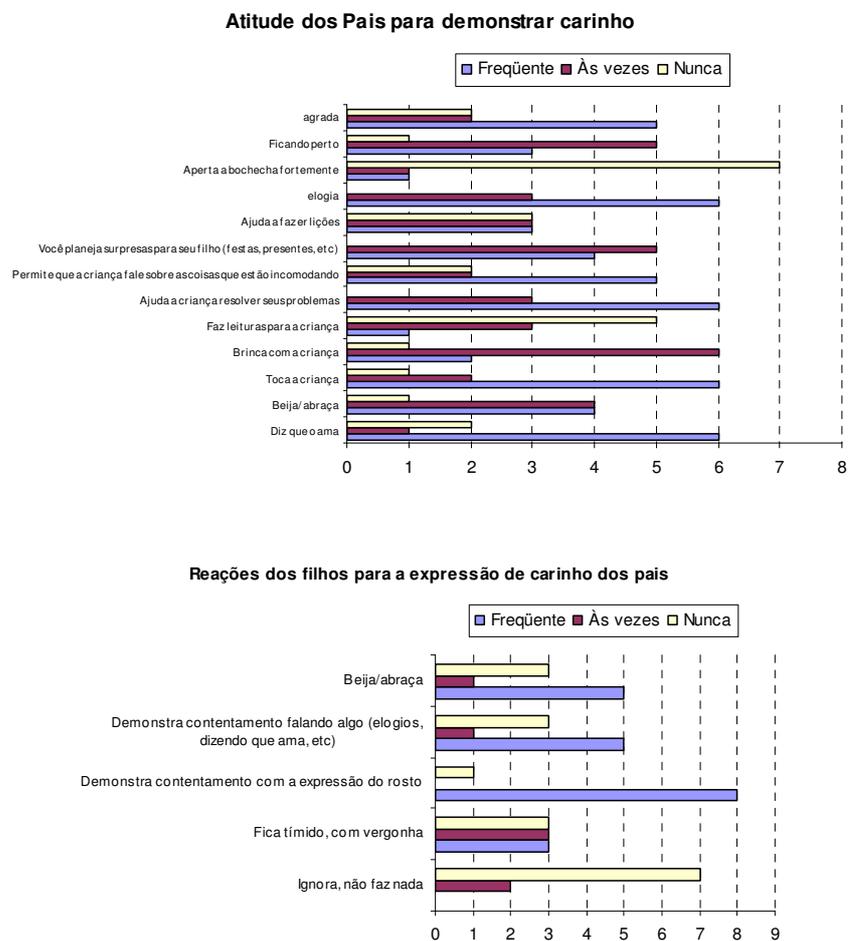


Ilustração 6 – Atitudes dos pais e reações dos filhos para demonstração de carinho

Quanto à reação dos filhos à demonstração de carinho dos pais, a Ilustração 6 mostra a expressão do rosto mencionada por oito mães; sete mães dizem que os filhos nunca ignoram o

carinho e cinco mães dizem que os filhos demonstram, frequentemente, contentamento falando algo e beijando/abraçando.

3.3.1.2 Comunicação

A categoria comunicação engloba questões sobre: o diálogo entre pais e filhos, os assuntos mais presentes nesses diálogos, os assuntos solicitados pelos filhos e a comunicação sobre o assunto sexo.

A Tabela 11 descreve sobre os escores da HSE-P de comunicação entre mãe e filho por participante da pesquisa, ou seja, sobre a frequência de diálogo, se há perguntas com frequência ao filho e há perguntas ao filho sobre sexo.

Categoria	Escore HSE-P por participante								
	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9
Manter diálogo	2	2	1	2	2	2	1	2	1
Fazer Perguntas	2	1	2	2	2	2	1	2	2
Fazer Perguntas sobre Sexo	0	0	1	1	0	0	0	1	0
Escore Total	4	3	4	5	4	4	2	5	3

Percebe-se pela Tabela 11 que, em relação ao escore total, seis mães (M1, M3, M4, M5, M6 e M8) mostram escore acima da média (escore médio 3,8), ou seja, mantém conversação com seus filhos. Quanto a manter diálogo com o filho mais especificamente, seis mães (M1, M2, M4, M5, M6, M8) fazem frequentemente e três (M3, M7 e M9) fazem às vezes. Nenhuma das mães respondeu nunca ter diálogo com os filhos. No que diz respeito a fazer perguntas aos filhos, sete mães fazem frequentemente, enquanto duas (M2 e M7) fazem às vezes.

Quando o assunto é sobre sexo, pela Tabela 11, percebe-se que seis mães (M1, M2, M5, M6, M7, M9) não abordam o assunto. Além disso, percebe-se que três mães (M1, M5 e M6) apesar de, frequentemente, manter diálogo e fazer perguntas aos filhos, quando o assunto é sobre sexo, não conversam com os filhos. Duas mães (M4 e M8) mostram maior habilidade de conversação, apesar de somente às vezes conversarem com os filhos sobre sexo.

Quanto aos assuntos e/ou situações mais presentes nessa conversação/diálogo, bem como os assuntos mais solicitados aos filhos, a Ilustração 7 apresenta esses resultados.

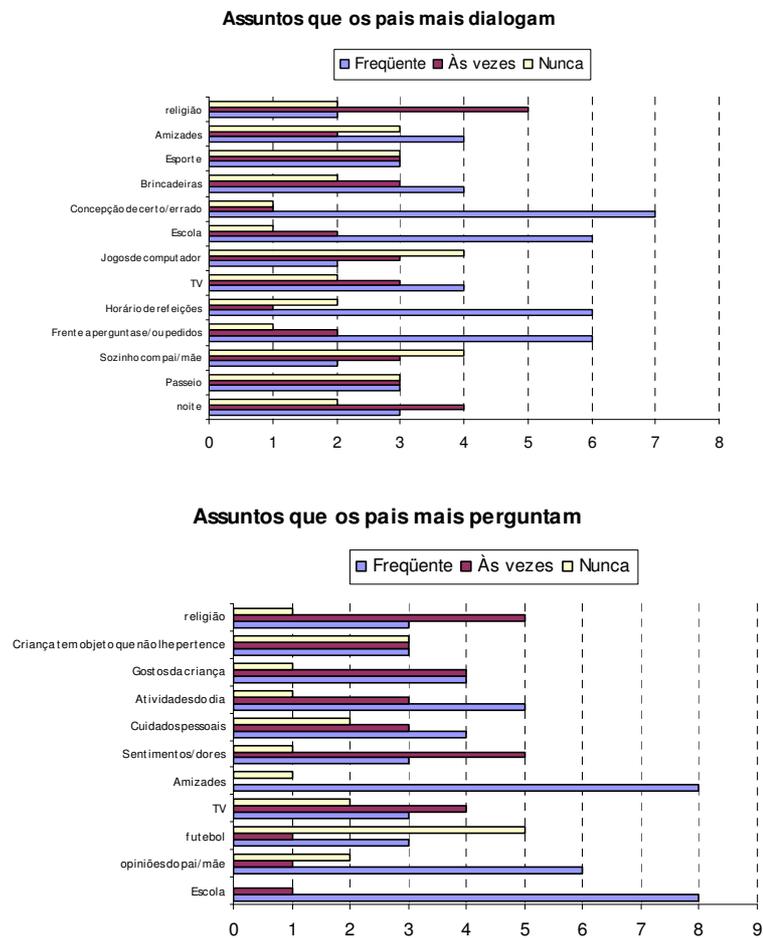


Ilustração 7 – Assuntos que os pais mais conversam e perguntam

A Ilustração 7 revela que sete mães, frequentemente, mantêm diálogo com os filhos sobre a concepção de certo e errado, seis mães sobre a escola, frente a perguntas e/ou pedidos e nos horários da refeição. Quanto aos assuntos mais frequentemente citados pelas mães,

encontram-se assuntos sobre a escola (8) e as amizades (8). Algumas mães (6), frequentemente, dão opiniões aos filhos e cinco, frequentemente, falam sobre atividades do dia a dia, sendo que, às vezes, conversam sobre sentimentos/dores dos filhos.

3.3.1.3 Interação Positiva

A categoria interação positiva diz respeito ao brincar dos pais com seus filhos e quais os tipos de brincadeiras são mais frequentes. A Tabela 12 mostra os escores de frequência do brincar dos pais com seus filhos por participantes da pesquisa.

Tabela 12 – Interação Positiva entre pais e filhos

Categoria	Escore HSE-P por participante								
	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9
Brincar com o Filho	2	2	0	1	1	0	0	1	1
Escore Total	2	2	0	1	1	0	0	1	1

Pela Tabela 12, verifica-se que duas mães (M1 e M2) apresentam escore total em relação ao brincar com seus filhos, mas quatro mães (M4, M5, M8 e M9) às vezes brincam e três mães (M3, M6 e M7) nunca brincam com os filhos.

A Ilustração 8 revela quais os tipos de brincadeiras parentais são mais frequentes.

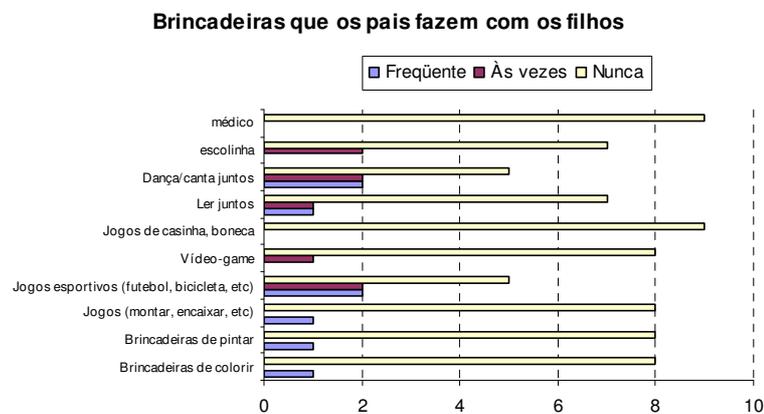


Ilustração 8 – Quais as brincadeiras parentais com os filhos

Observa-se pela Ilustração 8, que dos tipos de brincadeiras parentais mais frequentes, duas mães responderam ser os jogos esportivos e que dançam e cantam junto aos filhos. Nove mães nunca brincam de casinha e de médico; oito mães nunca brincam de colorir, de pintar, de jogos e de videogame. Em relação, ainda, aos tipos de brincadeiras, duas das mães sinalizaram apertar, beliscar e fazer cócegas e uma delas diz não brincar com o filho, pois o filho ‘já está grande’.

3.3.1.4 Habilidades na Prática Educativa

A categoria habilidade na prática educativa engloba questões sobre: a concordância e discordância com o cônjuge na educação dos filhos; os motivos dessa concordância e/ou discordância; a participação dos progenitores e o estabelecimento de limites na educação dos filhos.

A Tabela 13 mostra os escores totais por participantes em concordar com o cônjuge, estabelecer limites, cumprir promessas e suas dificuldades para cumprir promessas.

Tabela 13 – Habilidade na Prática Educativa

Categoria	Escore HSE-P por participante								
	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9
Concordar com o Cônjuge	2	1	1	2	1	1	0	1	1
Estabelecer Limites	2	2	2	2	2	1	2	2	2
Cumprir Promessa	2	2	2	2	2	1	2	2	2
Dificuldades para Cumprir Promessa	1	0	1	1	1	1	1	2	1
Escore Total	7	5	6	7	6	4	5	7	6

A Tabela 13 apresenta em relação ao escore total, seis mães (M1, M3, M4, M5, M8 e M9) mostrando escore acima da média (escore médio 5,9), ou seja, apresentando habilidade na prática educativa. As três outras mães (M2, M6 e M7) apresentam escore abaixo da média. Observa-se que três mães apresentam escore mais alto, ou seja, maior habilidade na prática

educativa, sendo que duas delas (M1 e M4) mostram semelhanças nas respostas e uma delas (M8) apresenta diferenças na questão de concordância conjugal e nas dificuldades de cumprir promessas.

No que diz respeito, especificamente, a concordar com o cônjuge, a Tabela 13 evidencia que duas mães (M1 e M4) concordam com frequência com seu cônjuge, enquanto seis (M2, M3, M5, M6, M8 e M9) concordam às vezes e uma mãe (M7) nunca concorda.

Em relação ao estabelecimento de limites e ao cumprimento de promessas, a Tabela 13 mostra que a maioria das mães acha importante estabelecer limites e cumprir promessas aos filhos, enquanto apenas uma (M6) acha importante às vezes estabelecer limites e cumprir promessas.

A Tabela 13 ainda revela que sete mães (M1, M3, M4, M5, M6, M7 e M9) apresentam dificuldades às vezes para cumprir promessas ao filho, uma mãe (M8) apresenta sempre tais dificuldades e uma outra mãe (M2) nunca apresenta dificuldades.

A Ilustração 9 vislumbra os motivos de concordância e discordância conjugal e as atitudes dos pais frente à discordância conjugal.

Na Ilustração 9, os motivos mais frequentes de concordância conjugal dizem respeito à resposta de quando um dos cônjuges chama a atenção o outro respeita (6) e porque conversam para tomar as decisões em relação ao filho (5). Uma das mães sinalizou que o cônjuge não liga para a educação do filho. Disse: “Porque eu sempre resolvo, para ele tanto faz”. Quanto aos motivos de discordância conjugal, cinco mães, frequentemente, discordam do outro cônjuge, porque pensam muito diferente um do outro.

Ainda sobre os motivos de discordância conjugal, houve outros comentários: que o outro cônjuge não expressa sua opinião; quando o cônjuge não é firme e agrada o filho depois

de uma briga; quando o cônjuge dá muita liberdade; quando o cônjuge é autoritário; quando o cônjuge grita ao invés de conversar.

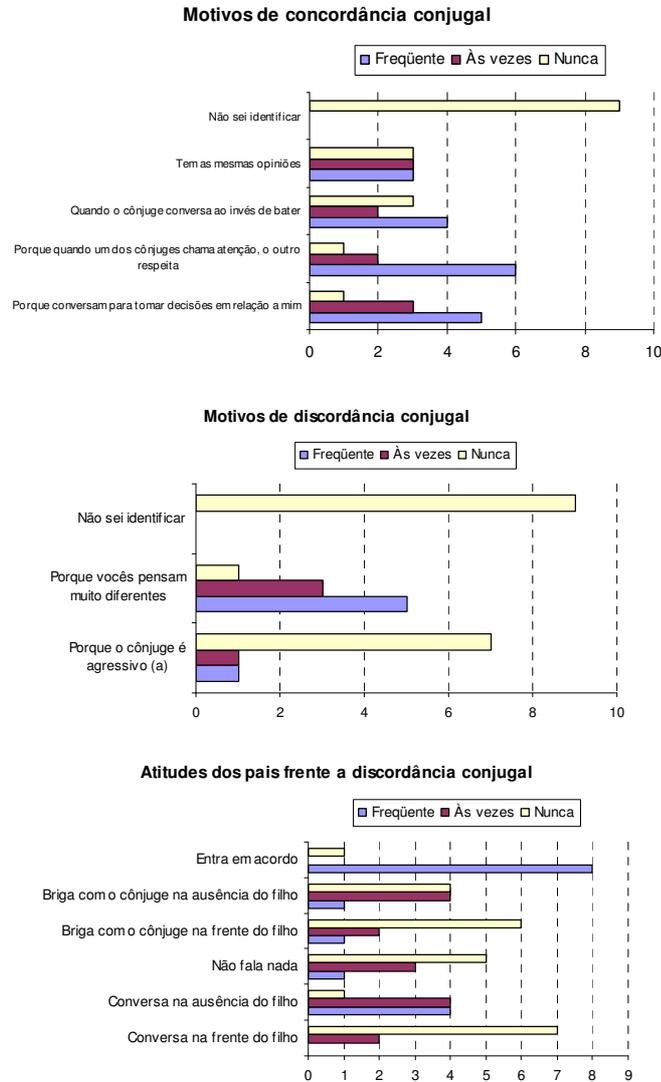


Ilustração 9 – Motivos de Concordância e Discordância Conjugal e Atitudes Parentais frente à discordância

Quanto às atitudes dos pais frente a comportamentos de discordância conjugal, a Ilustração 9 revela que oito mães, frequentemente, entram em acordo; quatro mães às vezes conversam e/ou brigam com o cônjuge na ausência do filho; sete mães nunca conversam na frente do filho quando há discordância conjugal e seis revelaram não brigar com o cônjuge na frente do filho.

Na seção 3.3.2 Habilidades Sociais Conjugais esses itens de concordância e discordância conjugal serão complementados.

A categoria Habilidade na Prática Educativa também revela sobre a participação dos progenitores na educação dos filhos e a Ilustração 10 evidencia esse resultado.

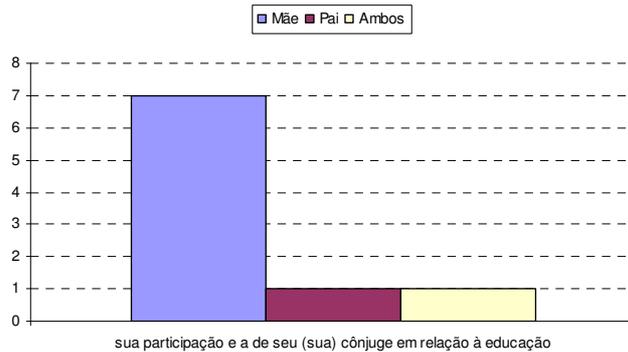


Ilustração 10 – Participação dos Progenitores na educação dos filhos

A Ilustração 10 sinaliza que sete mães participam mais; uma mãe revela que o pai participa mais e uma outra revela que ambos participam iguais.

Em relação aos motivos necessários e as situações para estabelecer limites ao filho, veja a Ilustração 11.

Como se mostra na Ilustração 11, os motivos que aparecem para o estabelecimento de limites são às vezes: para orientar/ensinar o que é certo e errado (9); para que o filho aprenda a ter responsabilidades (9); porque se não colocar limites, os filhos vão querer fazer tudo e os pais vão perder o controle (8). Uma das mães sinaliza que é necessário colocar limites desde pequeno. Quanto às situações para estabelecer limites aos filhos, frequentemente, sete mães colocam limites na questão de estudo; quatro mães para a questão sobre comida. Ainda fazendo referência à frequência de respostas sobre as situações que os pais estabelecem limites: duas das mães comentam que não existe situação, pois o filho é responsável e obediente; uma das mães comenta que tem que estabelecer limites para o uso do computador.

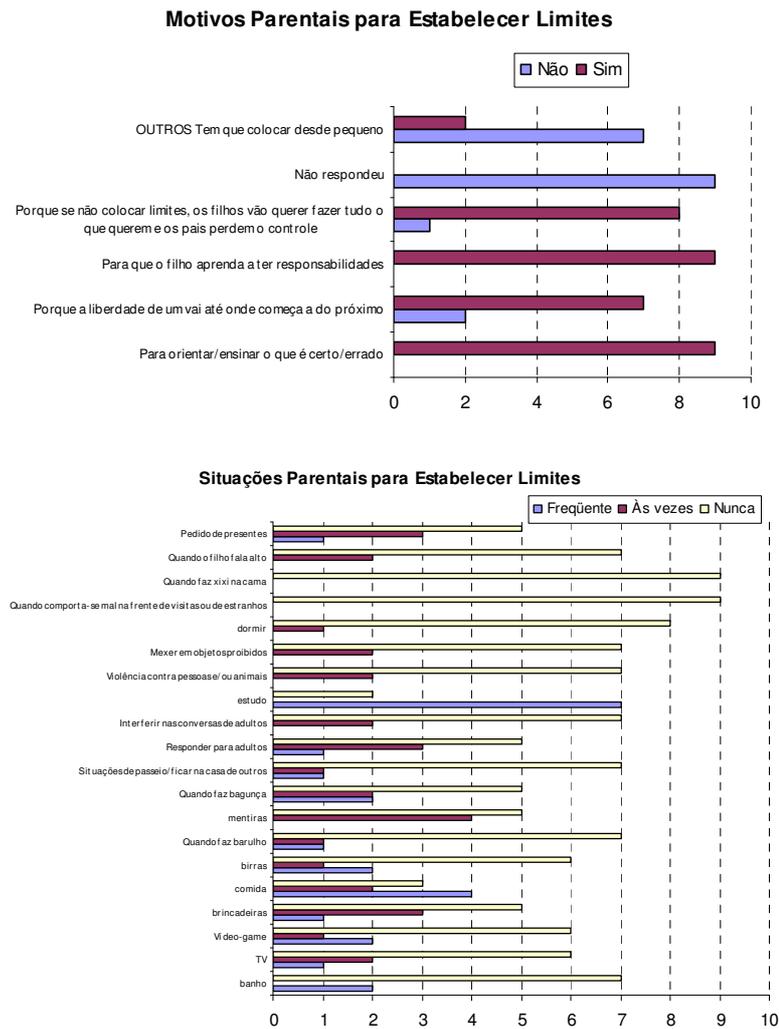


Ilustração 11 – Motivos e Situações para Estabelecer Limites

Os comportamentos parentais para estabelecer limites e os sentimentos parentais e reações dos filhos após o estabelecimento de limites são identificados na Ilustração 12.

A Ilustração 12 identifica os comportamentos parentais para o estabelecimento de limites: sete mães, frequentemente, conversam e pedem e/ou dão bronca, chamam a atenção, ficam bravas; cinco mães, frequentemente, dizem não e às vezes batem. Uma das mães comenta que o filho é nervoso e outra disse que não precisa fazer nada, pois o filho é bonzinho.

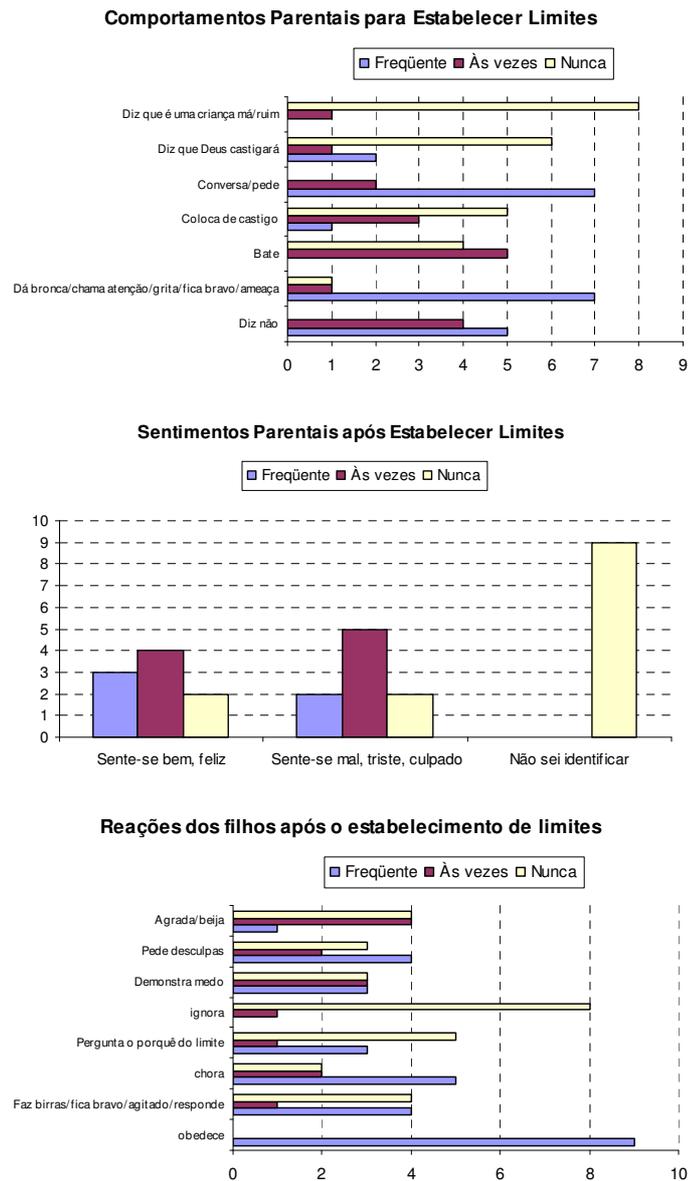


Ilustração 12 – Comportamentos e Sentimentos Parentais e Reações dos Filhos

Quanto aos sentimentos parentais em relação ao estabelecimento de limites a Ilustração 12 mostra que cinco mães, às vezes, sentem-se mal e tristes ao estabelecer limites aos filhos; quatro mães, às vezes, sentem-se bem e felizes. Uma das mães comenta que se sente melhor quando bate do que quando xinga o filho.

Em relação às reações dos filhos, a Ilustração 12 evidencia que os filhos obedecem às mães (9); cinco mães dizem que o filho, frequentemente, chora e quatro relatam que,

frequentemente, os filhos pedem desculpas. Uma das mães comenta que o filho fica emburrado quando a mãe estabelece limites.

A ilustração 13, abaixo, refere-se às dificuldades encontradas pelos pais para cumprir promessas e aos comportamentos dos mesmos diante do não cumprimento.

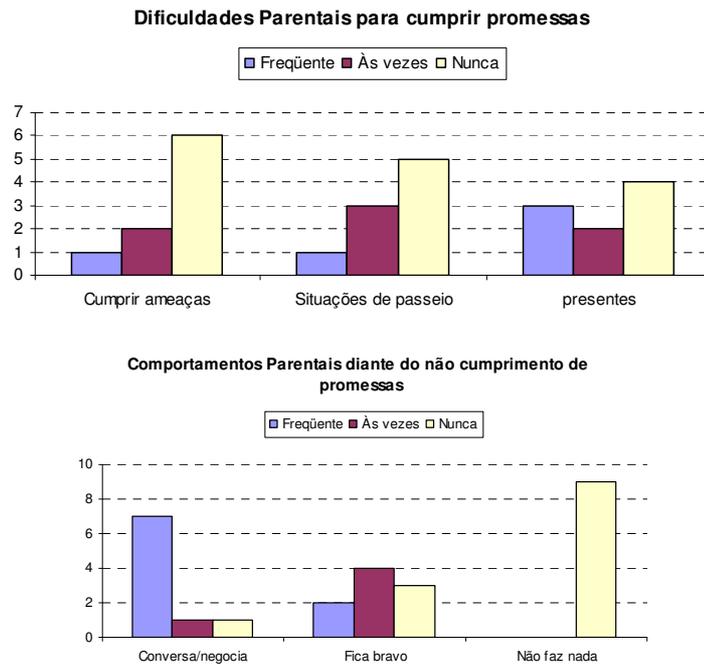


Ilustração 13 – Dificuldades para Cumprir Promessas e Comportamentos Parentais diante do não cumprimento

A Ilustração 13 sinaliza que seis mães não encontram dificuldades para cumprir ameaças; três mães responderam que, frequentemente, têm dificuldades para cumprir promessas em relação a presentes e, às vezes, às situações de passeio. Sendo assim, sete mães respondem que, frequentemente, conversam/negociam com o filho e quatro, às vezes, ficam bravas com os filhos. Uma das mães comenta que fica triste ao não poder cumprir as promessas ao filho.

3.3.1.5 Descrição Positiva do Filho

A categoria descrição positiva do filho envolve as questões sobre os comportamentos “desejados” dos filhos, os comportamentos e sentimentos parentais em relação a esses comportamentos.

A Tabela 14 revela os escores de frequência de respostas de comportamentos “desejados” dos filhos.

Tabela 14 – Descrição Positiva do Filho

Categoria	Escore HSE-P por participante								
	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9
Comportamento Desejado dos Filhos	2	2	2	1	2	1	2	1	2
Escore Total	2	2	2	1	2	1	2	1	2

As respostas para comportamentos “desejados” dos filhos, ilustrada pela Tabela 14, mostra que seis mães (M1, M2, M3, M5, M7, M9) respondem que, frequentemente, seus filhos fazem o que eles desejam e três (M4, M6 e M8) respondem que isso acontece às vezes.

A Ilustração 14 vislumbra a frequência de respostas de quais os comportamentos “desejados” pelos pais de seus filhos, como também os comportamentos e sentimentos parentais frente a tais comportamentos.

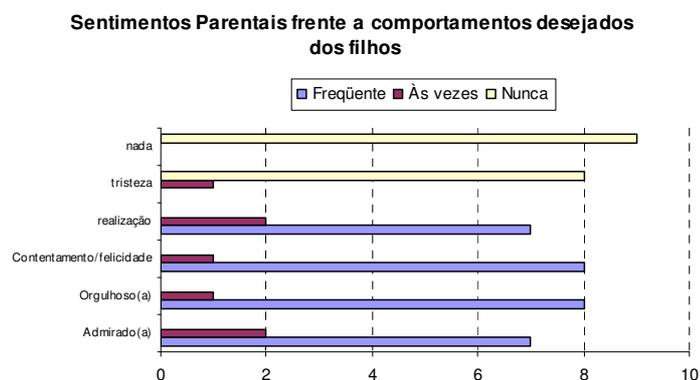
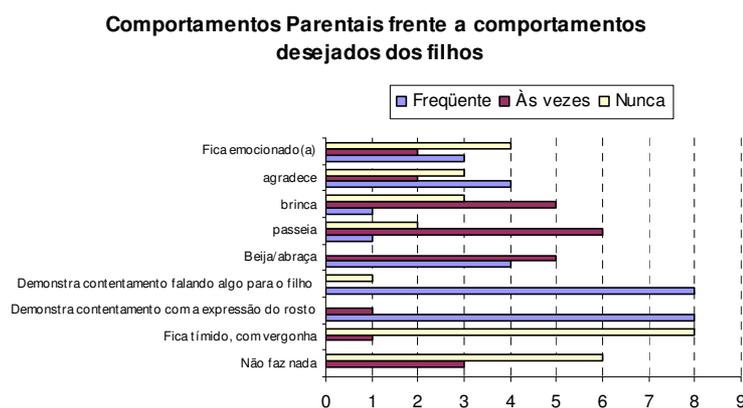
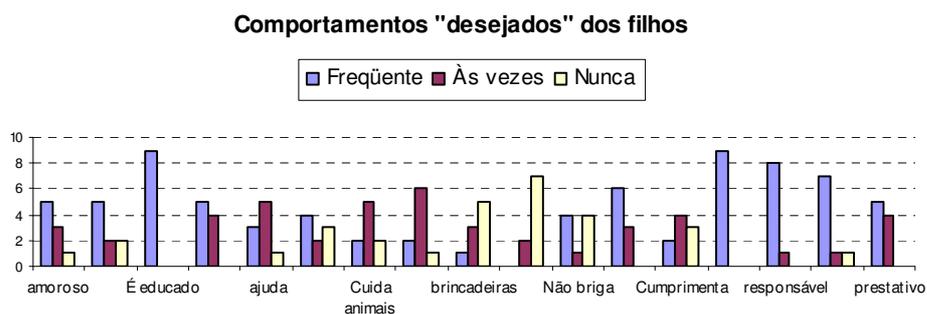


Ilustração 14 – Comportamentos Desejados dos filhos e Atitudes e Sentimentos Parentais frente a esses comportamentos

A Ilustração 14 apresenta os comportamentos “desejados” dos filhos: nove mães, frequentemente, dizem que o filho é educado e companheiro; oito respondem que o filho é responsável e sete que tem iniciativa. Quanto aos comportamentos parentais frente a comportamentos “desejados” dos filhos, oito mães respondem que, frequentemente, demonstram contentamento com a expressão do rosto e falando algo para o filho. Em relação à frequência de respostas de sentimentos parentais diante aos comportamentos “desejados”

pelos filhos, a Ilustração ainda mostra que oito mães sentem-se, frequentemente, orgulhosas, contentes e felizes.

3.3.1.6 Reflexão sobre a Prática Educativa

A categoria reflexão sobre a prática educativa engloba questões de auto-avaliação parental quanto a erros cometidos na educação dos filhos, de comportamentos parentais “indesejados” e reações parentais a esses comportamentos “indesejados”.

A Tabela 15 apresenta os escores sobre a auto-avaliação parental sobre erros na educação dos filhos por participante da pesquisa.

Tabela 15 – Reflexão sobre a Prática Educativa

Categoria	Escore HSE-P por participante								
	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9
Auto-Avaliação Parental sobre Erros na Educação dos filhos	1	0	0	1	1	1	0	2	1
Escore Total	1	0	0	1	1	1	0	2	1

A Tabela 15 revela cinco mães (M1, M4, M5, M6 e M9) que respondem, às vezes, se sentirem erradas em relação aos filhos; três mães (M2, M3 e M7) respondem nunca se sentirem erradas em relação aos filhos e uma mãe (M8) responde que, frequentemente, sente-se errada em relação à educação do filho.

A Ilustração 15 evidencia quais os comportamentos parentais são considerados “indesejados” e quais as reações frente a esses comportamentos.

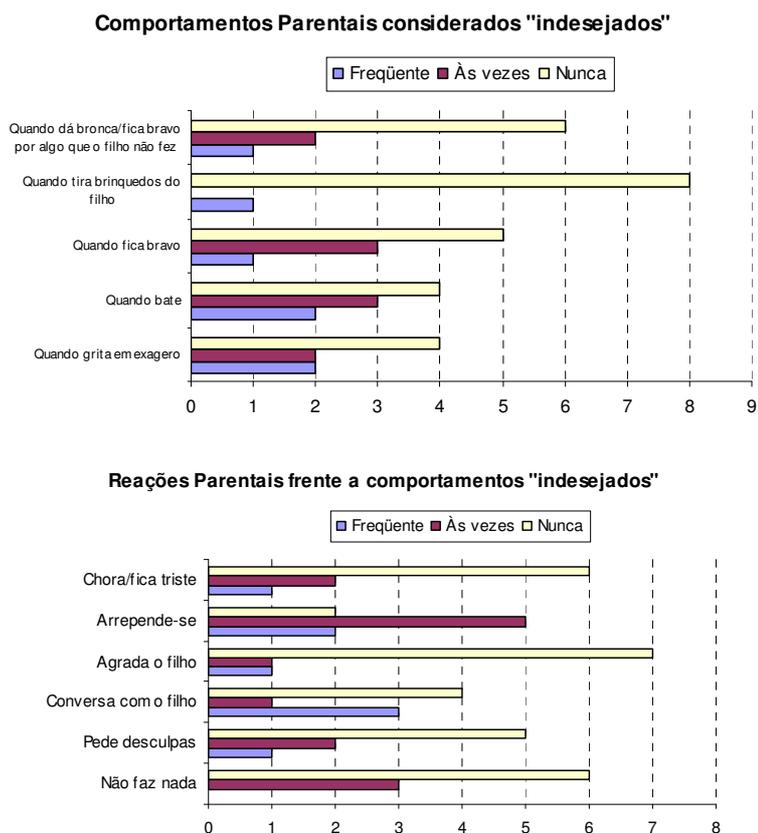


Ilustração 15 – Comportamentos e Reações Parentais frente a comportamentos “indesejados”

A Ilustração 15 revela que três mães se sentem erradas quando, às vezes, batem e/ou ficam bravas. Uma das mães comenta que quando diz “não” demais, fica triste, pois sabe que exagera. Quanto às reações parentais após comportamentos considerados “indesejados”, sete mães respondem que nunca agradam o filho nessas situações; seis mães dizem nunca deixarem de tomar alguma atitude e nunca chorarem ou ficarem tristes por isso; seis mães afirmam nunca pedirem desculpas e, às vezes, se arrependem.

3.3.1.7 Variáveis de contexto

A categoria variáveis de contexto envolve questões referentes às regras parentais em relação ao comportamento dos filhos e ao comportamento dos pais, a avaliação parental a respeito do relacionamento entre irmãos, o tempo que os pais ficam com os filhos.

A Ilustração 16 mostra a frequência de respostas das regras parentais em relação ao comportamento dos filhos e dos pais para uma boa educação.

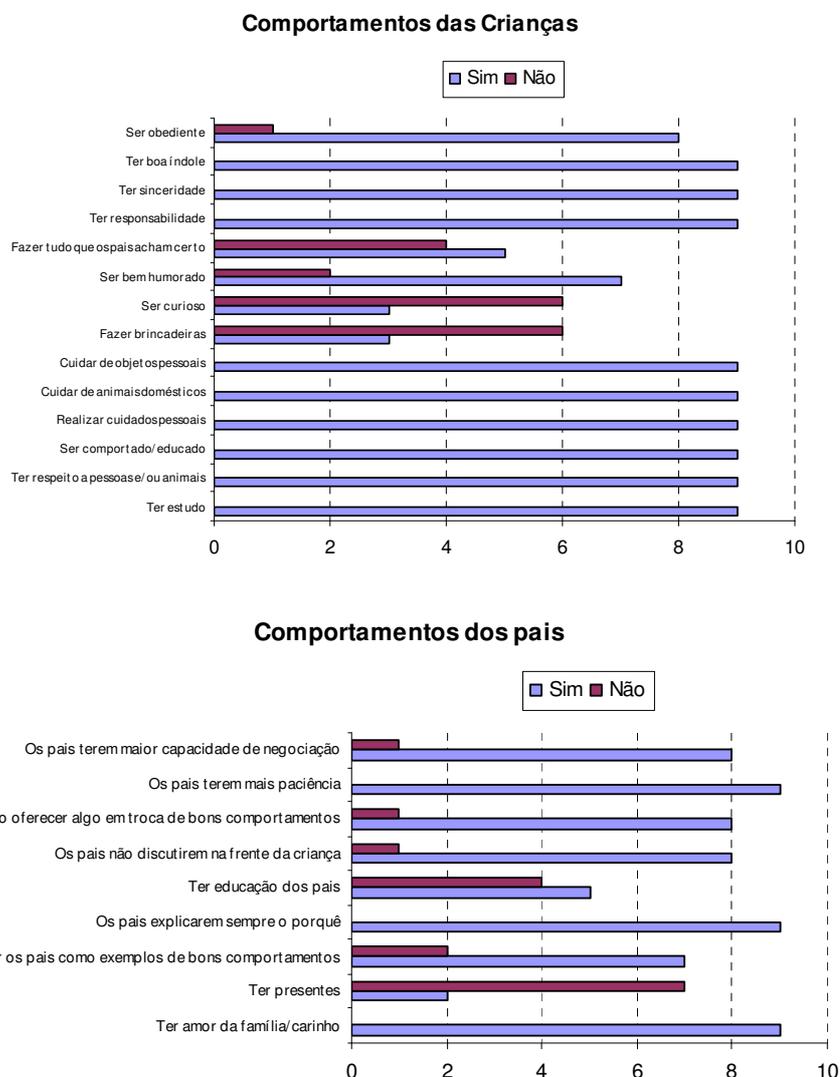


Ilustração 16 – Comportamento dos filhos e dos pais em relação às regras parentais

A Ilustração 16 mostra que nove mães acham importante para uma boa educação o filho ter estudo, ter respeito pelas pessoas, ser comportado/educado, realizar cuidados pessoais, cuidar de seus próprios objetos, cuidar de animais, ter responsabilidade, ter sinceridade, ter boa índole; oito mães acham importante o filho ser obediente e sete mães acham importante ele ser bem humorado. Quanto às regras parentais em relação ao comportamento dos pais para a boa educação dos filhos, a Ilustração mostra que nove mães

acham importante o filho ter o amor da família, os pais explicarem sempre os porquês, os pais terem mais paciência; oito mães acham importante os pais terem maior capacidade de negociação, os pais não oferecerem nada em troca de bons comportamentos e não discutirem na frente da criança; sete mães não acham importantes para uma boa educação dar presentes aos filhos.

A Tabela 16 mostra os escores da avaliação parental sobre o relacionamento entre irmãos por participante da pesquisa.

Tabela 16 – Avaliação Parental sobre Relacionamento entre Irmãos

Categoria	Escore HSE-P por participante								
	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9
Avaliação Parental sobre Relacionamento entre irmãos	0	2	2	2	1	2	2	2	1
Escore Total	0	2	2	2	1	2	2	2	1

*escore 2 para Bom, 1 para nem bom, nem ruim e 0 para ruim.

A Tabela 16 evidencia que seis mães (M2, M3, M4, M6, M7 e M8) consideram o relacionamento entre irmãos bom; duas mães (M5 e M9) consideram o relacionamento nem bom, nem ruim e uma mãe (M1) considera ruim o relacionamento entre irmãos.

A Ilustração 17 revela o tempo semanal de permanência dos pais com os filhos.

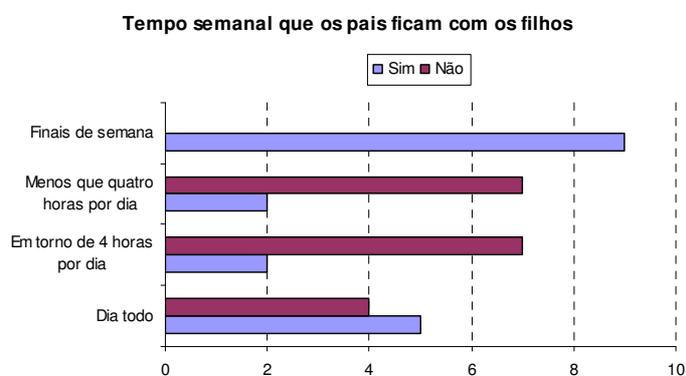


Ilustração 17 – Tempo Semanal que os pais permanecem com os filhos

A Ilustração 17 revela que nove mães ficam com os filhos aos finais de semana; cinco mães ficam com os filhos o dia todo.

3.3.2 Habilidades Sociais Conjugais

As HSC serão apresentadas em cinco categorias de análise (para oito respondentes), conforme descritas abaixo.

3.3.2.1 Percepção/definição do cônjuge

A categoria percepção/definição envolve a percepção positiva e negativa do cônjuge e são mostradas na Tabela 17.

Tabela 17 – Percepção do Cônjuge

Percepção/Definição do Cônjuge			
Percepção Positiva	N	A	F
Sensato	2	1	5
Confiável	0	0	8
Confidente	2	2	4
Companheiro	1	1	6
Carinhoso/Amável	2	1	5
Compreensivo	3	1	4
Crítico	4	4	0
Sincero	1	1	6
Inteligente	2	0	6
Simpático	2	1	5
Bom pai	0	1	7
Bom esposo	1	1	6
Mantém diálogo	2	0	6
Amigo	2	0	6
Calmo	2	1	5
Caseiro	0	2	6
Total	26	17	85
Percepção Negativa	N	A	F
Controlador	5	2	1
Egoísta	8	0	0
Insensível	6	2	0
Ingrato	5	2	1
Rebelde	5	3	0
Total	29	9	2

A Tabela 17 mostra que oito mães, frequentemente, consideram o cônjuge confiável; sete o consideram bom pai; seis mães consideram o cônjuge companheiro, sincero, inteligente, bom esposo/esposa, caseiro e que mantém boa conversa. Quanto às respostas

sobre a percepção negativa do cônjuge oito mães não consideram o cônjuge egoísta; seis não consideram o cônjuge insensível e cinco mães não consideram o cônjuge controlador.

3.3.2.2 Auto-discriminação e discriminação do cônjuge sobre expressão de carinho

Essa categoria engloba respostas sobre a expressão de carinho do e ao companheiro e as formas dessa expressão. Cinco mães, frequentemente, expressam carinho ao cônjuge e também acham que o seu companheiro também expressa carinho, enquanto duas mães nunca expressam carinho e, também, não acham que o companheiro expressa.

Quanto às formas de expressão de carinho ao e do companheiro, os resultados estão apresentados na Ilustração 18.

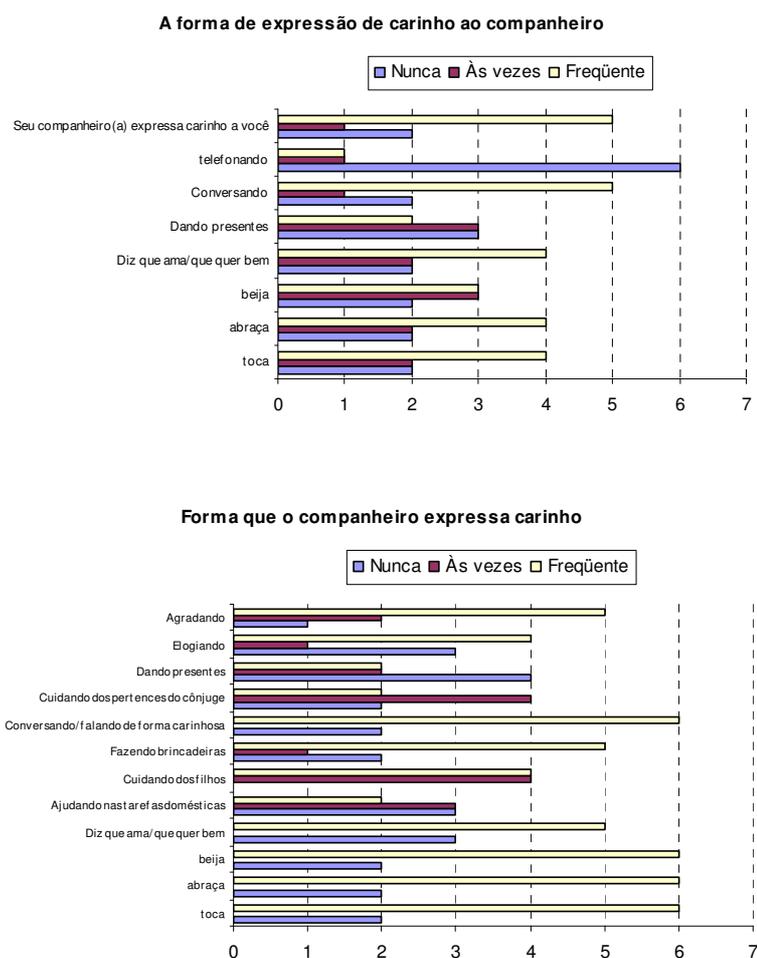


Ilustração 18 – Formas de Expressão de Carinho entre o Casal

A Ilustração 18 mostra que seis mães nunca mostram carinho telefonando; cinco mães, frequentemente, expressam carinho conversando; quatro mães expressam tocando, abraçando e dizendo que amam. Além disso, seis mães respondem que, frequentemente, o companheiro toca, abraça, beija e conversa; cinco mães respondem que o companheiro expressa carinho agradando e fazendo brincadeiras.

3.3.2.3 Avaliação da Comunicação Conjugal

Essa categoria envolve questões referentes à comunicação conjugal adequada e suas características. A comunicação conjugal adequada foi atribuída, frequentemente, por quatro mães, enquanto duas a consideram, às vezes, adequada e outras duas mães a consideram inadequada.

A Ilustração 19 revela os motivos que as mães atribuem à comunicação adequada entre o casal.

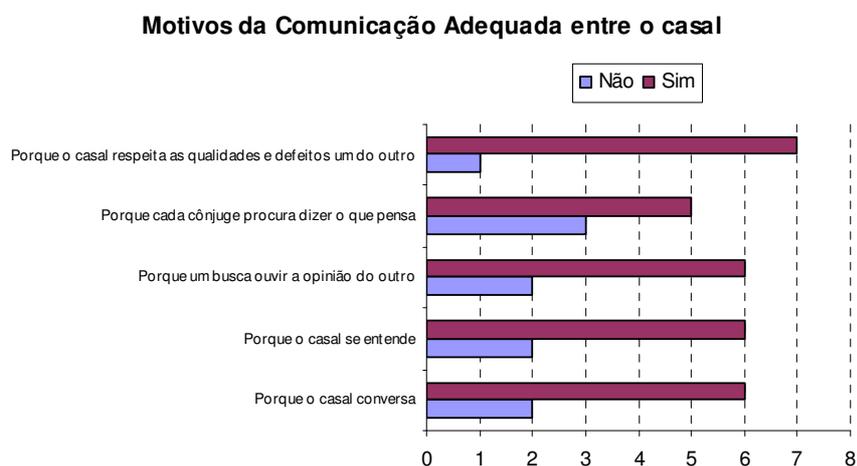


Ilustração 19 – Motivos da Comunicação Adequada

A Ilustração 19 revela que o motivo dessa comunicação conjugal adequada para sete mães é o casal respeitar as qualidades e defeitos um do outro, além de seis mães considerarem

a conversa, o entendimento e a escuta da opinião do outro como motivos para a comunicação conjugal adequada.

A Tabela 18 evidencia as características dessa comunicação conjugal, tanto positivas quanto negativas.

Tabela 18 – Características Positivas e Negativas da Comunicação

Características Positivas	N	A	F
Você o(a) escuta	0	2	6
Ele(a) o(a) escuta	2	1	5
Você pode falar	2	1	5
Você permite que ele(a) fale	0	2	6
Você consegue dizer ao seu cônjuge comportamentos que você gostaria que ele(a) mudasse	1	3	4
Discutem assuntos delicados	3	2	3
Você consegue pedir algo a ele(a)	2	0	6
Ele(a) considera o que você pensa/o que acha das coisas	1	0	7
Você se sente a vontade para falar de seus verdadeiros sentimentos	2	2	4
Vocês conversam para tomar decisões/resolver problemas	2	1	5
Você pede a opinião de seu/sua cônjuge	1	3	4
Vocês dividem tarefas em casa (tais como pagamento de contas, compras, atividades domésticas, etc)	3	0	5
Características Negativas	N	A	F
Você fala demais	5	0	3
Ele(a) fala demais	5	1	2
Você deixa de falar algo que gostaria	4	1	3
Você tem medo de pedir algo a ele(a)	8	0	0
Você considera que o que você acha é sempre certo	1	3	4
Você procura impor seu ponto de vista ao seu cônjuge	1	1	6
Ele(a) procura impor o que pensa a você	3	1	4

A Tabela 18 mostra que sete mães, frequentemente, acham que o cônjuge considera o que ela pensa/o que ela acha das coisas; seis mães, frequentemente, escutam o cônjuge, permitem que ele fale, conseguem pedir as coisas a ele. Quanto às características negativas, seis mães, frequentemente, tentam impor o seu ponto de vista ao cônjuge; quatro mães consideram-se sempre certas e dizem que os cônjuges também procuram impor o que pensam a elas.

3.3.2.4 Discriminação de Comportamentos Adequados e Inadequados do Cônjuge

Essa categoria pode ser ilustrada pelas respostas sobre a avaliação positiva e negativa do cônjuge, suas características e permanências. A avaliação positiva do cônjuge foi atribuída

pela maioria das mães (7) e todas as mães sinalizaram que o cônjuge faz coisas que elas não gostam (avaliação negativa). Duas mães comentaram que não gostam quando o cônjuge bebe.

A Ilustração 20 evidencia as características para essa avaliação positiva do cônjuge.

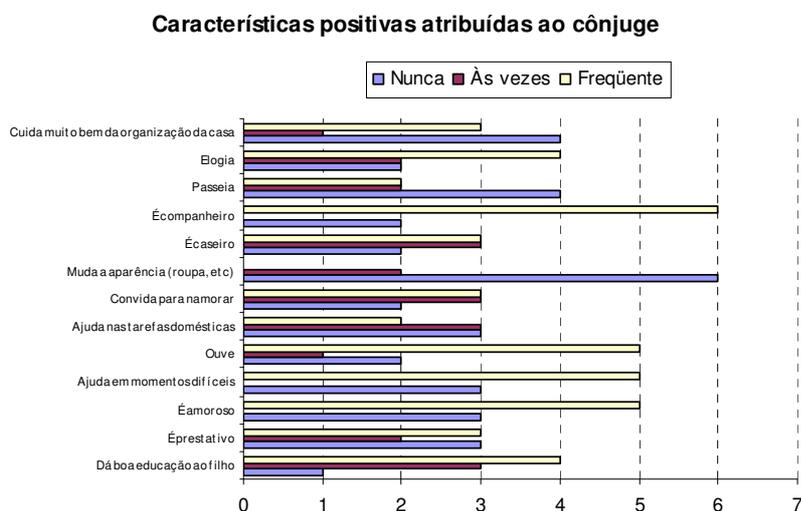


Ilustração 20 – Características Positivas do Cônjuge

Como pode-se observar na Ilustração 20, seis mães responderam que essa avaliação positiva se dá por, frequentemente, o cônjuge ser companheiro; cinco mães por, frequentemente, o cônjuge ser amoroso, ajudar em momentos difíceis, ouvir.

Essas características positivas atribuídas ao cônjuge foram consideradas tanto situacionais (cinco mães) quanto permanentes (cinco mães). Em relação às características negativas, quatro mães consideram que essas características são situacionais e outras quatro que são permanentes; uma das mães também acha que essas características podem mudar em parte.

Os motivos das características positivas e negativas serem situacionais ou permanentes são evidenciados pela Ilustração 21.

Motivos das características positivas serem situacionais ou permanentes



Motivos das características negativas serem situacionais ou permanentes

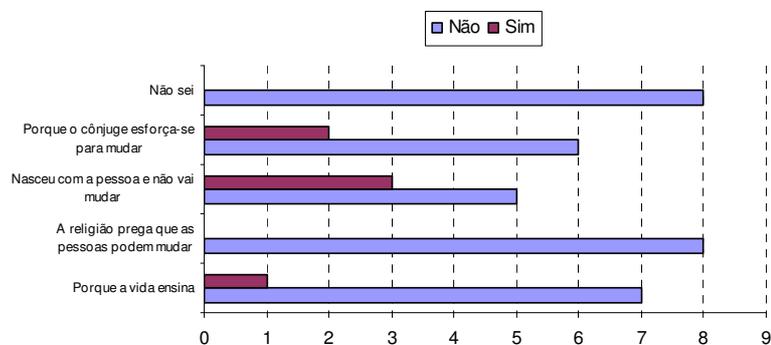


Ilustração 21 – Motivos das Características serem Situacionais ou Permanentes

A Ilustração 21 mostra os motivos das características positivas serem permanentes, sendo que sete mães consideram que sempre foi assim desde que conheceram o cônjuge; e os motivos de serem situacionais e seis mães responderam porque a vida ensina. Quanto aos motivos das características negativas serem permanentes, três mães consideram que isso nasceu com o cônjuge e não vai mudar e os motivos de serem situacionais não se deve à religião (8); nem porque a vida ensina (7).

3.3.2.5 Avaliação do Relacionamento Conjugal

A categoria avaliação do relacionamento conjugal revela que sete mães consideram seu relacionamento conjugal satisfatório, enquanto apenas uma diz ser insatisfatório.

A Ilustração 22 mostra os motivos da avaliação positiva do relacionamento conjugal.

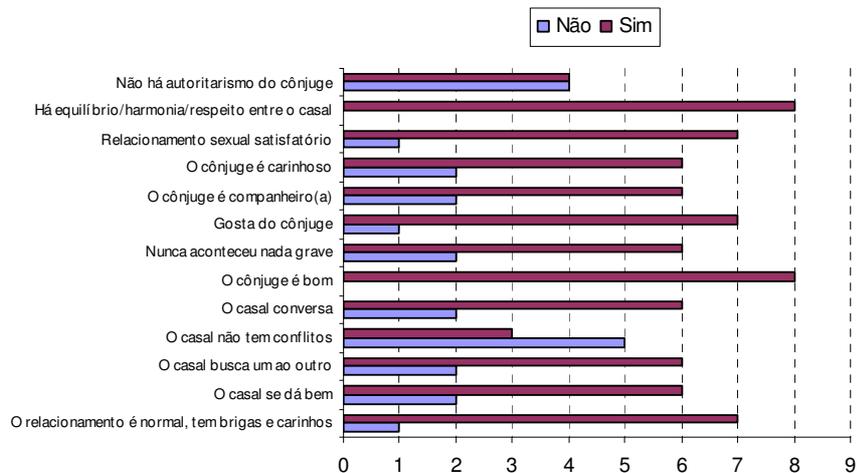


Ilustração 22 – Motivos da Avaliação Positiva do Relacionamento Conjugal

A Ilustração evidencia que oito mães consideram seu cônjuge bom e que há harmonia e equilíbrio entre o casal; sete mães consideram que o relacionamento é normal, gostam do cônjuge e o relacionamento sexual é satisfatório.

3.4 DISCUSSÃO

Nesta seção, serão discutidos os resultados referentes às Habilidades Sociais Educativas Parentais (HSE-P) e as variáveis de contexto, que também englobam as Habilidades Sociais Conjugais (HSC). Serão discutidos, sequencialmente, conforme apresentado nos resultados, em categorias de análise.

Quanto à categoria **expressão de sentimentos e enfrentamento**, os dados mostram que as mães, frequentemente, expressam seus sentimentos aos filhos, mas expressam mais sentimentos positivos do que os negativos. Isso evidencia certa falta de HSE-P na expressão de sentimentos, pois as mães deixam de apontar aos filhos os comportamentos que

consideram “indesejáveis” e não mostram alternativas para que o filho aprenda o que não é esperado e não se comporte de maneira adequada (Silva, 2000).

A maioria das mães expressa sentimentos positivos aos filhos pela expressão do rosto e, também, falando, agradando, abraçando e beijando, o que mostra que as mães oferecem modelos de repertório socialmente habilidosos nessa HSE-P. No entanto, a forma de expressão de sentimentos negativos se dá na maioria pela expressão do rosto, o que para Bolsoni-Silva (2003) parece inadequado, pois oferecem poucos modelos de repertório socialmente adequados e não deixam claro quais os comportamentos devem ser alterados. Além disso, mais da metade das mães sinalizaram expressar sentimentos negativos ficando bravas, ameaçando e batendo. Ou seja, há a presença do uso de coerção nas interações familiares e tal controle coercitivo, como ressalta Sidman (1995), pode influenciar as outras relações sociais, gerando comportamentos de contracontrole e, como ressaltam Patterson, Reid, Dishion (1992), promovendo comportamentos anti-sociais. A expressão de sentimentos negativos é a primeira habilidade de como os pais estabelecem limites aos filhos e já sinaliza certa dificuldade das mães, bem como o uso de estratégias coercitivas.

Para Gomide (2003), a punição inconsistente ou não contingente é considerada uma prática educativa negativa, pois faz com que a criança não aprenda valores morais, não entenda o que é certo e errado e, portanto, também se vincula à promoção de comportamentos negativos nos filhos.

No que diz respeito à forma de expressão de opiniões, as mães, frequentemente, a fazem em relação à concepção de certo e errado e sobre as amizades, o que sugere participação das mães na prática educativa dos filhos, estabelecendo limites, ensinando regras sociais sobre o certo e o errado, o que concorda com outros estudos (BOLSONI-SILVA; DEL PRETTE, 2002; BOLSONI-SILVA, 2003).

Em relação à demonstração de carinho, as mães mostraram falando que amam, tocando, elogiando e ajudando a criança a resolver seus problemas, o que parece ser socialmente habilidoso, visto que contribuem para maior auto-estima dos filhos, como diz Bolsoni-Silva (2003). Pais socialmente habilidosos na demonstração de carinho auxiliam a criança a se sentir amada e aceita, além de fornecerem modelos de interação social satisfatória e melhoria nos relacionamentos (BOLSONI-SILVA; MARTURANO, 2008). Vínculos afetivos fortes são necessários para a prevenção de déficits de comportamentos e problemas de agressividade (GOMIDE, 2003).

Entretanto, os filhos demonstram carinho mais pela expressão do rosto, o que sinaliza pouca diversidade no repertório para demonstrar afeto aos pais. Apesar disso, os filhos mostram reservas comportamentais para a demonstração de carinho, visto que os pais modelam e mostram reforçar comportamentos que expressam carinho. É possível inferir que, se os pais demonstrarem carinho, oferecerem essa atenção para outros comportamentos, há a probabilidade de aumentar o repertório de expressão de carinho dos filhos e esses serem menos resistentes a cooperar com seus pais, evitando que desenvolvam problemas de comportamento nessa parte.

As HSE-P de **comunicação** apontam para o diálogo entre mães e filhos. As mães geralmente fazem perguntas aos filhos e conversam sobre assuntos de escola, de concepção entre certo e errado e frente a perguntas, o que sugere conversarem de assuntos de estabelecer limites, bem como mostrarem responsividade. A habilidade de comunicação é pré-requisito para o desenvolvimento de todas as outras habilidades sociais educativas, como citado em outros estudos (SILVA, 2000; BOLSONI-SILVA; DEL PRETTE, 2002; BOLSONI-SILVA, 2003).

Os assuntos mais solicitados pelas mães dizem respeito à escola e aos relacionamentos interpessoais, um pouco diferente do encontrado por Bolsoni-Silva (2003), no qual as mães

perguntavam mais sobre a concepção de certo e errado e também, sobre a escola. Talvez essa diferença dos resultados tenha relação com a faixa etária das crianças desse estudo (entre dez e treze anos). As mães podem supor que a criança já entenda o que é certo e errado e se preocupam mais com a escola e as amizades. Apesar de evidenciar certa HSE-P, pode-se inferir que as mães têm maior preocupação que os filhos nessa idade se envolvam com más companhias e deixem os estudos de lado e assim, cobram excessivamente bons comportamentos dos filhos, o que pode caracterizar prática de monitoria negativa (GOMIDE, 2003).

Os dados também sugerem que as mães mostram dificuldades para dialogar quando o assunto é sobre sexo. Comportamentos distintos foram verificados por Bolsoni-Silva (2003), que encontrou que mães casadas, diante de crianças entre cinco e sete anos de idade, em geral, conversavam sobre sexualidade. Talvez a diferença entre os resultados seja, novamente, a faixa etária das crianças. Crianças menores podem requisitar mais sobre esses assuntos do que crianças no início da adolescência, visto que as menores estão iniciando seu interesse pelo assunto. Uma hipótese é que, provavelmente, crianças menores ao requisitarem o assunto sexualidade, foram punidas pelos pais e tal comportamento entrou em extinção na fase da adolescência, o que pode ser refletido nesse estudo. Outra inferência pode estar relacionada às mães pressuporem que a sexualidade seja abordada na escola, não se responsabilizando em falar sobre isso com os filhos.

A categoria **interação positiva** foi avaliada pelas habilidades dos pais em brincar com os filhos e, no estudo, foi possível perceber pouca interação entre eles nessa HSE-P. É possível hipotetizar que isso ocorra devido às mães trabalharem e terem pouco tempo para brincar com os filhos, além dos mesmos já solicitarem menor atenção nesse quesito, pela fase que se encontram. Quando as mães brincam com os filhos, geralmente, é com jogos esportivos e de apertar, beliscar e fazer cócegas, o que diferencia-se do estudo de Bolsoni-

Silva (2003), no qual as mães brincam mais com jogos de encaixar, pipa, esconde-esconde. Provavelmente, isso, também, reflita a questão da diferença de idade das crianças das pesquisas. Os pais não devem interagir com os filhos apenas nos momentos de corrigi-los, devem aproveitar outros momentos de interação social (SIDMAN, 1995; SILVA, 2000), como os de lazer.

Dentro da categoria **habilidade na prática educativa**, no que diz respeito à concordância conjugal, a maioria das mães concorda apenas às vezes com seu cônjuge, o que mostra certa falta de consistência nessa habilidade, sobretudo porque os motivos que sinalizam é pensarem muito diferente do cônjuge e provavelmente assim, expressarem opiniões divergentes aos filhos. A concordância conjugal faz com que fiquem claros para a criança quais são os comportamentos permitidos por ambos os pais (BOLSONI-SILVA; MARTURANO, 2008) e a discordância pode permitir que a criança tenha “brechas” para emitir comportamentos indesejados. Além disso, a discordância sinaliza conflito conjugal, variável de contexto considerada como medida de estresse que pode favorecer o surgimento e/ou a manutenção de problemas de comportamentos nos filhos (PATTERSON; REID; DISHION, 1992).

No entanto, apesar das mães evidenciarem falta de consistência nessa habilidade educativa, mostram ter reservas comportamentais para desenvolver tais habilidades, visto que, na maioria das vezes, o casal entra em acordo e tenta resolver os problemas na ausência do filho. Seria necessária uma intervenção no sentido de aumentar a frequência de conversarem na ausência do filho, bem como fazer com que eles entendam porque discordam um do outro, podendo desenvolver habilidades que previnam tais desentendimentos, como expressar sentimentos positivos, elogiar comportamentos e expressar opiniões (BOLSONI-SILVA; MARTURANO, 2007).

Quanto à participação dos progenitores na educação dos filhos, as mães apontaram participar mais do que os pais, o que se confirma também em outros estudos (SILVA, 2000; BOLSONI-SILVA, 2003). Talvez aqui se constate uma tendência cultural de que as mães sempre são e devem ser mais envolvidas com as tarefas de educar os filhos (BOLSONI-SILVA; MARTURANO, 2007).

Na habilidade de estabelecer limites, as mães entendem a sua importância e necessidade, mas apesar disso e da forma mais citada ser por meio de conversa, evidenciam não saber como colocar limites aos filhos e fazer uso de práticas coercitivas, sugerindo déficits quanto a essa HSE-P. Além disso, nota-se que, às vezes, sentem-se mais mal do que bem no estabelecer limites, sugerindo ainda certo uso de estratégias coercitivas que normalmente vêm acompanhadas por sentimentos de culpa (SIDMAN, 1995). Ao mesmo tempo, observa-se que as reações das crianças, ora foram expressas adequadamente com obediência e pedido de desculpas, ora com descontentamento (choro). Pressupõe-se que, quando as crianças reagiam com descontentamento (comportamento contracontrole), provavelmente, as mães faziam uso de coerção, diferentemente de quando reagiam com obediência, quando a mãe deveria conversar. O uso de disciplina coercitiva e a crença em valores autoritários seriam fatores de risco ao desencadeamento do abuso físico assim como, da agressão, delinquência e comportamento anti-social nas crianças (CECCONELLO; DE ANTONI; KOLLER, 2003).

Para estabelecer limites, os pais precisam ter clareza sobre a definição de limites e isso nem sempre acontece. Muitas vezes, os pais, segundo Bolsoni-Silva (2003), consideram que devam limitar comportamentos por vezes socialmente habilidosos como, por exemplo, a expressão de opiniões contrárias às deles. De acordo com a autora, a liberdade é essencial ao desenvolvimento das crianças, mas por outro lado é preciso restringir alguns comportamentos como os que colocam em risco a segurança da criança e de outras pessoas, os que causam

danos materiais a terceiros e a objetos próprios. Assim, intervenções com os pais devem esclarecer o que se deve limitar e mostrar as estratégias de negociação possíveis.

Quanto à habilidade de cumprir promessas, os dados sugerem que a maioria dos pais consegue cumprí-las e quando não, utiliza estratégias de negociação, o que evidencia habilidade nessa prática educativa.

A análise da categoria **descrição positiva do filho** sugere que as mães discriminam e descrevem os comportamentos “desejados” dos filhos, no entanto reforçam positivamente tais repertórios pela expressão do rosto e falando algo para o filho. Percebe-se então, que mesmo sentindo-se orgulhosas e contentes, possuem mais facilidades para observar e descrever tais comportamentos do que para recompensar os mesmos. Seria necessário ampliar o repertório de consequenciar e recompensar os comportamentos desejados dos filhos, a fim de prevenir o surgimento de problemas de comportamento. O uso de elogios e privilégios é um dos requisitos para o desenvolvimento da monitoria positiva, considerada por Gomide (2003) prática educativa positiva. Além do mais, as mães apresentam reservas comportamentais para isso, pois demonstram afeto de formas adequadas.

No que se refere à análise da categoria **reflexão sobre a prática educativa**, a maioria das mães evidenciam às vezes sentirem-se erradas em relação aos filhos, o que sinaliza que as mães possam talvez considerar errado punir comportamentos dos filhos e assim, fazer uso de menos estratégias punitivas e/ou ainda, talvez não consigam identificar tais estratégias como punitivas mesmo as realizando. Outro dado importante é que, quando as mães fazem uso de estratégias coercitivas, não conseguem pedir desculpas aos filhos, o que pode ser considerado socialmente inadequado, visto que diminui a probabilidade dos filhos entenderem as razões parentais de estarem sendo punidos e não conseguem identificar quais os comportamentos são indesejados pelos pais. A HSE-P de desculpar-se pode auxiliar os filhos a aprenderem a se

comportar da mesma maneira, ou seja, se fizerem algo errado o correto seria pedir desculpas (BOLSONI-SILVA; MARTURANO, 2002).

Em síntese, pode-se afirmar que a maioria das participantes apresenta déficits nas HSE-P de expressão de sentimentos negativos, diálogo sobre sexualidade, interação positiva, concordância conjugal, estabelecimento de limites, reforçamento de comportamentos desejados, pedido de desculpas aos filhos. Diante disso, as mães evidenciam o uso de estratégias coercitivas na educação, sinalizando mais práticas educativas parentais negativas do que positivas. Apesar de estudos (BOLSONI-SILVA; DEL PRETTE, 2002; BOLSONI-SILVA; DEL PRETTE; OISHI, 2003; BOLSONI-SILVA, 2003) afirmarem que crianças socialmente habilidosas também são punidas pelos pais, esses efeitos são minimizados quando há a co-ocorrência de outras HSE-P, como a expressão de sentimentos e opiniões, a comunicação e a consistência nas práticas educativas.

Entretanto, pode-se perceber que as mães, também, apresentaram reservas comportamentais para o desenvolvimento de HSE-P, como expressão de sentimentos negativos, diálogo sobre sexualidade, concordância conjugal e recompensa dos comportamentos desejados dos filhos, enquanto que os filhos apresentaram reservas comportamentais nas HSE-P de demonstrar afeto aos pais e de entender os limites colocados para a sua educação.

Sugere-se então, investimentos em direção à prevenção com intervenções com os pais (FERREIRA; MARTURANO, 2002; BOLSONI-SILVA; MARTURANO, 2002; BOLSONI-SILVA, 2003; CECCONELLO; DE ANTONI; KOLLER, 2003; CARVALHO; GOMIDE, 2005; SALVADOR; WEBER, 2005). Nessas intervenções, acredita-se que priorizar o treinamento das HSE-P de expressão de sentimentos, comunicação e estabelecimento de limites, bem como a ampliação do repertório de afetividade, deva corroborar para o aumento

das outras HSE-P, propiciar boa interação social e prevenir problemas de comportamento, como ressaltado por Bolsoni-Silva e Marturano (2006).

As **variáveis de contexto** investigadas referem-se às regras parentais quanto à boa educação, relacionamento da criança com os irmãos e tempo que os pais ficam com os filhos, além das habilidades sociais conjugais (HSC).

Como visto na seção resultados, as mães apontaram mais comportamentos dos filhos do que delas acerca do que era importante para a boa educação. As participantes relataram que os filhos deviam ter estudo, ser comportados, realizar os próprios cuidados, ser responsáveis, ter boa índole e ser obedientes, o que concorda com os achados de Silva (2000). Conclui-se que as mães focam a educação mais nos próprios filhos, sendo que deveriam se preocupar mais com as suas atitudes para educá-los. Além do mais, as regras parentais se voltam para o “bom comportamento” e nem sempre o que é bom para os pais, necessariamente, será para os filhos (BOLSONI-SILVA, 2003). Isso deve gerar dificuldade dos filhos se expressarem, pois se tiverem opiniões contrárias aos pais, provavelmente, devem ser punidos. A recompensa só vem quando o filho tem “bom comportamento”.

A maioria das mães evidenciou bom relacionamento da criança com os irmãos, o que mostra capacidade de estabelecer relacionamentos satisfatórios.

O tempo que as mães ficam com os filhos, a maioria aos finais de semana e o dia todo, reitera o que foi percebido em outro estudo (BOLSONI-SILVA, 2003) e não sinaliza variável de contexto que interfira na interação com os filhos.

Quanto às HSC, de uma forma geral, a **avaliação do relacionamento conjugal** foi tida como satisfatória, com harmonia e equilíbrio entre o casal e relacionamento sexual satisfatório. As mães **percebem seu cônjuge** mais positivamente do que negativamente, considerando-o confiável, bom pai, bom esposo. No que diz respeito à **expressão de carinho**, as mães apontam expressar e receber do cônjuge também esse carinho. A maioria sinaliza que

o cônjuge expressa mais que elas, tocando, abraçando, beijando e agradando. Casais mais afetivos podem ser também mais afetivos com os filhos, servindo de modelo e prevenindo o surgimento de problemas de comportamento.

Referindo-se à **comunicação conjugal**, as mães se dividiram e a metade sinaliza a comunicação adequada, enquanto a outra metade considera, às vezes e/ou nunca, essa comunicação adequada, o que evidencia certa dificuldade do casal em se comunicar. De acordo com Silva (2000), o fato do casal conversar para decidir como se comportar em relação aos filhos e agir, contingentemente, previne o surgimento de problemas de comportamento, como já visto em pais de crianças socialmente competentes.

Quando os cônjuges se casam, como trazem regras de suas famílias de origem, podem falhar em formar suas próprias regras e favorecer, assim, a assumirem estratégias de educação dos filhos incompatíveis um com o outro. Conseqüentemente, podem ocorrer conflitos entre o casal e prejuízos na educação dos filhos, com falta de consistência nas práticas educativas entre pai e mãe (BOLSONI-SILVA; MARTURANO, 2002).

As mães atribuem mais características positivas nessa comunicação conjugal do que as negativas como, por exemplo, considerar o que o cônjuge pensa, escutá-lo e permitir que ele fale. Entretanto, as características negativas como impor seu ponto de vista ao cônjuge e vice-versa, além de se considerarem sempre certas, podem engessar a comunicação e propiciar as dificuldades citadas anteriormente. É possível inferir que essas dificuldades na comunicação mostram disfunção conjugal, podendo promover dificuldades para a criança, visto que pais e mães tendem a reproduzir modelos já existentes nas relações conjugais com seus filhos e vice-versa (BOLSONI-SILVA, 2003). Além disso, interferem na HSE-P de concordância conjugal.

Em relação à **discriminação dos comportamentos positivos e negativos** do cônjuge, as participantes mostraram discriminar mais os comportamentos negativos, apesar de citarem que o cônjuge é companheiro, amoroso e ajuda em momentos difíceis. Essa discriminação foi

considerada tanto situacional, porque a vida pode ensinar, quanto permanente, porque o cônjuge foi sempre assim e não vai mudar porque nasceu assim. Isso mostra dificuldades das mães em acreditar que os comportamentos negativos podem ser modificados, prejudicando ainda mais a interação e a comunicação entre eles.

Em resumo, as variáveis de contexto que interferem nas HSE-P dizem respeito às regras parentais, à comunicação conjugal e à discriminação de comportamentos negativos do cônjuge. Portanto, sugere-se, além da intervenção de treinamento de algumas HSE-P citadas anteriormente, a garantia de intervenções para a diminuição de conflitos conjugais, promovendo esclarecimentos e propiciando maior desenvolvimento das HSC.

4 VULNERABILIDADE SOCIAL, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS

Nesta seção será discutida a interrelação entre a vulnerabilidade social e a violência doméstica (Estudo A) e as práticas educativas parentais (Estudo B). Por acreditar que contextos com alta vulnerabilidade social e alta incidência de violência doméstica influenciam as práticas educativas parentais, os dois estudos fizeram-se necessários. Não se pode afirmar que os resultados do Estudo B são consequências diretas das influências do Estudo A, devido ao pequeno número de participantes, o qual não possibilitou a representatividade necessária para a generalização dos resultados ao contexto. No entanto, há a possibilidade de se discutir algumas relações entre os estudos.

Poucos estudos nacionais relacionam a questão da vulnerabilidade social com o fenômeno da violência doméstica e, menos ainda, relacionam a violência doméstica com as práticas educativas parentais. Isso reflete a maior dificuldade encontrada no estudo, isto é, a dificuldade de encontrar parâmetros para a realização de comparações científicas entre os dados. Sinaliza-se então, a necessidade de investimento em pesquisas que realizem tais comparações para a ampliação do próprio estudo em questão e para propostas de intervenções eficazes na diminuição de problemas como vulnerabilidade, violência doméstica e práticas educativas parentais negativas.

A incidência de violência doméstica, no município de Taubaté, seis casos por mil habitantes, foi vista já como um problema para o desenvolvimento regional. Isso se agrava ainda mais quando se verifica a região E, com incidência de, aproximadamente, um caso em cem habitantes, sendo também a região mais vulnerável às condições de vida da população (PRADO; VIEIRA, 2007). Acredita-se que tais condições influenciam direta e/ou indiretamente as famílias, visto que a família reflete os modelos existentes no macrosistema

que influenciam e são influenciados pela dinâmica entre indivíduos, família e sociedade (BRONFENBRENNER, 1979). Diferentemente dessa visão, mas complementando, os pais são os primeiros modelos de relação que interferem no desenvolvimento de comportamentos em seus filhos e esses comportamentos são aprendidos e se alteram, também, conforme as exigências ambientais (PATTERSON; REID; DISHION, 1992).

Vulnerabilidade social e violência doméstica podem ser variáveis de contexto que influenciam a maneira como os pais se relacionam com os filhos, colaborando ou não para o desenvolvimento de problemas de comportamento. De acordo com Patterson, Reid e Dishion (1992), variáveis como os problemas financeiros, as desvantagens sociais e a vizinhança, podem influenciar as práticas educativas parentais e o surgimento de comportamentos anti-sociais (ou problemas de comportamento). Segundo Webster-Stratton (1997), os comportamentos anti-sociais podem se iniciar na infância, em função das próprias práticas educativas parentais, e passar de casa para a escola e da escola para a comunidade, prejudicando assim o desenvolvimento regional sustentável do município.

Problemas como as desigualdades sociais e a exclusão social possuem grande peso, como ressaltam Minayo e Souza (1999), sobre a dinâmica da violência, contribuindo para a violência interpessoal e familiar, ou seja, para o uso de práticas educativas parentais coercitivas. Entretanto, a vulnerabilidade por si só não explica o fenômeno da violência doméstica, mas a baixa vulnerabilidade diminui a sua ocorrência, o que sugere a existência de outros fatores de proteção a crianças e ao adolescente no âmbito doméstico. Pode-se inferir que um dos fatores de proteção seriam as práticas educativas dos pais. Se além de estratégias coercitivas, houvesse o desenvolvimento de HSE-P que co-ocorressem, os efeitos da punição poderiam ser minimizados (BOLSONI-SILVA, 2003) e as famílias não reproduziriam o ciclo vicioso da violência (MINAYO; SOUZA, 1999).

Como visto nos resultados do Estudo A, o percentual de violência psicológica foi o mais alto, seguido do percentual de violência física. Acredita-se que a forma mais grave de violência doméstica no município venha associada, sendo tanto de violência psicológica, engloba-se aqui a negligência, quanto física. Gomide (2003) afirma que essas práticas (negligência, abuso físico e psicológico) são consideradas práticas educativas parentais negativas e provocam o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais.

A violência psicológica ocorre quando o adulto deprecia a criança e/ou mantém atitudes de ameaça que geram sofrimento mental (AZEVEDO; GUERRA, 1989) e pode desencadear dificuldades de autonomia e relacionamentos sociais, baixa auto-estima e idealizações suicidas (GOMIDE, 2003). A violência física define-se como o emprego de força física pelos pais no processo de disciplinar os filhos (AZEVEDO; GUERRA, 1989) e, de acordo com Gomide (2003), pode gerar o desenvolvimento da agressão, delinquência e comportamento anti-social nas crianças. A negligência pode ser entendida como prática negativa, pois a ausência de preocupação, de comunicação, de carinho e afeto pode desencadear sentimentos de insegurança, vulnerabilidade e agressividade em relações sociais futuras (GOMIDE, 2003).

Para Bolsoni-Silva (2003), filhos que são expostos à violência por muito tempo, geralmente, se comportam agressivamente; filhos que são negligenciados tornam-se pouco toleráveis à frustração, com poucas motivações para cumprir normas sociais e imunes ao remorso. Além disso, percebe que os filhos com comportamentos socialmente habilidosos tinham famílias mais estruturadas, com maior entendimento entre o casal e maior participação do pai na educação do filho.

Outro dado importante refere-se ao fato que, no município de Taubaté, as mulheres são as maiores vítimas de violência doméstica e os homens seus maiores agressores, o que sinaliza conflito nos relacionamentos conjugais, que podem interferir nas HSE-P. Essa

violência gera e acompanha, como diz os autores Reichenheim, Dias e Moraes (2006) e Corrêa e Williams (2000), a violência direta ou indiretamente contra as crianças. Em um estudo sobre crianças expostas à violência conjugal, identificou a ocorrência de depressão, agressividade, isolamento e baixa auto-estima (CÔRREA; WILLIAMS, 2000). O Estudo A mostra as dificuldades da concordância conjugal na educação dos filhos e da comunicação conjugal, que sinalizam área de conflito conjugal e podem interferir nas HSE-P e promover problemas de comportamento, bem como gerar práticas violentas.

Complementando as relações de parentesco, é possível perceber que dessa violência notificada, as mães têm mais conflitos com seus filhos do que os pais. Isso pode ser evidente, também, devido a uma maior participação das mães na educação dos filhos (como afirmado pelas mães do estudo) e ao tempo que passam com o mesmo (maior parte dia todo e finais de semana).

Um estudo realizado por Marques (2008), no município de Taubaté, sobre as HSE-P e os problemas de comportamento dos filhos, permite fazer certas comparações importantes. Apesar de utilizar o mesmo instrumento para a coleta de dados (QHSE-P), realiza comparações em amostras diferentes, clínicas e não clínicas, além de aplicar o instrumento na forma coletiva na população não-clínica, o que não estreita as possibilidades de comparações. Outra diferença do estudo está na população estudada, que se encontra na faixa etária entre 7 e 11 anos, e nas regiões onde foram acessadas, consideradas regiões menos vulneráveis (B e C) pelo estudo de Prado e Vieira (2007). Entretanto, mesmo assim pode-se realizar algumas inferências quanto aos resultados.

Percebe-se que os resultados da população clínica, a qual possui renda familiar e grau de instrução semelhantes ao da pesquisa em questão, assemelham-se mais ao estudo e podem refletir as influências do contexto de vulnerabilidade social. Ainda assim, apresentam diferenças significativas no que diz respeito, principalmente, às HSE-P: a) expressão de

sentimentos negativos (expressam com mais frequência e adequação); b) estabelecimento de limites (apresentam maior habilidade de negociação, apesar de também evidenciarem o uso de estratégias coercitivas); c) descrição positiva do filho (recompensam os comportamentos desejados dos filhos com frequência). Diante disso, pode-se afirmar que as mães mostram mais HSE-P, sinalizando mais práticas educativas parentais positivas do que negativas.

Uma hipótese que se pode levantar dessas diferenças nos resultados entre as pesquisas vincula-se à justificativa de que as condições de alta vulnerabilidade social e alta incidência de violência doméstica da população interferem nas HSE-P, promovendo déficits em algumas e, conseqüentemente, propiciando o desenvolvimento das práticas educativas negativas.

Enfim, seria necessário intervir, primeiramente, na diminuição das condições de vulnerabilidade social da população e isso deveria ser realizado pelo poder público com o direcionamento de políticas públicas a essa população. Em seguida, deve-se intervir na prevenção e atenção às mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, criando uma rede de atenção integrada, com novas tecnologias e novamente a presença do poder público. Essa política de atenção integrada deveria criar ações preventivas direcionadas às populações mais vulneráveis às condições de vida. Sendo assim, diminuindo a ocorrência das variáveis: vulnerabilidade social e violência doméstica e promovendo intervenções com os pais, afim de propiciar o desenvolvimento das HSE-P, como as de comunicação, expressividade e estabelecimento de limites, seria possível garantir o desenvolvimento adequado das crianças e adolescentes. As HSE-P podem ser fatores de proteção para o desenvolvimento infantil e também para a quebra do ciclo vicioso de violência doméstica. Com isso, acredita-se que também seria garantido o desenvolvimento social das comunidades, refletindo no desenvolvimento regional sustentável do município de Taubaté.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa propôs-se identificar as práticas educativas parentais mais frequentes em populações com alta vulnerabilidade social e alta incidência de violência doméstica, no município de Taubaté.

De uma forma geral, foi possível perceber que a ocorrência das variáveis de contexto: vulnerabilidade social e violência doméstica, podem contribuir para os déficits apresentados nas HSE-P de expressão de sentimentos negativos, diálogo sobre sexualidade, interação positiva, concordância conjugal, estabelecimento de limites, reforçamento de comportamentos desejados, pedido de desculpas aos filhos. Diante disso, as práticas educativas parentais negativas foram mais frequentes que as positivas, evidenciando a presença de estratégias coercitivas na educação e a falta de HSE-P que co-ocorressem para a prevenção de futuros problemas de comportamento dos filhos.

Entretanto, é preciso salientar que as mães também apresentaram reservas comportamentais para o desenvolvimento de HSE-P, como expressão de sentimentos negativos, diálogo sobre sexualidade, concordância conjugal e recompensa dos comportamentos desejados dos filhos, enquanto que os filhos apresentaram reservas comportamentais nas HSE-P de demonstrar afeto aos pais e de entender os limites colocados para a sua educação. Esses repertórios precisariam ser ampliados para a diminuição das estratégias coercitivas utilizadas pelos pais na educação e para a prevenção de problemas futuros de comportamento dos filhos.

Além disso, foi possível também verificar que contextos de vulnerabilidade e violência doméstica podem interferir nas HSC, identificadas pelas dificuldades de comunicação

conjugal e de discriminação de comportamentos negativos do cônjuge, que indiretamente também influenciam as HSE-P apresentadas.

Os resultados sugerem a necessidade de intervenções que diminuam a vulnerabilidade social da população. Acredita-se que, assim, haverá a diminuição das ocorrências de violência doméstica no município de Taubaté. No entanto, se somassem as intervenções capazes de diminuir a vulnerabilidade social da população às intervenções com os pais, a fim de propiciar o desenvolvimento das HSE-P, primeiramente de comunicação, expressividade e estabelecimento de limites, e das HSC, principalmente de concordância e comunicação conjugal, garantir-se-ia fatores de proteção ao desenvolvimento infantil e a possível quebra do ciclo vicioso de violência doméstica.

Seria preciso incentivo e investimentos do poder público, com priorização das ações preventivas sociais e de saúde, que teriam como foco a família das regiões mais vulneráveis às condições de vida da população. Acredita-se, com isso, favorecer o desenvolvimento social da população do município de Taubaté e, conseqüentemente, auxiliar o desenvolvimento regional sustentável do município.

A seguir, serão descritos alguns limites da pesquisa.

Os dados de violência doméstica foram obtidos a partir das ocorrências da Delegacia de Defesa da Mulher e, portanto, a partir dos casos notificados, o que não significa dizer que a incidência encontrada represente a realidade de fato. Uma forma de diminuir tal problema seria a ampliação dos serviços de atenção contra a violência doméstica e as discussões sobre o tema na comunidade e na mídia, que ocasionaria maior número de notificações. Além disso, pesquisas que verificassem as ocorrências em todas as bases de dados possíveis em Taubaté, como por exemplo, as Delegacias, os Postos de Saúde, os Conselhos Tutelares, possibilitariam a verificação melhor das ocorrências, considerando as falhas decorrentes da forma precária das informações.

Outro limite do Estudo A diz respeito às dificuldades de comparação com outros estudos científicos que mostram a incidência de violência doméstica, considerando as diferenças das metodologias utilizadas. Pesquisas que utilizam metodologia semelhante poderiam evitar tais dificuldades.

Os dados das HSE-P, apresentados no Estudo B, foram obtidos a partir do relato verbal das mães e assim, não se pode prever que essas HSE-P descritas são as mesmas que ocorrem na prática educativa. Pesquisas que fizessem uso de metodologia observacional poderiam suprir tal dificuldade.

Outro limite importante do estudo refere-se ao pequeno número de participantes que colaboraram em responder a pesquisa, o que não ocasionou representatividade necessária para a relação entre as práticas educativas parentais mais frequentes e os contextos de vulnerabilidade social e violência doméstica. Pesquisas que ampliem a amostra devem permitir tal relação.

Apesar das limitações apresentadas, a presente pesquisa propiciou contribuições importantes e certa originalidade, além de avançar em relação às outras pesquisas da área de práticas educativas parentais, mais especificamente, da área das HSE-P. Isso porque foi o primeiro estudo que visou relacionar as influências dos problemas de vulnerabilidade social e violência doméstica da população às práticas educativas parentais.

Além disso, percebe-se que os próprios instrumentos utilizados (QHSE-P e QHSC) já são passíveis de mobilização à população, mostrando serem eficazes até para possibilidades de mudanças de certas HSE-P. Isso sugere que os pais precisam de espaço para relatar suas dificuldades na educação dos filhos, bem como precisam de orientações em relação a isso.

Considerando o exposto acima, a pesquisa aponta para a possibilidade de investigações futuras e sugere: a) ampliação da amostra para a verificação das relações entre

vulnerabilidade social, violência doméstica e práticas educativas parentais; b) comparações das HSE-P em regiões com alta e baixa vulnerabilidade social e alta e baixa incidência de violência doméstica; c) avaliação das HSE-P mais frequentes nessas regiões em diferentes faixas etárias; d) comparações entre HSE-P das regiões mais e menos vulneráveis e com alta e baixa incidência de violência doméstica em diversas faixas etárias; e) comparações das HSE-P entre pais e mães dessas regiões; f) comparações entre as HSE-P e os problemas de comportamento dos filhos nessas regiões, com instrumentos que avaliam mais especificamente os problemas de comportamento dos filhos e, também, entrevistas com os professores para apurar ainda mais os problemas de comportamento; g) comparações entre HSE-P e problemas de comportamento dos filhos nessas regiões, em grupos de crianças com e sem problemas de comportamento; h) avaliação das intervenções com os pais nessa região para o treinamento das HSE-P.

Além dos limites, contribuições e sugestões realizadas acima, obteve-se a partir dessa pesquisa crescimento pessoal e profissional. Conhecer a realidade da violência doméstica no município de Taubaté foi a princípio difícil, porém possibilita atuar com dados reais da necessidade da população e intervir profissionalmente na direção ao combate desse problema. A aproximação com o estudo das práticas educativas e das Habilidades Sociais Educativas Parentais permitiu um crescimento profissional. O estudo do instrumento e dos seus fundamentos teóricos representou inicialmente um desafio e uma construção, que no seu decorrer propiciou uma complementação profissional. O conhecimento das HSE-P ampliou a possibilidade de intervenção com os pais, bem como será uma ferramenta a mais para o trabalho clínico.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2007.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). **Abuso Sexual**: Mitos e Realidades. Petrópolis: Autores, Agentes e Associados, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). **Maus Tratos contra crianças e adolescentes**: Proteção e Prevenção: Guia de Orientação para profissionais. Petrópolis: Autores, Agentes e Associados, 2002.
- ADORNO, S. A experiência precoce da punição. In: MARTINS, J.C. (coord.) **O massacre dos inocentes**: a criança sem infância no Brasil. 2a ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias** (Porto Alegre), ano 4, n. 8, p. 84-135, jul/dez 2002.
- ALVARENGA, P. Práticas educativas parentais como forma de prevenção de problemas de comportamento. In: GUILHARDI, H. J. (Org.) **Sobre Comportamento e Cognição**. Santo André: ESETec Editores Associados, 2001. v. 8, p. 54-60.
- AKERMAN, M.; BOUSQUAT, A. Mapa de risco de violência. **São Paulo em Perspectiva**, v.13, n.4, p. 112-120, 1999.
- ASSIS, S. G. Crianças e adolescentes violentados: passado, presente e perspectivas para o futuro. **Cadernos de Saúde Pública** (Rio de Janeiro), v. 10, sup., p. 126-134, 1994.
- AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989. 211 p.
- AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. **Infância e violência fatal em família**: primeiras aproximações ao nível de Brasil. São Paulo: Iglu, 1998.
- AZEVEDO, M. A. Contribuições Brasileiras à Prevenção da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes. In: WESTPHAL, M. F. (org) **Violência e Criança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 125-135.
- AZEVEDO, M. A. **Pesquisa qualitativa e violência doméstica contra crianças e adolescentes (VDCA)**: Por que, como e para que investigar testemunhos de sobreviventes. Abr. 2004. Disponível em: < <http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/VDCA.doc> > . Acesso em: 10 nov. 2007.

AZEVEDO, M. A. **Pesquisando a violência doméstica contra a criança e o adolescente: a ponta do iceberg**. 2007. Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/iceberg.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2007.

BOLSONI-SILVA, A. T. Habilidades Sociais Educativas, variáveis de contextuais e problemas de comportamento: comparando pais e mães de pré-escolares. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP – Depto Psicologia e Educação, 2003.

BOLSONI-SILVA, A. T.; DEL PRETTE, A. O que os pais falam sobre suas habilidades sociais e de seus filhos? **Revista Psicologia Argumento**, 4(7), p. 71-86, 2002.

BOLSONI-SILVA, A. T.; DEL PRETTE, A. Problemas de comportamento: um panorama da área. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental Cognitiva** (São Paulo), v.5, n.2, p. 91-103, 2003.

BOLSONI-SILVA, A.T.; DEL PRETTE, A.; OISHI, J. Habilidades sociais de pais e problemas de comportamento de filhos. **Revista Psicologia Argumento**, n. 9, p. 11-29, 2003.

BOLSONI-SILVA, A. T.; MARTURANO, E. M. Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais. **Estudos de Psicologia** (Natal), v.7, n.2, p. 227-235, 2002.

BOLSONI-SILVA, A. T.; MARTURANO, E. M. A qualidade da interação entre pais e filhos e sua relação com problemas de comportamento de pré-escolares. In: BANDEIRA, M.; DEL PRETTE, Z.A.P.; DEL PRETTE, A. **Estudos sobre habilidades sociais e relacionamento interpessoal**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 89-104.

BOLSONI-SILVA, A. T.; MARTURANO, E. M. A Qualidade da Interação Positiva e da Consistência Parental na sua Relação com Problemas de Comportamentos de Pré-Escolares. **Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology**, v. 41, n.3, p. 349-358, 2007.

BOLSONI-SILVA, A. T.; MARTURANO, E. M. Habilidades Sociais Educativas Parentais e problemas de comportamento: comparando pais e mães de pré-escolares. **Aletheia**, 27(1), p. 126-138, 2008.

BOLSONI-SILVA, A. T.; SALINA-BRANDÃO, A.; VERSUTI-STOQUE, F.M.; ROSIN-PINOLA, A.R. Avaliação de um programa de intervenção de habilidades sociais educativas parentais: um estudo piloto. **Psicologia Ciência e Profissão**, 28 (1), 18-33, 2008.

BRANCALHONE, P.G.; FOGO, J.C.; WILLIAMS, L.C.A. Crianças Expostas à Violência Conjugal: Avaliação do Desempenho Acadêmico. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** (Brasília), v. 20, n. 2, p. 113-117, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 22256.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1979.

CABALLO, V.E. O treinamento em habilidades sociais. In: CABALLO, V.E. **Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento**. São Paulo: Santos, 1996. p. 361-398.

CARDIA, N. G.; SCHIFFER, S. Violência e Desigualdade Social. **Ciência e Cultura** (São Paulo), p. 25-31, 2002.

CARVALHO, M.C.N.; GOMIDE, P.I.C. Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v.22, n.3, p. 263-275, 2005.

CARVALHO, M.E.P. Relações entre Família e Escola e Relações de Gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 110, p. 143-157, 2000.

CECCONELLO, A.M.; DE ANTONI, C.; KOLLER, S.H. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicologia em estudo** (Maringá), v.8, no. esp., p. 45-54, 2003.

CIA, F.; PEREIRA, C.S.; DEL PRETTE, Z.A.P.; DEL PRETTE, A. Habilidades sociais das mães e envolvimento com os filhos: um estudo correlacional. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v.24, n.1, p. 3-11, 2007.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Encontros de articulação do CONANDA com os Conselhos Tutelares**. Brasília: CONANDA, 2000.

CORRÊA, L.C.; WILLIAMS, LC.A. O impacto da violência conjugal sobre a saúde mental das crianças. **Sociedade Brasileira de Psicologia (org.), Resumos de comunicações científicas, XXX Reunião Anual de Psicologia** (Brasília), p.235, 2000.

DATASUS. **Caderno de Informações de Saúde – Informações Gerais**. Secretaria Executiva Ministério da Saúde, 2005. Disponível em:
<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/SP/SP_Taubate_Geral.xls> Acesso em: 15 jun. 2008.

DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. Vulnerabilidade e resiliência familiar: um estudo com adolescentes que sofreram maus tratos intrafamiliares. **Psico**, v.31, n.1, p. 39-66, 2000.

DEBERT, G.G; GREGORI, M.F. **Gênero e Cidadania: Tolerância e Distribuição da Justiça**. Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero. Unicamp, 2000.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z.A.P. **Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo**. Petrópolis: Vozes, 2001.

DESLANDES, S.F. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. **Cadernos de Saúde Pública** (Rio de Janeiro), v.10, n.1, p. 177-187, 1994.

DINIZ, S.G. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005). Em DINIZ, S.G.; SILVEIRA, L.P.; MIRIM, L.A.L.(orgs) **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra as mulheres no Brasil (1980-2005)**. Coletivo Sexualidade e Saúde. São Paulo, 2006.

FEIJÓ, M.C.; ASSIS, S.G. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. **Estudos em psicologia** (Natal), v.9, n.1, p. 157-166, 2004.

FERREIRA, M.S.T.; MARTURANO, E.M. Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. **Psicologia: Reflexão e Crítica** (Porto Alegre), v.15, n.1, p. 35-44, 2002.

FILGUEIRAS, C.A.C. Aprendizados e desafios da gestão social municipal: reflexões a partir do caso de Belo Horizonte. **Congresso Internacional Del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administración Pública, 10**. Santiago – Chile, p. 18-25, 2005.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Pesquisa Nacional: A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 2001. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/nop>>. Acesso em: 20 out. 2008.

GARCIA, I. Vulnerabilidade e Resiliência. **Adolescência Latinoamericana** (Porto Alegre), v.2, n.3, p. 128-130, 2001.

GAWRYSZEWSKI, V.P.; KOIZUMI, M. S.; MELLO-JORGE, M. H. P. As causas externas no Brasil no ano 2000: comparando a mortalidade e a morbidade. **Cadernos de Saúde Pública** (Rio de Janeiro), v. 20, n. 4, p. 995-1003, jul-ago, 2004.

GOMES, R.; MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; NJAINE, K.; SCHENKER, M. Êxitos e limites na prevenção da violência: estudo de caso de nove experiências brasileiras. **Ciência e Saúde Coletiva** (Rio de Janeiro), v. 11, sup., p. 1291-1302, 2007.

GOMIDE, P. I. C. Estilos parentais e comportamento anti-social. In: DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z.A.P. **Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção**. Campinas: Alínea, 2003.

GOMIDE, P.I.C.; SALVO, C.G.; PINHEIRO, D.P.N.; SABBAG, G.M. Correlação entre práticas educativas, depressão, estresse e habilidades sociais. **PsicoUSF** (Itatiba), v.10, n.2, p. 169-178, 2005.

GONÇALVES, J.S. Inserção da dimensão da regionalidade na estrutura orçamentária do governo do estado de São Paulo. **Informações Econômicas** (São Paulo), v.36, n.2, p. 72-86, fev. 2006. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/tec6-0206.pdf>. Acesso em 01 nov. 2007.

GUIMARÃES, J.R.S.; JANNUZZI, P.M. Indicadores Sintéticos no processo de formação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP, 2004. p. 20-24.

IZUMINO, W.P. Violência contra a mulher no Brasil: acesso à Justiça e construção da cidadania de gênero. **VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, set., 2004.

KISS, L.B.; SCHRAIBER, L.B; D'OLIVEIRA, A.F.PL. Possibilidades de uma rede intersetorial de atendimento a mulheres em situação de violência **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, n. 23, p. 485-501, 2007.

KRONBAUER, J.F.D.; MENEGHEL, S.N. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. **Revista de Saúde Pública** (São Paulo), v. 39, n. 5, p. 695-701, 2005.

LOHR, S. S. Estimulando o desenvolvimento de habilidades sociais em idade escolar. In: DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. (Orgs.) **Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem**: questões conceituais, avaliação e intervenção. Campinas: Alínea, 2003. p.293-310

MACHADO, L.Z. **Atender vítimas, criminalizar violências. Dilemas das Delegacias da Mulher**. Série Antropologia, v.319, p.1-23. Brasília, 2002. Editora UNB.

MAIA, J.M.D.; WILLIAMS, L.C.A. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. **Temas em Psicologia**, v.13, n.2, p. 91-103, 2005.

MARQUES, N.C. **Habilidades Sociais Educativas Parentais e Problemas de Comportamento**. Monografia (Graduação – Curso de Formação de Psicólogo) - Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté, 2008.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MASSULA, L. A violência e o acesso das mulheres à justiça: o caminho das pedras ou as pedras do (no) caminho. Em DINIZ, S.G.; SILVEIRA, L.P.; MIRIM, L.A.L.(orgs) **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra as mulheres no Brasil (1980-2005)**. Coletivo Sexualidade e Saúde. São Paulo, 2006.

MELLO JORGE, M. H. P.; GOTLIEB, S. L. D.; LAURENTI, R. Crianças, Adolescentes e Jovens do Brasil no fim do Século XX. In: WESTPHAL, M. F. (org) **Violência e Criança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 47-72.

MINAYO, M.C.S. A violência social sob a perspectiva de saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública** (Rio de Janeiro), v.10, n.1, p. 7-18, 1994.

MINAYO, M.C.S. O Significado Social e para a Saúde da Violência contra Crianças e Adolescentes. In: WESTPHAL, M. F. (org) **Violência e Criança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 95-114.

MINAYO, M.C.S. A violência dramatiza causas. In: MINAYO, M.C.S. et al. **Violência sob o olhar da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. 284 p.

MINAYO, M.C.S. et al. **Violência sob o olhar da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. 284 p.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo de saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva** (Rio de Janeiro), v.4, n.1, p. 7-23, 1999.

Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

NEVES, A.S.; ROMANELLI, G. A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v.23, n.3, p. 299-306, 2006.

NJAINE, K. et al. Redes de prevenção à violência: da utopia à ação. **Ciência e Saúde Coletiva** (Rio de Janeiro), 11 (sup), p. 1313-1322, 2007.

OMS. **Painel de Indicadores do SUS**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde, 2006.

PACHECO, J. T. B.; TEIXEIRA, M. A. P.; GOMES, W. B. Estilos parentais e desenvolvimento de habilidades sociais na adolescência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.15, p.117-126, 1999.

PADILHA, M. G. S.; GOMIDE, P. I. C. Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 53-61, 2004.

PATTERSON, G. R.; REID, J.; DISHION, T. **Antisocial boys**. Eugene: Castalia Publishing Company, 1992.

PATRUS ANANIAS. Pilar para o desenvolvimento. **Desafios do desenvolvimento** (São Paulo), ed. 40, p. 59, fev. 2008. Disponível em:. Acesso em 01 abr. 2008.

PESQUISA IBOBE/INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Percepção e reações da sociedade sobre a violência contra a mulher**. 2006.

PINHEIRO, P. S.; ADORNO, S. **Violência contra crianças e adolescentes, violência social e estado de direito**. São Paulo: Núcleo de Estudos de Violência – NEV/USP, 1992.

PINHEIRO, P. S. **World Report on Violence against Children**. Geneva: United Nations, 2007.

PRADO, A.L.M.; VIEIRA, E.T. **A desigualdade e a distribuição da renda na cidade de Taubaté**. Núcleo de Pesquisas Econômico-Sociais (NUPES). Universidade de Taubaté, 2007.

PRATES, P.L. **Violência doméstica e de gênero: Perfil sociodemográfico e psicossocial de mulheres abrigadas**. (Dissertação de mestrado). São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2007.

PRUST, L.W.; GOMIDE, P.I.C. Relação entre o comportamento moral dos pais e dos filhos adolescentes. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v.24, n.1, p. 53-60, 2007.

REICHENHEIM, M. E.; HASSELMANN, M. H.; MORAES, C. L. Consequências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de propostas de ação. **Ciência e Saúde Coletiva** (Rio de Janeiro), v. 4, n. 1, p. 109-121, 1999.

REICHENHEIM, M. E.; DIAS, A.S.; MORAES, C. L. Co-ocorrência de violência física conjugal e contra filhos em serviços de saúde. **Revista de Saúde Pública** (Rio de Janeiro), v. 40, n. 4, p. 595-603, 2006.

REPPOLD, C. T; PACHECO, J.; BARDAGI, M.; HUTZ, C. S. Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. Em C. S. Hutz (Org.) **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. (pp. 9-51).

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. A Síndrome do Pequeno Poder. In: AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989. p.13-21.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência de gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade. **Revista Lutas Sociais** (São Paulo), n. 2, 1997.

SAFFIOTI, H. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, v.13, n. 4, p. 82-91, 1999.

SALOMON, Z. Situação da Criança e do Adolescente em Israel: “Crescendo em Ambientes Violentos – Vulnerabilidade e Resiliência”. In: WESTPHAL, M. F. (org) **Violência e Criança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 73-91.

SALVADOR, A.P.V.; WEBER, L.N.D. Práticas educativas parentais: um estudo comparativo da interação familiar de dois adolescentes distintos. **Interação em Psicologia**, v.9, n.2, p. 341-353, 2005.

SÃO PAULO. **IPRS 2006**: Índice paulista de responsabilidade social / Instituto do Legislativo Paulista. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado, 2006. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/web/forum/iprs06/images/IPRS-dez2006.jpg>>. Acesso em: 29 out. 2007.

SÃO PAULO. **IPVS**: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - Espaços e Dimensões da Pobreza nos municípios do Estado de São Paulo. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/analises/taubate.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2007.

SCHRAIBER, L.B.; D'OLIVEIRA, A.F.L.P Violência contra mulheres: interfaces com a Saúde. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v.3, n.5, 1999.

SCHRAIBER, L.B.; D'OLIVEIRA, A.F.P.L.; FRANÇA-JUNIOR, I.; PINHO, A.A. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Pública** (São Paulo), v. 36, n. 4, p. 470-477, 2002.

SCHRAIBER, L.B. et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista de Saúde Pública** (São Paulo), v. 41, n. 5, p. 797-807, 2007.

SEADE. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social**. 2005. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs>>. Acesso em: 15 jun. 2005.

SEADE. **Perfil Municipal**. 2008. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>>. Acesso em: 15 jun. 2008.

SIDMAN, M. **Coerção e suas implicações**. São Paulo. Campinas, SP: Editorial Psy, 1995.

SILVA, A. T. B. **Problemas de comportamento e comportamentos socialmente adequados: sua relação com as habilidades sociais educativas de pais**. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos-SP, 2000.

SILVEIRA, L.P. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. Em DINIZ, S.G.; SILVEIRA, L.P.; MIRIM, L.A.L.(orgs) **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra as mulheres no Brasil (1980-2005)**. Coletivo Sexualidade e Saúde. São Paulo, 2006.

SZYMANSKI, H. Práticas educativas familiares: a família como foco de atenção psicoeducacional. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 21, n.2, p. 5-16, 2004.

TAVARES, D.M.C. **Violência doméstica: uma questão de saúde pública**. (Dissertação de mestrado). São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2000. 2000.

WAISELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2006**: os jovens do Brasil. Brasília: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OIE, 2006.

WAISELFISZ, J.J. **Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros**. Brasília: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OIE, 2007.

WEBSTER-STRATTON, C. Early Interventions for families of preschool children with conduct problems. In: GURALNIK, M. J. **The effectiveness of early intervention**. Baltimore: Paul H. Brookes Publishing Co, 1997.

ZALUAR, A. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan e UFRJ, 1994.

ZALUAR, A.; LEAL, M.C. Violência extra e intra muros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.16, n.45, p. 145-164, 2001.

ZALUAR, A. **Pesquisa domiciliar de vitimização na cidade do Rio de Janeiro 2005-2006**. Rio de Janeiro: NUPEVI, 2006.

APÊNDICE B – CARTA AOS PAIS

Srs Pais e ou Responsáveis,

Estamos realizando uma pesquisa com pais de crianças, na faixa etária de 10 a 14 anos de idade, estudantes de Escolas Municipais de Taubaté. Os pais, participantes desta pesquisa, responderão a um questionário, com perguntas sobre o relacionamento familiar. O questionário será aplicado em ambos os pais e na criança, se possível. O tempo necessário será uma hora no máximo. A pesquisa tem como objetivo identificar as práticas de criação de filhos no município de Taubaté e, assim, gostaríamos de contar com a sua participação. Esta pesquisa fornecerá importantes informações para futuras intervenções com pais e crianças e assim, sua participação poderá auxiliar outros pais e crianças no futuro.

Nós pesquisadoras estamos compromissadas com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, assegurando total sigilo quanto aos dados obtidos, não constando seu nome ou qualquer outro dado que possa identificá-lo no manuscrito final da dissertação ou em qualquer publicação posterior sobre esta pesquisa.

Contamos com a participação de vocês, pai e mãe, na Escola.....nos dias.....das.....as.....para responderem o questionário e serem participantes dessa pesquisa. De qualquer maneira aguardamos o retorno desta carta pelo seu filho com os dados abaixo preenchidos:

() Aceito fazer parte da pesquisa e comparecerei no dia.....as.....

Nome..... Telefone.....

() Aceito fazer parte da pesquisa, mas não poderei comparecer nestas datas.

Nome..... Telefone:.....

() Não aceito fazer parte da pesquisa.

Muito obrigada.

Psicóloga MARIANA VILELA ABRANTES, aluna do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, e Dra. **MARIA JÚLIA F. XAVIER RIBEIRO**, psicóloga, orientadora.

Maiores Informações com a direção da Escola.... tel.

APÊNDICE C – TABELA DAS RESPOSTAS DE FREQUÊNCIA POR PARTICIPANTE

**Tabela 19 – Respostas de Frequência por participante da pesquisa
Escore HSE-P por participante**

Categoria	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9
Expressão Sentimentos Positivos	2	2	0	2	1	2	1	2	1
Expressão Sentimentos Negativos	2	0	0	2	1	1	1	2	1
Expressão Opiniões	2	2	1	2	1	1	2	2	2
Demonstração de Carinho	2	2	1	2	2	2	1	2	0
Manter diálogo	2	2	1	2	2	2	1	2	1
Fazer Perguntas	2	1	2	2	2	2	1	2	2
Brincar com o Filho	2	2	0	1	1	0	0	1	1
Concordar com o Cônjuge	2	1	1	2	1	1	0	1	1
Estabelecer Limites	2	2	2	2	2	1	2	2	2
Cumprir Promessa	2	2	2	2	2	1	2	2	2
Dificuldades para Cumprir Promessa	1	0	1	1	1	1	1	2	1
Fazer Perguntas sobre Sexo	0	0	1	1	0	0	0	1	0
Comportamento Desejado dos Filhos	2	2	2	1	2	1	2	1	2
Auto-Avaliação Parental sobre Erros na Educação dos filhos	1	0	0	1	1	1	0	2	1
Avaliação Parental sobre Relacionamento entre irmãos	0	2	2	2	1	2	2	2	1
Escore Total	24	20	16	25	20	18	16	26	18

ANEXO A – APROVAÇÃO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



UNITAU

PRPPG-Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Comitê de ética em Pesquisa
 Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro Taubaté-SP 12020-040
 Tel.: (12) 3625.4143 – 3635.1233 Fax: (12) 3632.2947
 cepunitau@unitau.br

DECLARAÇÃO N° 0496/07

Protocolo CEP/UNITAU n° 0523/07 (Esse número de registro deverá ser citado pelo pesquisador nas correspondências referentes a este projeto)

Projeto de Pesquisa: *Práticas educativas: um fator de proteção à violência contra crianças e adolescentes*

Pesquisador(a) Responsável: Mariana Vilela Abrantes

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião de **14/12/2007**, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 196/96, considerou o Projeto acima **aprovado**.

Taubaté, 17 de dezembro de 2007



Prof. Robison Baroni
 Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté



UNITAU

PRPPG-Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Comitê de ética em Pesquisa
 Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro Taubaté-SP 12020-040
 Tel.: (12) 3625.4143 – 3635.1233 Fax: (12) 3632.2947
 cepunitau@unitau.br

DECLARAÇÃO N° 424/08

Registro CEP/UNITAU n° 0523/07 (Esse número de registro deverá ser citado pelo pesquisador nas correspondências referentes a este projeto).

Pesquisador(a) Responsável: Mariana Vilela Abrantes

Pesquisadores/Alunos: Cristiane Fernandes Squarcina, Carina Lemke

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião ordinária de **12/09/2008**, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 196/96, considerou **aprovada** a alteração do Título, solicitada pelo autor, que passa a vigorar como: **“Práticas educativas parentais em populações de alta vulnerabilidade social e com altos índices de violência doméstica”**.

Taubaté, 26 de setembro de 2008



Prof. Robison Baroni
 Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INSTITUCIONAL

D E C E
 Protocolo n.º 4465 2008
 Data 30/07/2008

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INSTITUCIONAL

Esta pesquisa está sendo realizada pela Sra. **Mariana Vilela Abrantes** aluna do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté (PPGA), como dissertação de mestrado, sendo orientada e supervisionada pela professora **Dra. Maria Júlia F. Xavier Ribeiro**. Seguindo preceitos éticos, informamos que pela natureza da pesquisa, a participação desta organização não acarretará em quaisquer danos à mesma. A seguir, damos as informações gerais sobre esta pesquisa, reafirmando que qualquer outra informação poderá ser fornecida a qualquer momento, pelo aluno pesquisador ou pelo professor responsável.

Tema da pesquisa: Práticas educativas parentais em populações de alta vulnerabilidade social e com altos índices de violência doméstica.

Objetivo: Identificar as práticas educativas parentais em regiões com alta incidência de violência doméstica e alta vulnerabilidade social do município de Taubaté – SP.

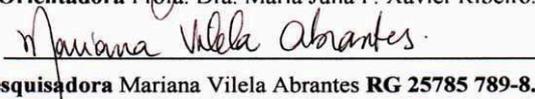
Procedimento: Aplicação do Questionário de Habilidades Sociais Educativas Parentais e Questionário de Habilidades Sociais Conjugais.

SUA PARTICIPAÇÃO: Autorizar a aplicação da pesquisa em duas escolas da Rede Municipal de Ensino de Taubaté: EMEF Prof. Antonio Carlos Ribas Branco e EMEF Prof. Luiz Ribeiro Muniz.

Após a conclusão da pesquisa, prevista para Março 2009, uma dissertação, contendo todos os dados e conclusões, estará à disposição na Biblioteca da Universidade de Taubaté.

Agradecemos sua autorização, enfatizando que a mesma em muito contribuirá para a construção de um conhecimento atual nesta área.


 Orientadora Prof.ª. Dra. Maria Júlia F. Xavier Ribeiro.


 Aluna Pesquisadora Mariana Vilela Abrantes RG 25785 789-8.

Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Consentimento, Eu _____, portador do RG nº _____, Diretor do Departamento de Educação, Cultura e Esportes, autorizo a aplicação desta pesquisa na mesma.

Taubaté, 29 de julho de 2008.

DE ACORDO SEM PREJUIZAR O
ANDAMENTO REGULAR DAS ATIVIDADES
ESCOLARES.

Assinatura


 José Benedito Pradac

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa está sendo realizada pelo Sra. MARIANA VILELA ABRANTES, aluna do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté (PPGA), como dissertação de mestrado, sendo orientada e supervisionada pela professora Dra. Maria Julia F. Xavier Ribeiro.

Seguindo os preceitos éticos, informamos que sua participação será absolutamente sigilosa, não constando seu nome ou qualquer outro dado que possa identificá-lo no manuscrito final da dissertação ou em qualquer publicação posterior sobre esta pesquisa.

Pela natureza da pesquisa, sua participação não acarretará em quaisquer danos para sua pessoa. A seguir, damos as informações gerais sobre esta pesquisa, reafirmando que qualquer outra informação que V.S. desejar, poderá ser fornecida junto ao aluno-pesquisador ou pelo professor orientador.

TEMA DA PESQUISA: Práticas educativas: um fator de proteção à violência contra crianças e adolescentes.

OBJETIVO: Verificar se as práticas educativas são um fator de proteção à ocorrência de violência contra crianças e adolescentes em regiões de alta vulnerabilidade do município de Taubaté – SP.

PROCEDIMENTO: Aplicação do Inventário de Estilo Parental e do Critério de Classificação Econômica Brasil.

SUA PARTICIPAÇÃO: Autorizar a aplicação do Inventário de Estilo Parental

Após a conclusão da pesquisa, prevista para _____ de 2009, a dissertação contendo todos os dados e conclusões, estará à disposição para consulta na Biblioteca _____.

V.S. terá a total liberdade para recusar sua participação, assim como solicitar a exclusão de seus dados, retirando seu consentimento sem qualquer penalização ou prejuízo.

Agradecemos sua participação, enfatizando que a mesma em muito contribuiu para a construção de um conhecimento atual na área.

_____, _____ de 2008.

Profa. Dra. Maria Julia F. Xavier Ribeiro. **Orientadora. RG** _____

Aluno Pesquisadora Mariana Vilela Abrantes **RG 25785 789-8.**

Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Consentimento, eu _____ portador do RG nº _____, autorizo a utilização, nesta pesquisa, dos dados por mim fornecidos.

Taubaté ____/____/2008. _____

Assinatura

ANEXO D – QUESTIONÁRIO DE HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS

PARENTAIS – PAIS

I) INFORMAÇÕES SOBRE A CRIANÇA

Data da aplicação do questionário: ____/____/____

Horário de início: _____ horário de término: _____

Endereço: _____

Nome dos pais: _____

Respondente sobre: () mãe () pai

Nome da criança: _____

Data de nascimento: _____ mês _____ dia _____ ano

Idade: _____ anos _____ meses

Sexo: _____

Número total de crianças que vivem em casa: _____

Sexo e idade dessas crianças: _____

EMEI: _____

II) INSTRUÇÕES

O questionário é composto por questões que referem-se à forma como o (a) pai/mãe se comporta ao se relacionar com seu filho (a).

Cada questão está dividida em duas ou mais partes: a) frequência com que aparece o comportamento mencionado e b) características deste comportamento.

Quanto à frequência o respondente deverá escolher uma das alternativas: frequentemente (F), algumas vezes (A) ou quase nunca ou nunca (N).

III) Comportamentos da criança

1. Você mantém diálogo com seu filho(a)?

F	A	N
---	---	---

a) situações, assuntos:

noite	F	A	N
Passeio	F	A	N
Sozinho com pai/mãe	F	A	N
Frente a perguntas e/ou pedidos	F	A	N
Horário de refeições	F	A	N
TV	F	A	N
Jogos de computador	F	A	N
Escola	F	A	N
Concepção de certo/errado	F	A	N
Brincadeiras	F	A	N
Esporte	F	A	N
Amizades	F	A	N
religião	F	A	N

Outros: _____

2. Você faz perguntas a seu filho(a)?

F	A	N
---	---	---

a) assuntos:

Escola	F	A	N
opiniões do pai/mãe	F	A	N
futebol	F	A	N
TV	F	A	N
Amizades	F	A	N
Sentimentos/dores	F	A	N
Cuidados pessoais	F	A	N
Atividades do dia	F	A	N
Gostos da criança	F	A	N
Criança tem objeto que não lhe pertence	F	A	N
religião	F	A	N

Outros: _____

3. Você expressa seus sentimentos a seu filho(a)?

sim	não
-----	-----

a) tipos:

Positivos	F	A	N
Negativos	F	A	N

b) de que forma:

Positivos

falando	F	A	N
Só pela expressão do rosto	F	A	N
Abraçando/beijando	F	A	N
agradando	F	A	N
Dando presentes	F	A	N
brincando	F	A	N
Quando seu filho pergunta	F	A	N

Negativos

falando	F	A	N
Só pela expressão do rosto	F	A	N
Ficando bravo/gritando	F	A	N
batendo	F	A	N
Ameaçando	F	A	N
Quando seu filho pergunta	F	A	N

Outros: _____

4. Você expressa sua opinião a seu filho(a)?

F	A	N
---	---	---

a) assuntos:

Refeições	F	A	N
Concepção de certo/errado	F	A	N
roupas	F	A	N
amizades	F	A	N
TV	F	A	N
religião	F	A	N

Outros: _____

5. Você considera importante colocar limites a seu filho(a)?

F	A	N
---	---	---

PORQUE?

Para orientar/ensinar o que é certo/errado	sim	não
Porque a liberdade de um vai até onde começa a do próximo	sim	não
Para que o filho aprenda a ter responsabilidades	sim	não
Porque se não colocar limites, os filhos vão querer fazer tudo o que querem e os pais perdem o controle	sim	não
Não respondeu	sim	Não

Outros: _____

a) situações:

banho	F	A	N
TV	F	A	N
Vídeo-game	F	A	N
brincadeiras	F	A	N
comida	F	A	N
birras	F	A	N
Quando faz barulho	F	A	N
mentiras	F	A	N
Quando faz bagunça	F	A	N
Situações de passeio/ficar na casa de outros	F	A	N
Responder para adultos	F	A	N
Interferir nas conversas de adultos	F	A	N
estudo	F	A	N
Violência contra pessoas e/ou animais	F	A	N
Mexer em objetos proibidos	F	A	N
dormir	F	A	N
Quando comporta-se mal na frente de visitas ou de estranhos	F	A	N
Quando faz xixi na cama	F	A	N
Quando o filho fala alto	F	A	N
Pedido de presentes	F	A	N

Outras: _____

b) o que você faz para colocar limites?

Diz não	F	A	N
Dá bronca/chama atenção/grita/fica bravo/ameaça	F	A	N
Bate	F	A	N
Coloca de castigo	F	A	N
Conversa/pede	F	A	N
Diz que Deus castigará	F	A	N
Diz que é uma criança má/ruim	F	A	N

Outros: _____

c) como você se sente após o limite?

Sente-se bem, feliz	F	A	N
Sente-se mal, triste, culpado	F	A	N
Não sei identificar	F	A	N

d) como seu filho reage ao limite?

obedece	F	A	N
Faz birras/fica bravo/agitado/responde	F	A	N
chora	F	A	N
Pergunta o porquê do limite	F	A	N
ignora	F	A	N
Demonstra medo	F	A	N
Pede desculpas	F	A	N
Agrada/beija	F	A	N

Outros: _____

6. a) Quando você promete algo a seu filho(a), você cumpre a promessa?

F	A	N
---	---	---

b) Você encontra dificuldades para cumprir as promessas?

F	A	N
---	---	---

Quais são estas dificuldades?

Cumprir ameaças	F	A	N
Situações de passeio	F	A	N
presentes	F	A	N

Outras: _____

c) O que você faz nestes casos?

Conversa/negocia	F	A	N
Fica bravo	F	A	N
Não faz nada	F	A	N

Outras: _____

7. Para seu filho ser bem educado, o que ele precisa ter?

Ter estudo	sim	não
Ter respeito a pessoas e/ou animais	sim	não
Ser comportado/educado	sim	não
Realizar cuidados pessoais	sim	não
Cuidar de animais domésticos	sim	não
Cuidar de objetos pessoais	sim	não
Fazer brincadeiras	sim	não
Ser curioso	sim	não
Ser bem humorado	sim	não
Fazer tudo que os pais acham certo	sim	não
Ter responsabilidade	sim	não
Ter sinceridade	sim	não
Ter boa índole	sim	não
Ser obediente	sim	não
Ter amor da família/carinho	sim	não
Ter presentes	sim	não
Ter os pais como exemplos de bons comportamentos	sim	não
Os pais explicarem sempre o porquê	sim	não
Ter educação dos pais	sim	não
Os pais não discutirem na frente da criança	sim	não
Não oferecer algo em troca de bons comportamentos	sim	não
Os pais terem mais paciência	sim	não

Os pais terem maior capacidade de negociação	sim	não
--	-----	-----

Outros: _____

8. Você e seu cônjuge se entendem quanto a forma de educar seu filho(a)?

F	A	N
---	---	---

a) porque vocês concordam?

Porque conversam para tomar decisões em relação a mim	F	A	N
Porque quando um dos cônjuges chama atenção, o outro respeita	F	A	N
Quando o cônjuge conversa ao invés de bater	F	A	N
Tem as mesmas opiniões	F	A	N
Não sei identificar			

Outros: _____

b) porque vocês não concordam?

Porque o cônjuge é agressivo (a)	F	A	N
Porque vocês pensam muito diferente	F	A	N
Não sei identificar			

Outros: _____

c) quando você não concorda com alguma coisa que o cônjuge fez, o que você faz?

Conversa na frente do filho	F	A	N
Conversa na ausência do filho	F	A	N
Não fala nada	F	A	N
Briga com o cônjuge na frente do filho	F	A	N
Briga com o cônjuge na ausência do filho	F	A	N
Entra em acordo	F	A	N

Outros: _____

9. Como você acha que é a sua participação e a de seu (sua) cônjuge em relação à educação de seu filho(a)?

Mãe participa mais	Pai participa mais	Ambos participam igual
--------------------	--------------------	------------------------

10. Seu filho(a) faz coisas que você gosta?

F	A	N
---	---	---

a) o que ele faz que você gosta?

É amoroso/carinhoso	F	A	N
É estudioso	F	A	N
É educado	F	A	N
É obediente	F	A	N
Procura ajudar	F	A	N
É independente	F	A	N
Cuida de animais	F	A	N
Cuida dos próprios objetos	F	A	N
Faz brincadeiras	F	A	N
Aprende a ler coisas novas	F	A	N
Não briga	F	A	N
Tem bom relacionamento com irmãos	F	A	N
Cumprimenta pessoas	F	A	N

É companheiro	F	A	N
É responsável	F	A	N
Tem iniciativas	F	A	N
É prestativo	F	A	N

Outros: _____

b) quando ele faz algo legal, o que você sente?

Admirado(a)	F	A	N
Orgulhoso(a)	F	A	N
Contentamento/felicidade	F	A	N
realização	F	A	N
tristeza	F	A	N
nada	F	A	N

c) quando seu filho(a) faz algo legal, o que você faz?

Não faz nada	F	A	N
Fica tímido, com vergonha	F	A	N
Demonstra contentamento com a expressão do rosto	F	A	N
Demonstra contentamento falando algo para o filho (elogios, dizendo que ama, etc)	F	A	N
Beija/abraça	F	A	N
passeia	F	A	N
brinca	F	A	N
agradece	F	A	N
Fica emocionado(a)	F	A	N

Outros: _____

11. Você demonstra carinho a seu filho(a)?

F	A	N
---	---	---

a) o que você faz para demonstrar carinho?

Diz que o ama	F	A	N
Beija/abraça	F	A	N
Toca a criança	F	A	N
Brinca com a criança	F	A	N
Faz leituras para a criança	F	A	N
Ajuda a criança resolver seus problemas	F	A	N
Permite que a criança fale sobre as coisas que estão incomodando	F	A	N
Você planeja surpresas para seu filho (festas, presentes, etc)	F	A	N
Ajuda a fazer lições	F	A	N
elogia	F	A	N
Aperta a bochecha fortemente	F	A	N
Ficando perto	F	A	N
agrada	F	A	N

Outros: _____

b) quando você demonstra carinho pelo seu filho, como ele reage?

Ignora, não faz nada	F	A	N
Fica tímido, com vergonha	F	A	N
Demonstra contentamento com a expressão do rosto	F	A	N
Demonstra contentamento falando algo (elogios, dizendo que ama, etc)	F	A	N
Beija/abraça	F	A	N

Outros: _____

12. Você brinca com seu filho(a)?

F	A	N
---	---	---

a) que brincadeiras você faz com seu filho(a)?

Brincadeiras de colorir	F	A	N
Brincadeiras de pintar	F	A	N
Jogos (montar, encaixar, etc)	F	A	N
Jogos esportivos (futebol, bicicleta, etc)	F	A	N
Vídeo-game	F	A	N
Jogos de casinha, boneca	F	A	N
Ler juntos	F	A	N
Dança/canta juntos	F	A	N
escolinha	F	A	N
médico	F	A	N

Outros: _____

13. Seu filho(a) faz perguntas sobre sexo (de onde vêm os bebês, por ex.)?

F	A	N
---	---	---

O que ele pergunta?

Sobre nascimento e gestação	sim	não
Sobre menstruação	sim	não
Sobre relacionamento sexual	sim	não

Outros: _____

a) quando seu filho faz questões sobre sexo, o que você faz?

Ignora, não faz nada	F	A	N
Fica tímido(a), com vergonha	F	A	N
Responde explicando a verdade	F	A	N
Usa livros que exemplificam com figuras	F	A	N
Responde explicando com falsas verdade, por ex., cegonha, abóbora	F	A	N
Chama pelo cônjuge	F	A	N
Pede para a criança perguntar ao outro cônjuge	F	A	N
Pede para a criança perguntar ao professor	F	A	N
Fica bravo(a)	F	A	N

Outros: _____

14. acontece de você fazer algo em relação a seu filho e sentir como errado?

F	A	N
---	---	---

a) Dê exemplos destas situações:

Quando grita em exagero	F	A	N
Quando bate	F	A	N
Quando fica bravo	F	A	N
Quando tira brinquedos do filho	F	A	N
Quando dá bronca/fica bravo por algo que o filho não fez	F	A	N

Outros: _____

b) Nestas situações o que você faz?

Não faz nada	F	A	N
--------------	---	---	---

Pede desculpas	F	A	N
Conversa com o filho	F	A	N
Agrada o filho	F	A	N
Arrepende-se	F	A	N
Chora/fica triste	F	A	N

Outros: _____

15. Como você avalia o relacionamento com os irmãos?

bom	ruim	Nem bom, nem ruim
-----	------	-------------------

15. Durante o dia quanto tempo, mais ou menos, você fica com seu filho(a)?

Dia todo	sim	não
Em torno de 4 horas por dia	sim	não
Menos que quatro horas por dia	sim	não
Finais de semana	sim	não

DADOS DEMOGRÁFICOS

() PAI () MÃE Idade: _____ Estado Civil: () casado () sem legalização () separado () solteiro

Grau de Instrução: () EF inc. () EF completo () EM inc. () EM completo () ES inc. () ES completo

Profissão: _____ Empregado: () sim () não

Trabalha fora () sim () não Se sim: () dia todo () manhã () tarde () noite

A renda familiar situa-se entre:

() de R\$ 4.600,00 a R\$ 5.000,00 () de R\$ 4.100,00 a R\$ 4.500,00 () de R\$ 3.600,00 a R\$ 4.000,00

() de R\$ 3.100,00 a R\$ 3.500,00 () de R\$ 2.600,00 a R\$ 3.000,00 () de R\$ 2.100,00 a R\$ 2.500,00 () de R\$ 1.600,00 a R\$ 2.000,00

() de R\$ 1.100,00 a R\$ 1.500,00 () de R\$ 600,00 a R\$ 1.000,00 () R\$ 100,00 a R\$ 500,00.

ANEXO E – QUESTIONÁRIO DE HABILIDADES SOCIAIS CONJUGAIS

I) INFORMAÇÕES

Data da aplicação do questionário: ____/____/____

Horário de início: _____ horário de término: _____

Endereço: _____

Respondente sobre: () mãe () pai

Nome dos pais: _____

Nome da criança: _____

II) INSTRUÇÕES

O questionário é composto por questões acerca do seu relacionamento com seu/sua companheiro/companheira. Cada questão está dividida em duas ou mais partes: a) frequência com que aparece o comportamento mencionado e b) características deste comportamento.

Quanto à frequência, o respondente deverá escolher uma das alternativas: frequentemente (F), algumas vezes (A) ou quase nunca ou nunca (N).

Nas questões 1, 4, 5a e 6c, a entrevistadora, primeiramente, faz as perguntas e anota as respostas e, em seguida, pede a avaliação de cada um dos itens.

1. Como você define seu companheiro/companheira.

F	A	N
---	---	---

controlador	F	A	N
egoísta	F	A	N
sensato	F	A	N
insensível	F	A	N
confiável	F	A	N
Confidente	F	A	N
ingrato	F	A	N
rebelde	F	A	N
companheiro	F	A	N
Carinhoso/amável	F	A	N
compreensivo	F	A	N
crítico	F	A	N
sincero	F	A	N
Inteligente	F	A	N
Simpático	F	A	N
Bom pai/mãe	F	A	N
Bom esposo/esposa	F	A	N
Tem boa conversa/mantém diálogo	F	A	N
amigo	F	A	N
É calmo	F	A	N
É caseiro	F	A	N

Outros: _____

2. Você expressa carinho ao companheiro/companheira?

F	A	N
---	---	---

a) de que forma?

toca	F	A	N
abraça	F	A	N

beija	F	A	N
Diz que ama/que quer bem	F	A	N
Dando presentes	F	A	N
Conversando	F	A	N
telefonando	F	A	N

Outros: _____

3. Seu companheiro/companheira expressa carinho a você?

F	A	N
---	---	---

a) de que forma? (primeiro perguntar de forma genérica e depois perguntar cada um dos itens)

toca	F	A	N
abraça	F	A	N
beija	F	A	N
Diz que ama/que quer bem	F	A	N
Ajudando nas tarefas domésticas	F	A	N
Cuidando dos filhos	F	A	N
Fazendo brincadeiras	F	A	N
Conversando/falando de forma carinhosa	F	A	N
Cuidando dos pertences do cônjuge	F	A	N
Dando presentes	F	A	N
Elogiando	F	A	N
Agradando	F	A	N

Outros: _____

4. A comunicação/diálogo entre você e seu companheiro/a é adequada?

F	A	N
---	---	---

Porque?

Porque o casal conversa	sim	não
Porque o casal se entende	sim	não
Porque um busca ouvir a opinião do outro	sim	não
Porque cada cônjuge procura dizer o que pensa	sim	não
Porque o casal respeita as qualidades e defeitos um do outro	sim	Não

Outros: _____

a) características da comunicação (perguntar cada um dos itens).

Você o(a) escuta	F	A	N
Ele(a) o(a) escuta	F	A	N
Você pode falar	F	A	N
Você permite que ele(a) fale	F	A	N
Você fala demais	F	A	N
Ele(a) fala demais	F	A	N
Você deixa de falar algo que gostaria	F	A	N
Você consegue dizer ao seu cônjuge comportamentos que você gostaria que ele(a) mudasse	F	A	N
Discutem assuntos delicados	F	A	N
Você consegue pedir algo a ele(a)	F	A	N
Ele(a) considera o que você pensa/o que acha das coisas	F	A	N
Você tem medo de pedir algo a ele(a)	F	A	N
Você se sente a vontade para falar de seus verdadeiros sentimentos	F	A	N
Vocês conversam para tomar decisões/resolver problemas	F	A	N
Você considera que o que você acha é sempre certo	F	A	N
Você procura impor seu ponto de vista ao seu cônjuge	F	A	N

Ele(a) procura impor o que pensa a você	F	A	N
Você pede a opinião de seu/sua cônjuge	F	A	N
Vocês dividem tarefas em casa (tais como pagamento de contas, compras, atividades domésticas, etc)	F	A	N

Outros: _____

5. a) Seu parceiro(a) faz coisas que você gosta?

sim	não
-----	-----

b) quais são elas e frequência?

Dá boa educação ao filho	F	A	N
É prestativo	F	A	N
É amoroso	F	A	N
Ajuda em momentos difíceis	F	A	N
Ouve	F	A	N
Ajuda nas tarefas domésticas	F	A	N
Convida para namorar	F	A	N
Muda a aparência (roupa, etc)	F	A	N
É caseiro	F	A	N
É companheiro	F	A	N
Passeia	F	A	N
Elogia	F	A	N
Cuida muito bem da organização da casa	F	A	N

Outros: _____

c) na sua opinião, estas características positivas:

() são situacionais, podem mudar

() são permanentes

d) Porque?

Porque a vida ensina	sim	não
Algumas características podem ser mudadas, mas outras não	sim	não
Nasceu com a pessoa e não vai mudar	sim	não
Porque sempre foi desde que conhece o cônjuge	sim	não
Não sei	sim	Não

Outras: _____

6. a) Há características em seu parceiro(a) que você não gosta?

sim	não
-----	-----

b) Quais são elas e frequência?

Estas características:

() podem mudar com o tempo

() são permanentes, nascem com a pessoa e não podem ser alteradas

() podem mudar apenas em parte

c) Porque?

Porque a vida ensina	sim	não
A religião prega que as pessoas podem mudar	sim	não

Nasceu com a pessoa e não vai mudar	sim	não
Porque o cônjuge esforça-se para mudar	sim	não
Não sei	sim	Não

Outros: _____

7. Como você avalia sua relação conjugal?

satisfatória	regular	insatisfatória
--------------	---------	----------------

a) Porque?

O relacionamento é normal, tem brigas e carinhos	sim	não
O casal se dá bem	sim	não
O casal busca um ao outro	sim	não
O casal não tem conflitos	sim	não
O casal conversa	sim	não
O cônjuge é bom	sim	não
Nunca aconteceu nada grave	sim	não
Gosta do cônjuge	sim	não
O cônjuge é companheiro(a)	sim	não
O cônjuge é carinhoso	sim	não
Relacionamento sexual satisfatório	sim	não
Há equilíbrio/harmonia/respeito entre o casal	sim	não
Não há autoritarismo do cônjuge	sim	não

Outros: _____